



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

Processo: **000723-0200/15-7**

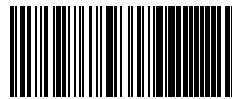
Gabinete: **Algir Lorenzon**

Data de abertura: **25 de fevereiro de 2015**

Matéria: **Contas de Governo**

Órgão: **PM DE ALTO ALEGRE - 64700**

Interessado(s): **Hélio Dalberto**
Tania Cristina Theis



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 92406057000103

Período: 01/01/2015 a 28/02/2015 - 1º Bimestre

Prefeitura: PM DE ALTO ALEGRE

Logradouro: Rua Recreio

nr: 233 compl: Centro Administrativ

Telefone: (54) 3382-1030

HomePage: altoalegre.rs.gov.br

E-Mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br

Prefeito Municipal: HÉLIO DALBERTO

Contabilista: JONAS SIEG LIMA

Número do CRC: 091179

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DIGIFREDI INFORMATICA LTDA

CNPJ: 88659974000122

Telefone: (55)37443636

Responsável: JOSÉ DE ALMEIDA QUADROS

E-Mail: suporte@digifredi.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros: SAÚDE, EDUCAÇÃO
- Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

O Município não faz parte de nenhum Consórcio Público regido pela lei federal 11.107/2005

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

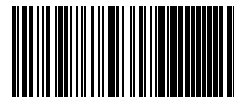
1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos



ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTARIA	217.000,00	41.740,44
RECEITA DE CONTRIBUICOES	313.000,00	38.107,71
RECEITA PATRIMONIAL	993.700,00	129.908,67
RECEITA DE SERVICOS	135.013,25	2.462,32
TRANSFERENCIAS CORRENTES	11.423.316,50	2.152.599,43
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	76.970,25	2.470,63
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	13.159.000,00	2.367.289,20
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	422.000,00	66.067,94
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	422.000,00	66.067,94
RECEITAS DE CAPITAL		
ALIENACAO DE BENS	50.000,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	55.000,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	105.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-1.916.000,00	-338.616,28
TOTAL DAS RECEITAS	11.770.000,00	2.094.740,86

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	11.280.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	0,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	11.280.000,00
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	1.300.288,15
Liquidado	1.177.582,36
Pago	993.891,91
SALDO A LIQUIDAR	122.705,79
SALDO A PAGAR	183.690,45
DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR



Empenhado	872.917,00
Liquidado	570.154,03
Pago	527.842,57
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	302.762,97
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	42.311,46

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

TOTAL **0,00**

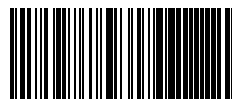
2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	6.225.769,87D	6.905.336,55D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.958.062,15D	9.641.636,50D
PASSIVO CIRCULANTE	114.725,63C	331.906,93C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	2.293.709,26C	2.277.862,29C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	13.791.446,66C	13.498.159,28C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	794.511,55D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	63.770,55D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	345.461,72D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	24.066,99D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	15.936,72D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	360.710,34D
TRIBUTÁRIAS	0,00	38.916,91D
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	14.337,64C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	102.543,25C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	3.639,15C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	129.908,67C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	1.813.915,15C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	32.450,00C
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	1.675,00C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

	Saldo Inicial	Saldo Final
PODER EXECUTIVO		
Caixa	5.932,74D	56.892,10D
Bancos Conta Movimento	1.484.431,14D	1.997.335,72D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	1.490.363,88D	2.054.227,82D
RPPS		
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	4.904.412,85D	5.076.360,70D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00



11501033936137817

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/03/2015 - 16:17:03

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 28/02/2015

RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
TOTAL RPPS	4.904.412,85D	5.076.360,70D
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	6.394.776,73D	7.130.588,52D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	1.160.823,70	1.019.744,18	835.637,99
2º Bimestre	1.432.599,36	1.507.806,27	1.441.454,70
3º Bimestre	1.754.051,50	1.385.432,34	1.548.516,16
4º Bimestre	1.735.983,06	1.726.645,40	1.626.238,32
5º Bimestre	1.799.818,19	1.832.586,74	1.667.839,84
6º Bimestre	2.096.384,13	1.914.068,69	2.157.276,88
CONTAS DE RECEITA		Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES		11.862.590,00	12.555.439,44
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA		350.000,00	377.293,74
RECEITAS DE CAPITAL		156.500,00	108.987,47
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA		Orçado	Realizado
DEDUCOES		-1.769.090,00	-1.729.396,15
TOTAL CONTAS DE RECEITA		10.600.000,00	11.312.324,50

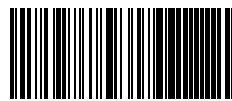
2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	SELEÇÃO AUTOMÁTICA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	SELEÇÃO AUTOMÁTICA	0,00	0,00	0,00



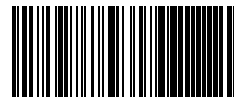
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120431010100	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA-PROPRIO	7.780,76	0,00	7.780,76
11120431010200	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA - MDE	3.238,09	0,00	3.238,09
11120431010300	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/IND.- ASPS	1.942,86	0,00	1.942,86
11120431060100	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND-PROPRIO	192,42	0,00	192,42
11120431060200	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- MDE	80,17	0,00	80,17
11120431060300	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- ASPS	48,10	0,00	48,10
11120800010000	Receita de ITBI - proprio 60%	636,00	0,00	636,00
11120800020000	Receita de ITBI - MDE 25%	265,00	0,00	265,00
11120800030000	Receita de ITBI Saúde 15%	159,00	0,00	159,00
11130501010000	ISSQN - Próprio	16.344,59	0,00	16.344,59
11130501020000	ISSQN - MDE	6.810,20	0,00	6.810,20
11130501030000	ISSQN - Saúde	4.086,13	0,00	4.086,13
17210102010000	COTA-PARTE DO FPM - PROPRIO	783.677,14	0,00	783.677,14
17210102020000	COTA-PARTE DO FPM - MDE	65.306,44	0,00	65.306,44
17210102040000	FPM.-PARTE DO FPM - ASPS	195.919,28	0,00	195.919,28
17210102060000	Cota-Parte do FPM - FUNDEB	261.225,71	0,00	261.225,71
17210105010000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	37,50	0,00	37,50
17210105020000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	3,13	0,00	3,13
17210105030000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	9,37	0,00	9,37
17210105040000	Cota-Parte do ITR - FUNDEB	12,50	0,00	12,50
17220101010000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	196.326,41	0,00	196.326,41
17220101020000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	16.360,53	0,00	16.360,53
17220101040000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	49.081,60	0,00	49.081,60
17220101050000	Cota-Parte do ICMs - FUNDEB	65.442,16	0,00	65.442,16
17220102010000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	30.231,27	0,00	30.231,27
17220102020000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	2.519,27	0,00	2.519,27
17220102030000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	7.557,82	0,00	7.557,82
17220102040000	Cota-Parte do IPVA - FUNDEB	10.077,09	0,00	10.077,09
17220104010000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	5.575,91	0,00	5.575,91
17220104020000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	464,66	0,00	464,66
17220104040000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	1.393,97	0,00	1.393,97
17220104050000	Cota-Parte do IPI/Exportação - FUNDEB	1.858,63	0,00	1.858,63
19131100010000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU- PROPRIO	22,33	0,00	22,33
19131100020000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - MDE	9,30	0,00	9,30
19131100030000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - ASPS	5,58	0,00	5,58
19311100010000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU- PROPRIO	231,05	0,00	231,05
19311100020000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	96,28	0,00	96,28



11501033936137817

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/03/2015 - 16:17:03

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 28/02/2015

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
19311100030000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	57,77	0,00	57,77
SUBTOTAL		1.735.086,02	0,00	1.735.086,02
TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada				433.771,50

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	10.393,46	0,00	10.393,46
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	84.654,03	0,00	84.654,03
20	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	105,58	0,00	105,58
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	338.616,09	0,00	338.616,09
TOTAL II		433.769,16	0,00	433.769,16

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	84.303,57	0,00	84.303,57
20	Educação Infantil	12.692,97	0,00	12.692,97
31	Ensino Fundamental	52.183,44	0,00	52.183,44
31	Educação Infantil	33.416,38	0,00	33.416,38
SUBTOTAL I		182.596,36	0,00	182.596,36

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(+) Perda com o FUNDEB		219.054,41	0,00	219.054,41
	% de Aplicação			Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		23,15		401.650,77

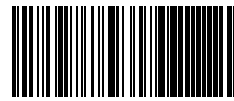
3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17210102010000	COTA-PARTE DO FPM - PROPRIO	783.677,14	0,00	783.677,14
17210102020000	COTA-PARTE DO FPM - MDE	65.306,44	0,00	65.306,44
17210102040000	FPM.-PARTE DO FPM - ASPS	195.919,28	0,00	195.919,28
17210102060000	Cota-Parte do FPM - FUNDEB	261.225,71	0,00	261.225,71
17210105010000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	37,50	0,00	37,50
17210105020000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	3,13	0,00	3,13
17210105030000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	9,37	0,00	9,37



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17210105040000	Cota-Parte do ITR - FUNDEB	12,50	0,00	12,50
17220101010000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	196.326,41	0,00	196.326,41
17220101020000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	16.360,53	0,00	16.360,53
17220101040000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	49.081,60	0,00	49.081,60
17220101050000	Cota-Parte do ICMs - FUNDEB	65.442,16	0,00	65.442,16
17220102010000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	30.231,27	0,00	30.231,27
17220102020000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	2.519,27	0,00	2.519,27
17220102030000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	7.557,82	0,00	7.557,82
17220102040000	Cota-Parte do IPVA - FUNDEB	10.077,09	0,00	10.077,09
17220104010000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	5.575,91	0,00	5.575,91
17220104020000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	464,66	0,00	464,66
17220104040000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	1.393,97	0,00	1.393,97
17220104050000	Cota-Parte do IPI/Exportação - FUNDEB	1.858,63	0,00	1.858,63
SUBTOTAL		1.693.080,39	0,00	1.693.080,39

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **338.616,08**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	338.616,09	0,00	338.616,09
TOTAL II		338.616,09	0,00	338.616,09

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	52.183,44	0,00	52.183,44
31	Educação Infantil	33.416,38	0,00	33.416,38
SUBTOTAL I		85.599,82	0,00	85.599,82

(+) Perda com o FUNDEB 219.054,41

TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB **304.654,23**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

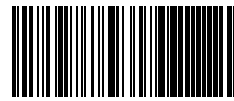
3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2015

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17240100000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	119.561,87	0,00	119.561,87
Total		119.561,87	0,00	119.561,87

Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB **71.737,12**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2015

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00
% de Aplicação				0,00



11501033936137817

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/03/2015 - 16:17:03

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 28/02/2015

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

TOTAL	0,00	0,00	0,00
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			0,00

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2015 (Janeiro - Fevereiro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120431010100	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA-PROPRIO	7.780,76	0,00	7.780,76
11120431010200	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA - MDE	3.238,09	0,00	3.238,09
11120431010300	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/IND.- ASPS	1.942,86	0,00	1.942,86
11120431060100	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND-PROPRIO	192,42	0,00	192,42
11120431060200	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- MDE	80,17	0,00	80,17
11120431060300	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- ASPS	48,10	0,00	48,10
11120800010000	Receita de ITBI - proprio 60%	636,00	0,00	636,00
11120800020000	Receita de ITBI - MDE 25%	265,00	0,00	265,00
11120800030000	Receita de ITBI Saúde 15%	159,00	0,00	159,00
11130501010000	ISSQN - Próprio	16.344,59	0,00	16.344,59
11130501020000	ISSQN - MDE	6.810,20	0,00	6.810,20
11130501030000	ISSQN - Saúde	4.086,13	0,00	4.086,13
17210102010000	COTA-PARTE DO FPM - PROPRIO	783.677,14	0,00	783.677,14
17210102020000	COTA-PARTE DO FPM - MDE	65.306,44	0,00	65.306,44
17210102040000	FPM.-PARTE DO FPM - ASPS	195.919,28	0,00	195.919,28
17210102060000	Cota-Parte do FPM - FUNDEB	261.225,71	0,00	261.225,71
17210105010000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	37,50	0,00	37,50
17210105020000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	3,13	0,00	3,13
17210105030000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	9,37	0,00	9,37
17210105040000	Cota-Parte do ITR - FUNDEB	12,50	0,00	12,50
17220101010000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	196.326,41	0,00	196.326,41
17220101020000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	16.360,53	0,00	16.360,53
17220101040000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	49.081,60	0,00	49.081,60
17220101050000	Cota-Parte do ICMs - FUNDEB	65.442,16	0,00	65.442,16
17220102010000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	30.231,27	0,00	30.231,27
17220102020000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	2.519,27	0,00	2.519,27
17220102030000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	7.557,82	0,00	7.557,82
17220102040000	Cota-Parte do IPVA - FUNDEB	10.077,09	0,00	10.077,09
17220104010000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	5.575,91	0,00	5.575,91
17220104020000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	464,66	0,00	464,66
17220104040000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	1.393,97	0,00	1.393,97
17220104050000	Cota-Parte do IPI/Exportação - FUNDEB	1.858,63	0,00	1.858,63



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
19131100010000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU- PROPRIO	22,33	0,00	22,33
19131100020000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - MDE	9,30	0,00	9,30
19131100030000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - ASPS	5,58	0,00	5,58
19311100010000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU- PROPRIO	231,05	0,00	231,05
19311100020000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	96,28	0,00	96,28
19311100030000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	57,77	0,00	57,77
SUBTOTAL I		1.735.086,02	0,00	1.735.086,02

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **260.262,90**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	6.236,09	0,00	6.236,09
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	253.962,04	0,00	253.962,04
40	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	63,35	0,00	63,35
TOTAL II		260.261,48	0,00	260.261,48

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica (modalidade de aplicação 71)	-2.080,00	0,00	-2.080,00
40	Administração Geral	755,80	0,00	755,80
40	Atenção Básica	228.816,24	0,00	228.816,24
40	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.349,09	0,00	5.349,09
40	Vigilância Sanitária	1.564,80	0,00	1.564,80
SUBTOTAL I		234.405,93	0,00	234.405,93

3.5.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		0,00	0,00	0,00

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	13,51	234.405,93

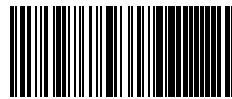
3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1026, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1062, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	29 % dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2300000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2300000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2300000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2300000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: CTV_31 - Código de Recurso Vinculado 1026, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT

Justificativa: já esta sendo corrigido

Descrição: CTV_31 - Código de Recurso Vinculado 1062, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT

Justificativa: já esta sendo corrigido

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	18/03/2015	Mural da Prefeitura
	Jornal	18/03/2015	Folha Espumoseense
	Internet	28/03/2015	http://altoalegre.rs.gov.br

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2014	28/01/2015	Camara de vereadores

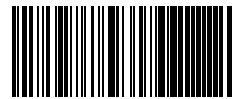
5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
18/03/2015	http://altoalegre.rs.gov.br

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	2.168.503,96	2.367.289,20
2º Bimestre	2.101.303,96	0,00
3º Bimestre	2.170.303,96	0,00
4º Bimestre	2.219.280,46	0,00
5º Bimestre	2.081.303,96	0,00
6º Bimestre	2.418.303,70	0,00
TOTAL	13.159.000,00	2.367.289,20
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	70.333,34	66.067,94
2º Bimestre	70.333,34	0,00
3º Bimestre	70.333,34	0,00



RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

	META	REALIZADA
4º Bimestre	70.333,34	0,00
5º Bimestre	70.333,34	0,00
6º Bimestre	70.333,30	0,00
TOTAL	422.000,00	66.067,94

RECEITAS DE CAPITAL

	META	REALIZADA
1º Bimestre	1.666,66	0,00
2º Bimestre	1.666,66	0,00
3º Bimestre	29.166,66	0,00
4º Bimestre	41.666,66	0,00
5º Bimestre	1.666,66	0,00
6º Bimestre	29.166,70	0,00
TOTAL	105.000,00	0,00

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA

	META	REALIZADA
1º Bimestre	-319.333,22	-338.616,28
2º Bimestre	-319.333,22	0,00
3º Bimestre	-319.333,22	0,00
4º Bimestre	-319.333,22	0,00
5º Bimestre	-319.333,22	0,00
6º Bimestre	-319.333,90	0,00
TOTAL	-1.916.000,00	-338.616,28

TOTAL DA RECEITA	11.770.000,00	2.094.740,86
-------------------------	----------------------	---------------------

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2014.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2015.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2014.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2015.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2014.

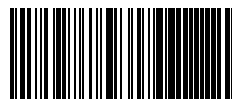
Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2015.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2014.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2015.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade



11501033936137817

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/03/2015 - 16:17:03

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 28/02/2015

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Hélio Dalberto

CPF: 42075530025

Cargo/Função: Prefeito

Mandato - Início e Término: 01/01/2013 a

Substitutos:

CPF: 88421597000

Nome: Tania Cristina Theis

Cargo: Presidenta da Câmara de Vereadores

Substituições:

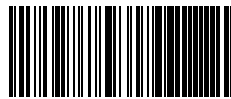
Início: 01/02/2015

Término: 20/02/2015

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR



11501033936137817

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/03/2015 - 16:17:03

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 28/02/2015

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

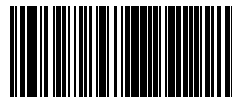
ALTO ALEGRE, 23 de Março de 2015

JONAS SIEG LIMA

Contabilista

HÉLIO DALBERTO

Prefeito Municipal



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 92406057000103

Período: 01/01/2015 a 30/04/2015 - 2º Bimestre

Prefeitura: PM DE ALTO ALEGRE

Logradouro: Rua Recreio

nr: 233 compl: Centro Administrativ

Telefone: (54) 3382-1030

HomePage: altoalegre.rs.gov.br

E-Mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br

Prefeito Municipal: HÉLIO DALBERTO

Contabilista: JONAS SIEG LIMA

Número do CRC: 091179

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DIGIFREDI INFORMATICA LTDA

CNPJ: 88659974000122

Telefone: (55)37443636

Responsável: JOSÉ DE ALMEIDA QUADROS

E-Mail: suporte@digifredi.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros: MEDICAMENTOS
- Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

O Município não faz parte de nenhum Consórcio Público regido pela lei federal 11.107/2005

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

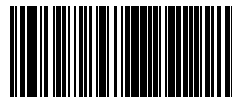
1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

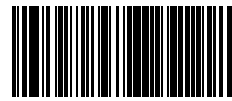


ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTARIA	217.000,00	61.576,92
RECEITA DE CONTRIBUICOES	313.000,00	64.390,81
RECEITA PATRIMONIAL	993.700,00	197.441,46
RECEITA DE SERVICOS	135.013,25	14.368,04
TRANSFERENCIAS CORRENTES	11.423.316,50	4.118.526,90
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	76.970,25	5.605,11
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	13.159.000,00	4.461.909,24
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	422.000,00	96.128,46
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	422.000,00	96.128,46
RECEITAS DE CAPITAL		
ALIENACAO DE BENS	50.000,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	55.000,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	105.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-1.916.000,00	-630.776,27
TOTAL DAS RECEITAS	11.770.000,00	3.927.261,43

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	11.280.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	118.323,97
Créditos Especiais	456.214,31
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	16.500,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	11.838.038,28
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	2.938.601,05
Liquidado	2.797.320,98
Pago	2.479.552,94
SALDO A LIQUIDAR	141.280,07
SALDO A PAGAR	317.768,04
DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR



Empenhado	872.917,00
Liquidado	710.974,30
Pago	671.545,79
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	161.942,70
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	39.428,51

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Auxílios e Convênios	439.500,00
Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	16.500,00
Superávit Financeiro	118.538,28
TOTAL	574.538,28

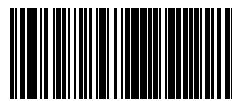
2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	6.225.769,87D	7.119.626,87D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.958.062,15D	10.079.333,37D
PASSIVO CIRCULANTE	114.725,63C	464.262,12C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	2.293.709,26C	2.262.015,32C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	13.791.446,66C	13.536.589,64C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	1.502.112,47D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	85.179,64D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	906.564,08D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	34.090,95D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	42.705,57D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	364.625,26D
TRIBUTÁRIAS	0,00	59.968,27D
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	3.236,00D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	59.143,85C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	156.116,89C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	15.931,49C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	197.625,07C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	3.487.682,63C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	32.450,00C
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	1.675,00C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	5.932,74D	124.194,07D
Bancos Conta Movimento	1.481.933,06D	2.029.812,50D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	1.487.865,80D	2.154.006,57D
RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00



21501030955089517

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



19/05/2015 - 14:18:03

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 30/04/2015

	Saldo Inicial	Saldo Final
RPPS		
Bancos Conta Movimento	4.904.412,85D	5.153.097,94D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	4.904.412,85D	5.153.097,94D
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	6.392.278,65D	7.307.104,51D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	1.160.823,70	1.019.744,18	835.637,99
2º Bimestre	1.432.599,36	1.507.806,27	1.441.454,70
3º Bimestre	1.754.051,50	1.385.432,34	1.548.516,16
4º Bimestre	1.735.983,06	1.726.645,40	1.626.238,32
5º Bimestre	1.799.818,19	1.832.586,74	1.667.839,84
6º Bimestre	2.096.384,13	1.914.068,69	2.157.276,88
CONTAS DE RECEITA		Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES		11.862.590,00	12.555.439,44
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA		350.000,00	377.293,74
RECEITAS DE CAPITAL		156.500,00	108.987,47
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA		Orçado	Realizado
DEDUCOES		-1.769.090,00	-1.729.396,15
TOTAL CONTAS DE RECEITA		10.600.000,00	11.312.324,50

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

Contas de Receita



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120431010100	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA-PROPRIO	13.970,18	0,00	13.970,18
11120431010200	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA - MDE	5.813,13	0,00	5.813,13
11120431010300	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/IND.- ASPS	3.487,88	0,00	3.487,88
11120431060100	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND-PROPRIO	722,17	0,00	722,17
11120431060200	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- MDE	300,88	0,00	300,88
11120431060300	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- ASPS	180,52	0,00	180,52
11120800010000	Receita de ITBI - proprio 60%	2.346,00	0,00	2.346,00
11120800020000	Receita de ITBI - MDE 25%	977,50	0,00	977,50
11120800030000	Receita de ITBI Saúde 15%	586,50	0,00	586,50
11130501010000	ISSQN - Próprio	19.670,50	0,00	19.670,50
11130501020000	ISSQN - MDE	8.195,95	0,00	8.195,95
11130501030000	ISSQN - Saúde	4.917,58	0,00	4.917,58
17210102010000	COTA-PARTE DO FPM - PROPRIO	1.383.202,63	0,00	1.383.202,63
17210102020000	COTA-PARTE DO FPM - MDE	115.266,90	0,00	115.266,90
17210102040000	FPM.-PARTE DO FPM - ASPS	345.800,64	0,00	345.800,64
17210102060000	Cota-Parte do FPM - FUNDEB	461.067,54	0,00	461.067,54
17210105010000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	37,50	0,00	37,50
17210105020000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	3,13	0,00	3,13
17210105030000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	9,37	0,00	9,37
17210105040000	Cota-Parte do ITR - FUNDEB	12,50	0,00	12,50
17213600010000	Transferencia LC 87/96 - Próprio	3.501,02	0,00	3.501,02
17213600020000	Transferencia LC 87/96 - MDE	291,75	0,00	291,75
17213600040000	Transferencia rec. LC 87/96. - SAÚDE	875,26	0,00	875,26
17213600050000	Transf. financeira LC 87/96 - FUNDEB	1.167,01	0,00	1.167,01
17220101010000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	450.567,49	0,00	450.567,49
17220101020000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	37.547,28	0,00	37.547,28
17220101040000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	112.641,87	0,00	112.641,87
17220101050000	Cota-Parte do ICMS - FUNDEB	150.189,19	0,00	150.189,19
17220102010000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	45.332,83	0,00	45.332,83
17220102020000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	3.777,73	0,00	3.777,73
17220102030000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	11.333,21	0,00	11.333,21
17220102040000	Cota-Parte do IPVA - FUNDEB	15.110,94	0,00	15.110,94
17220104010000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	9.686,78	0,00	9.686,78
17220104020000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	807,23	0,00	807,23
17220104040000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	2.421,68	0,00	2.421,68



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17220104050000	Cota-Parte do IPI/Exportação - FUNDEB	3.228,93	0,00	3.228,93
19131100010000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU- PROPRIO	93,60	0,00	93,60
19131100020000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - MDE	38,95	0,00	38,95
19131100030000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - ASPS	23,40	0,00	23,40
19311100010000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU- PROPRIO	549,77	0,00	549,77
19311100020000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	229,04	0,00	229,04
19311100030000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	137,46	0,00	137,46
SUBTOTAL		3.216.121,42	0,00	3.216.121,42

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **804.030,35**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	15.287,46	0,00	15.287,46
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	157.694,02	0,00	157.694,02
20	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	267,99	0,00	267,99
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	630.776,11	0,00	630.776,11
TOTAL II		804.025,58	0,00	804.025,58

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	188.185,96	0,00	188.185,96
20	Educação Infantil	22.415,02	0,00	22.415,02
31	Ensino Fundamental	97.255,20	0,00	97.255,20
31	Educação Infantil	73.262,40	0,00	73.262,40
SUBTOTAL I		381.118,58	0,00	381.118,58

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(+) Perda com o FUNDEB		396.105,30	0,00	396.105,30
	% de Aplicação			Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		24,17		777.223,88

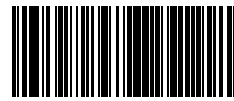
3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17210102010000	COTA-PARTE DO FPM - PROPRIO	1.383.202,63	0,00	1.383.202,63



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17210102020000	COTA-PARTE DO FPM - MDE	115.266,90	0,00	115.266,90
17210102040000	FPM.-PARTE DO FPM - ASPS	345.800,64	0,00	345.800,64
17210102060000	Cota-Parte do FPM - FUNDEB	461.067,54	0,00	461.067,54
17210105010000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	37,50	0,00	37,50
17210105020000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	3,13	0,00	3,13
17210105030000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	9,37	0,00	9,37
17210105040000	Cota-Parte do ITR - FUNDEB	12,50	0,00	12,50
17213600010000	Transferencia LC 87/96 - Próprio	3.501,02	0,00	3.501,02
17213600020000	Transferencia LC 87/96 - MDE	291,75	0,00	291,75
17213600040000	Transferencia rec. LC 87/96. - SAÚDE	875,26	0,00	875,26
17213600050000	Transf. financeira LC 87/96 - FUNDEB	1.167,01	0,00	1.167,01
17220101010000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	450.567,49	0,00	450.567,49
17220101020000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	37.547,28	0,00	37.547,28
17220101040000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	112.641,87	0,00	112.641,87
17220101050000	Cota-Parte do ICMS - FUNDEB	150.189,19	0,00	150.189,19
17220102010000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	45.332,83	0,00	45.332,83
17220102020000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	3.777,73	0,00	3.777,73
17220102030000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	11.333,21	0,00	11.333,21
17220102040000	Cota-Parte do IPVA - FUNDEB	15.110,94	0,00	15.110,94
17220104010000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	9.686,78	0,00	9.686,78
17220104020000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	807,23	0,00	807,23
17220104040000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	2.421,68	0,00	2.421,68
17220104050000	Cota-Parte do IPI/Exportação - FUNDEB	3.228,93	0,00	3.228,93
SUBTOTAL		3.153.880,41	0,00	3.153.880,41

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **630.776,08**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	630.776,11	0,00	630.776,11
TOTAL II		630.776,11	0,00	630.776,11

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	97.255,20	0,00	97.255,20
31	Educação Infantil	73.262,40	0,00	73.262,40
SUBTOTAL I		170.517,60	0,00	170.517,60

(+) Perda com o FUNDEB 396.105,30

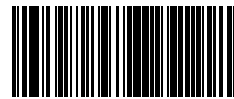
% de Aplicação Valor Aplicado

TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB **17,97** **566.622,90**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2015

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				



Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17240100000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	234.670,97	0,00	234.670,97
Total		234.670,97	0,00	234.670,97

Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB

140.802,58

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2015

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	95.689,34	0,00	95.689,34
TOTAL		95.689,34	0,00	95.689,34

% de Aplicação

40,78

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

TOTAL		0,00	0,00	0,00
--------------	--	-------------	-------------	-------------

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%

0,00

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2015 (Janeiro - Abril)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120431010100	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA-PROPRIO	13.970,18	0,00	13.970,18
11120431010200	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA - MDE	5.813,13	0,00	5.813,13
11120431010300	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/IND.- ASPS	3.487,88	0,00	3.487,88
11120431060100	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND-PROPRIO	722,17	0,00	722,17
11120431060200	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- MDE	300,88	0,00	300,88
11120431060300	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- ASPS	180,52	0,00	180,52
11120800010000	Receita de ITBI - proprio 60%	2.346,00	0,00	2.346,00
11120800020000	Receita de ITBI - MDE 25%	977,50	0,00	977,50
11120800030000	Receita de ITBI Saúde 15%	586,50	0,00	586,50
11130501010000	ISSQN - Próprio	19.670,50	0,00	19.670,50
11130501020000	ISSQN - MDE	8.195,95	0,00	8.195,95
11130501030000	ISSQN - Saúde	4.917,58	0,00	4.917,58
17210102010000	COTA-PARTE DO FPM - PROPRIO	1.383.202,63	0,00	1.383.202,63
17210102020000	COTA-PARTE DO FPM - MDE	115.266,90	0,00	115.266,90
17210102040000	FPM.-PARTE DO FPM - ASPS	345.800,64	0,00	345.800,64
17210102060000	Cota-Parte do FPM - FUNDEB	461.067,54	0,00	461.067,54
17210105010000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	37,50	0,00	37,50
17210105020000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	3,13	0,00	3,13
17210105030000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	9,37	0,00	9,37
17210105040000	Cota-Parte do ITR - FUNDEB	12,50	0,00	12,50



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17213600010000	Transferencia LC 87/96 - Próprio	3.501,02	0,00	3.501,02
17213600020000	Transferencia LC 87/96 - MDE	291,75	0,00	291,75
17213600040000	Transferencia rec. LC 87/96. - SAÚDE	875,26	0,00	875,26
17213600050000	Transf. financeira LC 87/96 - FUNDEB	1.167,01	0,00	1.167,01
17220101010000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	450.567,49	0,00	450.567,49
17220101020000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	37.547,28	0,00	37.547,28
17220101040000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	112.641,87	0,00	112.641,87
17220101050000	Cota-Parte do ICMS - FUNDEB	150.189,19	0,00	150.189,19
17220102010000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	45.332,83	0,00	45.332,83
17220102020000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	3.777,73	0,00	3.777,73
17220102030000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	11.333,21	0,00	11.333,21
17220102040000	Cota-Parte do IPVA - FUNDEB	15.110,94	0,00	15.110,94
17220104010000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	9.686,78	0,00	9.686,78
17220104020000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	807,23	0,00	807,23
17220104040000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	2.421,68	0,00	2.421,68
17220104050000	Cota-Parte do IPI/Exportação - FUNDEB	3.228,93	0,00	3.228,93
19131100010000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU- PROPRIO	93,60	0,00	93,60
19131100020000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - MDE	38,95	0,00	38,95
19131100030000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - ASPS	23,40	0,00	23,40
19311100010000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU- PROPRIO	549,77	0,00	549,77
19311100020000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	229,04	0,00	229,04
19311100030000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	137,46	0,00	137,46
SUBTOTAL I		3.216.121,42	0,00	3.216.121,42
TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada				482.418,21

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	9.172,48	0,00	9.172,48
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	473.082,03	0,00	473.082,03
40	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	160,86	0,00	160,86
TOTAL II		482.415,37	0,00	482.415,37

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica (modalidade de aplicação 71)	-4.516,54	0,00	-4.516,54
40	Administração Geral	1.511,60	0,00	1.511,60
40	Assistência Comunitária	67.511,74	0,00	67.511,74
40	Atenção Básica	489.420,50	0,00	489.420,50
40	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	13.243,87	0,00	13.243,87
40	Vigilância Sanitária	1.564,80	0,00	1.564,80
SUBTOTAL I		568.735,97	0,00	568.735,97

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00



Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		0,00	0,00	0,00

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	17,68	568.735,97

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
SUBFUNC.TXT	SFU_09	0	0		A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 181, 182, 183, 184, 291, 292, 293, 294, 401, 402, 403, 404, 511, 512, 513, 514, 621, 622, 623, 624, 731, 732, 733, 734, 842, 843, 844, 845, 953, 954, 955, 956, 1064, 1065, 1066, 1067, 1175, 1176, 1177 e 1178 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	27 % dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2300000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2300000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2300000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2300000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: SFU_09 - A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 181, 182, 183, 184, 291, 292, 293, 294, 401, 402, 403, 404, 511, 512, 513, 514, 621, 622, 623, 624, 731, 732, 733, 734, 842, 843, 844, 845, 953, 954, 955, 956, 1064, 1065, 1066, 1067, 1175, 1176, 1177 e 1178 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.

Justificativa: NADA A DECLARA

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	18/03/2015	Prefeitura de Alto Alegre
	Jornal	28/03/2015	Folha Espumense
	Internet	18/03/2015	http://www.altoalegre.rs.gov.br
2º Bimestre	Mural	15/05/2015	Prefeitura de Alto Alegre
	Jornal	23/05/2015	Folha Espumense
	Internet	15/05/2015	http://www.altoalegre.rs.gov.br

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2014	28/01/2015	Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Alto Alegre



Período	Data	Local
1º Quadrimestre/2015	29/05/2015	Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Alto Alegre

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
25/12/2012	http://www.altoalegre.rs.gov.br

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	2.168.503,96	2.367.289,20
2º Bimestre	2.101.303,96	2.094.620,04
3º Bimestre	2.170.303,96	0,00
4º Bimestre	2.219.280,46	0,00
5º Bimestre	2.081.303,96	0,00
6º Bimestre	2.418.303,70	0,00
TOTAL	13.159.000,00	4.461.909,24

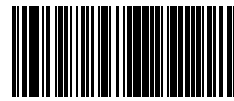
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	70.333,34	66.067,94
2º Bimestre	70.333,34	30.060,52
3º Bimestre	70.333,34	0,00
4º Bimestre	70.333,34	0,00
5º Bimestre	70.333,34	0,00
6º Bimestre	70.333,30	0,00
TOTAL	422.000,00	96.128,46

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	1.666,66	0,00
2º Bimestre	1.666,66	0,00
3º Bimestre	29.166,66	0,00
4º Bimestre	41.666,66	0,00
5º Bimestre	1.666,66	0,00
6º Bimestre	29.166,70	0,00
TOTAL	105.000,00	0,00

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-319.333,22	-338.616,28
2º Bimestre	-319.333,22	-292.159,99
3º Bimestre	-319.333,22	0,00
4º Bimestre	-319.333,22	0,00
5º Bimestre	-319.333,22	0,00
6º Bimestre	-319.333,90	0,00
TOTAL	-1.916.000,00	-630.776,27

TOTAL DA RECEITA	11.770.000,00	3.927.261,43
-------------------------	----------------------	---------------------



5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2014.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2015.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2014.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2015.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2014.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2015.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2014.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2015.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Hélio Dalberto

CPF: 42075530025

Cargo/Função: Prefeito

Mandato - Início e Término: 01/01/2013 a

Substitutos:

CPF: 88421597000

Nome: Tania Cristina Theis

Cargo: Presidenta da Câmara de Vereadores

Substituições:

Início: 01/02/2015

Término: 20/02/2015

Não houve substituições formais no 2º bimestre.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARA



21501030955089517

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



19/05/2015 - 14:18:03

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

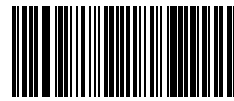
01/01/2015 a 30/04/2015

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

ALTO ALEGRE, 19 de Maio de 2015

JONAS SIEG LIMA
Contabilista

HÉLIO DALBERTO
Prefeito Municipal



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 92406057000103

Período: 01/01/2015 a 30/06/2015 - 3º Bimestre

Tipo de entrega: Semestral

Prefeitura: PM DE ALTO ALEGRE

Logradouro: Rua Recreio

nr: 233 compl: Centro Administrativ

Telefone: (54) 3382-1030

HomePage: altoalegre.rs.gov.br

E-Mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br

Prefeito Municipal: HÉLIO DALBERTO

Contabilista: JONAS SIEG LIMA

Número do CRC: 091179

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DIGIFREDI INFORMATICA LTDA

CNPJ: 88659974000122

Telefone: (55)37443636

Responsável: JOSÉ DE ALMEIDA QUADROS

E-Mail: suporte@digifredi.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros: MEDICAMENTOS
- Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
3656200000195	CONS. DE DESENV. INTERMUNICIPAL DOS MUNICIPIOS DO ALTO JACUI

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita



2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTARIA	217.000,00	153.423,68
RECEITA DE CONTRIBUICOES	313.000,00	127.746,82
RECEITA PATRIMONIAL	993.700,00	395.049,79
RECEITA DE SERVICOS	135.013,25	23.361,92
TRANSFERENCIAS CORRENTES	11.423.316,50	6.067.283,14
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	76.970,25	24.669,86
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	13.159.000,00	6.791.535,21
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	422.000,00	192.783,37
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	422.000,00	192.783,37
RECEITAS DE CAPITAL		
ALIENACAO DE BENS	50.000,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	55.000,00	28.454,84
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	105.000,00	28.454,84
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-1.916.000,00	-971.199,16
TOTAL DAS RECEITAS	11.770.000,00	6.041.574,26

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	11.280.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	205.456,41
Créditos Especiais	562.616,38
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	80.600,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	11.967.472,79
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	4.667.974,93
Liquidado	4.375.569,85
Pago	4.017.103,50
SALDO A LIQUIDAR	292.405,08
SALDO A PAGAR	358.466,35



31501011440009766

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2015 - 11:52:55

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 30/06/2015

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

	VALOR
Empenhado	867.705,36
Liquidado	726.833,80
Pago	719.151,63
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	140.871,56
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	7.682,17

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Auxílios e Convênios	451.172,92
Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	80.600,00
Superávit Financeiro	236.299,87
TOTAL	768.072,79

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	6.225.769,87D	7.682.031,39D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.958.062,15D	10.280.636,09D
PASSIVO CIRCULANTE	114.725,63C	589.943,12C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	2.293.709,26C	2.246.168,35C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	13.791.446,66C	13.517.874,25C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	2.298.031,12D
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	130.124,22D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	1.435.410,12D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	69.052,89D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	81.589,05D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	369.220,60D
TRIBUTÁRIAS	0,00	80.359,71D
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	9.301,08D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	177.259,50C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	313.984,67C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	32.136,27C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	395.414,05C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	5.102.108,09C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	32.450,00C
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	44.467,50C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO

	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	5.932,74D	189.448,85D
Bancos Conta Movimento	1.481.933,06D	2.237.758,23D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	1.487.865,80D	2.427.207,08D



31501011440009766

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2015 - 11:52:55

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 30/06/2015

	Saldo Inicial	Saldo Final
RPPS		
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	4.904.412,85D	5.409.153,32D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	4.904.412,85D	5.409.153,32D
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	6.392.278,65D	7.836.360,40D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	1.160.823,70	1.019.744,18	835.637,99
2º Bimestre	1.432.599,36	1.507.806,27	1.441.454,70
3º Bimestre	1.754.051,50	1.385.432,34	1.548.516,16
4º Bimestre	1.735.983,06	1.726.645,40	1.626.238,32
5º Bimestre	1.799.818,19	1.832.586,74	1.667.839,84
6º Bimestre	2.096.384,13	1.914.068,69	2.157.276,88

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	11.862.590,00	12.555.439,44
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	350.000,00	377.293,74
RECEITAS DE CAPITAL	156.500,00	108.987,47
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-1.769.090,00	-1.729.396,15
TOTAL CONTAS DE RECEITA	10.600.000,00	11.312.324,50

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

Contas de Receita



31501011440009766

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2015 - 11:52:55

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 30/06/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000	IPTU - PROPRIO	35.481,10	0,00	35.481,10
11120200020000	IPTU - MDE	14.783,78	0,00	14.783,78
11120200030000	IPTU - ASPS	8.870,29	0,00	8.870,29
11120431010100	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA-PROPRIO	19.127,97	0,00	19.127,97
11120431010200	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA - MDE	7.954,46	0,00	7.954,46
11120431010300	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/IND.- ASPS	4.772,67	0,00	4.772,67
11120431060100	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND-PROPRIO	1.133,85	0,00	1.133,85
11120431060200	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- MDE	472,40	0,00	472,40
11120431060300	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- ASPS	283,43	0,00	283,43
11120800010000	Receita de ITBI - proprio 60%	6.998,16	0,00	6.998,16
11120800020000	Receita de ITBI - MDE 25%	2.915,90	0,00	2.915,90
11120800030000	Receita de ITBI Saúde 15%	1.749,54	0,00	1.749,54
11130501010000	ISSQN - Próprio	25.010,80	0,00	25.010,80
11130501020000	ISSQN - MDE	10.421,08	0,00	10.421,08
11130501030000	ISSQN - Saúde	6.252,69	0,00	6.252,69
17210102010000	COTA-PARTE DO FPM - PROPRIO	2.098.847,66	0,00	2.098.847,66
17210102020000	COTA-PARTE DO FPM - MDE	174.903,99	0,00	174.903,99
17210102040000	FPM.-PARTE DO FPM - ASPS	524.711,90	0,00	524.711,90
17210102060000	Cota-Parte do FPM - FUNDEB	699.615,87	0,00	699.615,87
17210105010000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	61,16	0,00	61,16
17210105020000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	5,10	0,00	5,10
17210105030000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	15,29	0,00	15,29
17210105040000	Cota-Parte do ITR - FUNDEB	20,39	0,00	20,39
17213600010000	Transferencia LC 87/96 - Próprio	5.251,54	0,00	5.251,54
17213600020000	Transferencia LC 87/96 - MDE	437,63	0,00	437,63
17213600040000	Transferencia rec. LC 87/96. - SAÚDE	1.312,88	0,00	1.312,88
17213600050000	Transf. financeira LC 87/96 - FUNDEB	1.750,51	0,00	1.750,51
17220101010000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	716.807,32	0,00	716.807,32
17220101020000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	59.733,92	0,00	59.733,92
17220101040000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	179.201,83	0,00	179.201,83
17220101050000	Cota-Parte do ICMS - FUNDEB	238.935,80	0,00	238.935,80
17220102010000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	59.016,96	0,00	59.016,96
17220102020000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	4.918,07	0,00	4.918,07
17220102030000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	14.754,24	0,00	14.754,24
17220102040000	Cota-Parte do IPVA - FUNDEB	19.672,32	0,00	19.672,32



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17220104010000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	14.346,08	0,00	14.346,08
17220104020000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.195,50	0,00	1.195,50
17220104040000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	3.586,52	0,00	3.586,52
17220104050000	Cota-Parte do IPI/Exportação - FUNDEB	4.782,06	0,00	4.782,06
19113800010000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	14,47	0,00	14,47
19113800020000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	6,02	0,00	6,02
19113800030000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	3,63	0,00	3,63
19114000010000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	0,03	0,00	0,03
19114000020000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	0,01	0,00	0,01
19114000030000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	0,01	0,00	0,01
19131100010000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU- PROPRIO	849,53	0,00	849,53
19131100020000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - MDE	353,89	0,00	353,89
19131100030000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - ASPS	212,36	0,00	212,36
19311100010000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU- PROPRIO	2.386,10	0,00	2.386,10
19311100020000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	994,17	0,00	994,17
19311100030000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	596,54	0,00	596,54
91112020001000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - PRÓPRIO	-8,94	0,00	-8,94
91112020002000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - MDE	-3,73	0,00	-3,73
91112020003000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - ASPS	-2,24	0,00	-2,24
SUBTOTAL		4.975.514,51	0,00	4.975.514,51

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **1.243.878,63**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	36.547,62	0,00	36.547,62
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	241.194,21	0,00	241.194,21
20	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.354,09	0,00	1.354,09
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-3,73	0,00	-3,73
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	964.776,95	0,00	964.776,95
TOTAL II		1.243.869,14	0,00	1.243.869,14

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	307.854,26	0,00	307.854,26
20	Educação Infantil	26.624,11	0,00	26.624,11
31	Ensino Fundamental	142.343,68	0,00	142.343,68
31	Educação Infantil	111.990,74	0,00	111.990,74
SUBTOTAL I		588.812,79	0,00	588.812,79

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(+) Perda com o FUNDEB		616.459,70	0,00	616.459,70



31501011440009766

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2015 - 11:52:55

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 30/06/2015

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	24,22	1.205.272,49

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17210102010000	COTA-PARTE DO FPM - PROPRIO	2.098.847,66	0,00	2.098.847,66
17210102020000	COTA-PARTE DO FPM - MDE	174.903,99	0,00	174.903,99
17210102040000	FPM.-PARTE DO FPM - ASPS	524.711,90	0,00	524.711,90
17210102060000	Cota-Parte do FPM - FUNDEB	699.615,87	0,00	699.615,87
17210105010000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	61,16	0,00	61,16
17210105020000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	5,10	0,00	5,10
17210105030000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	15,29	0,00	15,29
17210105040000	Cota-Parte do ITR - FUNDEB	20,39	0,00	20,39
17213600010000	Transferencia LC 87/96 - Próprio	5.251,54	0,00	5.251,54
17213600020000	Transferencia LC 87/96 - MDE	437,63	0,00	437,63
17213600040000	Transferencia rec. LC 87/96. - SAÚDE	1.312,88	0,00	1.312,88
17213600050000	Transf. financeira LC 87/96 - FUNDEB	1.750,51	0,00	1.750,51
17220101010000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	716.807,32	0,00	716.807,32
17220101020000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	59.733,92	0,00	59.733,92
17220101040000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	179.201,83	0,00	179.201,83
17220101050000	Cota-Parte do ICMS - FUNDEB	238.935,80	0,00	238.935,80
17220102010000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	59.016,96	0,00	59.016,96
17220102020000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	4.918,07	0,00	4.918,07
17220102030000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	14.754,24	0,00	14.754,24
17220102040000	Cota-Parte do IPVA - FUNDEB	19.672,32	0,00	19.672,32
17220104010000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	14.346,08	0,00	14.346,08
17220104020000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.195,50	0,00	1.195,50
17220104040000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	3.586,52	0,00	3.586,52
17220104050000	Cota-Parte do IPI/Exportação - FUNDEB	4.782,06	0,00	4.782,06
SUBTOTAL		4.823.884,54	0,00	4.823.884,54

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **964.776,91**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	964.776,95	0,00	964.776,95
TOTAL II		964.776,95	0,00	964.776,95

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	142.343,68	0,00	142.343,68



Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Educação Infantil	111.990,74	0,00	111.990,74
SUBTOTAL I		254.334,42	0,00	254.334,42

(+) Perda com o FUNDEB		616.459,70	0,00	616.459,70
	% de Aplicação			Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		18,05		870.794,12

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2015

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17240100000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	348.647,35	0,00	348.647,35
Total		348.647,35	0,00	348.647,35

Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB 209.188,41

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2015

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	137.760,15	0,00	137.760,15
31	Educação Infantil	30.645,14	0,00	30.645,14
TOTAL		168.405,29	0,00	168.405,29
% de Aplicação				48,30

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

TOTAL **0,00** **0,00** **0,00**

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% 0,00

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2015 (Janeiro - Junho)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000	IPTU - PROPRIO	35.481,10	0,00	35.481,10
11120200020000	IPTU - MDE	14.783,78	0,00	14.783,78
11120200030000	IPTU - ASPS	8.870,29	0,00	8.870,29
11120431010100	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA-PROPRIO	19.127,97	0,00	19.127,97
11120431010200	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA - MDE	7.954,46	0,00	7.954,46
11120431010300	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/IND.- ASPS	4.772,67	0,00	4.772,67



31501011440009766

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2015 - 11:52:55

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 30/06/2015

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11120431060100	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND-PROPRIO	1.133,85	0,00	1.133,85
11120431060200	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- MDE	472,40	0,00	472,40
11120431060300	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- ASPS	283,43	0,00	283,43
11120800010000	Receita de ITBI - proprio 60%	6.998,16	0,00	6.998,16
11120800020000	Receita de ITBI - MDE 25%	2.915,90	0,00	2.915,90
11120800030000	Receita de ITBI Saúde 15%	1.749,54	0,00	1.749,54
11130501010000	ISSQN - Próprio	25.010,80	0,00	25.010,80
11130501020000	ISSQN - MDE	10.421,08	0,00	10.421,08
11130501030000	ISSQN - Saúde	6.252,69	0,00	6.252,69
17210102010000	COTA-PARTE DO FPM - PROPRIO	2.098.847,66	0,00	2.098.847,66
17210102020000	COTA-PARTE DO FPM - MDE	174.903,99	0,00	174.903,99
17210102040000	FPM.-PARTE DO FPM - ASPS	524.711,90	0,00	524.711,90
17210102060000	Cota-Parte do FPM - FUNDEB	699.615,87	0,00	699.615,87
17210105010000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	61,16	0,00	61,16
17210105020000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	5,10	0,00	5,10
17210105030000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	15,29	0,00	15,29
17210105040000	Cota-Parte do ITR - FUNDEB	20,39	0,00	20,39
17213600010000	Transferencia LC 87/96 - Próprio	5.251,54	0,00	5.251,54
17213600020000	Transferencia LC 87/96 - MDE	437,63	0,00	437,63
17213600040000	Transferencia rec. LC 87/96. - SAÚDE	1.312,88	0,00	1.312,88
17213600050000	Transf. financeira LC 87/96 - FUNDEB	1.750,51	0,00	1.750,51
17220101010000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	716.807,32	0,00	716.807,32
17220101020000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	59.733,92	0,00	59.733,92
17220101040000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	179.201,83	0,00	179.201,83
17220101050000	Cota-Parte do ICMS - FUNDEB	238.935,80	0,00	238.935,80
17220102010000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	59.016,96	0,00	59.016,96
17220102020000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	4.918,07	0,00	4.918,07
17220102030000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	14.754,24	0,00	14.754,24
17220102040000	Cota-Parte do IPVA - FUNDEB	19.672,32	0,00	19.672,32
17220104010000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	14.346,08	0,00	14.346,08
17220104020000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.195,50	0,00	1.195,50
17220104040000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	3.586,52	0,00	3.586,52
17220104050000	Cota-Parte do IPI/Exportação - FUNDEB	4.782,06	0,00	4.782,06
19113800010000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	14,47	0,00	14,47
19113800020000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	6,02	0,00	6,02
19113800030000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	3,63	0,00	3,63
19114000010000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	0,03	0,00	0,03
19114000020000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	0,01	0,00	0,01
19114000030000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	0,01	0,00	0,01
19131100010000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU- PROPRIO	849,53	0,00	849,53
19131100020000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - MDE	353,89	0,00	353,89
19131100030000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - ASPS	212,36	0,00	212,36
19311100010000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU- PROPRIO	2.386,10	0,00	2.386,10
19311100020000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	994,17	0,00	994,17
19311100030000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	596,54	0,00	596,54
91112020001000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - PRÓPRIO	-8,94	0,00	-8,94
91112020002000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - MDE	-3,73	0,00	-3,73
91112020003000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - ASPS	-2,24	0,00	-2,24



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		4.975.514,51	0,00	4.975.514,51

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **746.327,18**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	21.928,62	0,00	21.928,62
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	723.582,66	0,00	723.582,66
40	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	812,54	0,00	812,54
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-2,24	0,00	-2,24
TOTAL II		746.321,58	0,00	746.321,58

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica (modalidade de aplicação 71)	-7.309,62	0,00	-7.309,62
40	Administração Geral	2.267,40	0,00	2.267,40
40	Assistência Comunitária	67.511,74	0,00	67.511,74
40	Atenção Básica	741.769,93	0,00	741.769,93
40	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	24.631,79	0,00	24.631,79
40	Vigilância Sanitária	4.661,81	0,00	4.661,81
SUBTOTAL I		833.533,05	0,00	833.533,05

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		0,00	0,00	0,00

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	16,75	833.533,05

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
SUBFUNC.TXT	SFU_09	0	0		A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 4, 24, 97, 98, 99, 100, 208, 209, 210 e 211 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	26 % dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2300000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2300000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2300000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2300000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: SFU_09 - A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 4, 24, 97, 98, 99, 100, 208, 209, 210 e 211 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.

Justificativa: NADA A DECLARAR

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	18/03/2015	Prefeitura Municipal de Alto Alegre
	Jornal	28/03/2015	Folha Espumosenense
	Internet	18/03/2015	http://www.altoalegre.rs.gov.br
2º Bimestre	Mural	15/05/2015	Prefeitura Municipal de Alto Alegre
	Jornal	23/05/2015	Folha Espumosenense
	Internet	15/05/2015	http://www.altoalegre.rs.gov.br
3º Bimestre	Mural	16/07/2015	Prefeitura Municipal de Alto Alegre
	Jornal	25/07/2015	Folha Espumosenense
	Internet	16/07/2015	http://www.altoalegre.rs.gov.br

5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Semestre	Mural	16/07/2015	Prefeitura Municipal de Alto Alegre
	Jornal	25/07/2015	Folha Espumosenense
	Internet	16/07/2015	http://www.altoalegre.rs.gov.br
1º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2014	28/01/2015	Plenário da Câmara Municipal de Vereadores
1º Quadrimestre/2015	29/05/2015	Plenário da Câmara Municipal de Vereadores

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
25/12/2012	http://www.altoalegre.rs.gov.br

Não foram inseridas observações.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida



5.2.1.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2014 - 01/07/2014 a 31/12/2014

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1000000000000000	RECEITAS CORRENTES	6.254.673,36	0,00	6.254.673,36
9100000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-840.810,08	0,00	-840.810,08
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
11120431010100	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA-PROPRIO	18.827,34	0,00	18.827,34
11120431010200	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA - MDE	7.829,73	0,00	7.829,73
11120431010300	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/IND.- ASPS	4.697,84	0,00	4.697,84
12102907000000	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR ATIVO PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA	122.587,89	0,00	122.587,89
19221001000000	COMPENSACAO FINANCEIRA ENTRE RTEGIME GERAL E OS RPPS	5.806,34	0,00	5.806,34
Subtotal		5.254.114,14	0,00	5.254.114,14
	(+) Perda com o FUNDEB	570.013,67	0,00	570.013,67
TOTAL		5.824.127,81	0,00	5.824.127,81

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 30/06/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1000000000000000	RECEITAS CORRENTES	6.791.535,21	0,00	6.791.535,21
9100000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-965.134,08	0,00	-965.134,08
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
11120431010100	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA-PROPRIO	19.127,97	0,00	19.127,97
11120431010200	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA - MDE	7.954,46	0,00	7.954,46
11120431010300	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/IND.- ASPS	4.772,67	0,00	4.772,67
12102907000000	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR ATIVO PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA	121.133,30	0,00	121.133,30
19221001000000	COMPENSACAO FINANCEIRA ENTRE RTEGIME GERAL E OS RPPS	2.537,79	0,00	2.537,79
Subtotal		5.670.874,94	0,00	5.670.874,94
	(+) Perda com o FUNDEB	616.459,70	0,00	616.459,70
TOTAL		6.287.334,64	0,00	6.287.334,64
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		12.111.462,45	0,00	12.111.462,45

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.1 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2014 - 01/07/2014 a 31/12/2014

CONTAS DE DESPESA				
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.335.510,29	0,00	2.335.510,29
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
3190010100000000	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	110.126,32	0,00	110.126,32



31501011440009766

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2015 - 11:52:55

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 30/06/2015

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
319003010000000	PENSOES - PESSOAL CIVIL	22.528,00	0,00	22.528,00
319003990000000	OUTRAS PENSOES	16.483,96	0,00	16.483,96
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		2.186.372,01	0,00	2.186.372,01

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120431010100	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA-PROPRIO	18.827,34	0,00	18.827,34
11120431010200	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA - MDE	7.829,73	0,00	7.829,73
11120431010300	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/IND.- ASPS	4.697,84	0,00	4.697,84
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		31.354,91	0,00	31.354,91

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00

Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior **2.155.017,10** **0,00** **2.155.017,10**

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 30/06/2015

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.273.378,45	0,00	2.273.378,45
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319001010000000	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	100.450,98	0,00	100.450,98
319003010000000	PENSOES - PESSOAL CIVIL	24.770,45	0,00	24.770,45
319003990000000	OUTRAS PENSOES	4.013,73	0,00	4.013,73



31501011440009766

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2015 - 11:52:55

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 30/06/2015

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		2.144.143,29	0,00	2.144.143,29

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120431010100	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA-PROPRIO	19.127,97	0,00	19.127,97
11120431010200	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA - MDE	7.954,46	0,00	7.954,46
11120431010300	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/IND.- ASPS	4.772,67	0,00	4.772,67
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		31.855,10	0,00	31.855,10

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	395,48	0,00	395,48
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS		395,48	0,00	395,48

Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual	2.112.683,67	0,00	2.112.683,67
Total da Despesa com Pessoal	4.267.700,77	0,00	4.267.700,77

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida Excluído RPPS - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 30/06/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
222110201000000	Emprestimos BADESUL	16.913,88	0,00	16.913,88
TOTAL		16.913,88	0,00	16.913,88

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida Excluído RPPS - Ativo Circulante e Não Circulante - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 30/06/2015



31501011440009766

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2015 - 11:52:55

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 30/06/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
111110100000000	CAIXA	189.448,85	0,00	189.448,85
11111902010000	Banco do Brasil c/ FPM	361.687,88	0,00	361.687,88
11111902020000	Banco Brasil c/ FEP	53.549,70	0,00	53.549,70
11111902030000	Banco Brasil c/ ITR	3.946,62	0,00	3.946,62
11111902040000	Banco Brasil c/ CFRH	54.717,35	0,00	54.717,35
11111902070000	Banco Brasil c/ ICMS - L.K	21.058,58	0,00	21.058,58
11111902110000	Banco Brasil c/ MDE	8.109,02	0,00	8.109,02
11111902190000	Banco Brasil c/ Salario Educacao	27.219,92	0,00	27.219,92
11111902200000	Banco B.C/ Prog.Nac.Apoio Trans.Esc- PNAT	169,47	0,00	169,47
11111902220000	Banco Brasil c/ CIDE	49,41	0,00	49,41
11111902230000	Banco Brasil c/ FEX	36.549,29	0,00	36.549,29
11111902250000	Banco do Brasil, c/fundo saude	34.604,60	0,00	34.604,60
11111902300000	Banco Brasil c/ FNDE - PAR - atv 2194	16.412,07	0,00	16.412,07
11111902320000	Banco do Brasil c/ FUNDEB	130.055,62	0,00	130.055,62
11111902330000	Banco do Brasil c/ Super Simples	29.402,34	0,00	29.402,34
11111902370000	Banco Brasil MERENDA PNAEF - FUNDAMENTAL	451,86	0,00	451,86
11111902380000	Banco Brasil MERENDA PNAEC-CRECHE	1.677,53	0,00	1.677,53
11111902390000	Banco Brasil MERENDA PNAEP-PRE ESCOLA	726,80	0,00	726,80
11111902440100	Banco Brasil c/ PAB - FIXO	29.593,57	0,00	29.593,57
11111902440200	Banco Brasil C/ ESF-Atv.2059	4.000,00	0,00	4.000,00
11111902440300	Banco Brasil C/ PACS-Atv.2061	1.163,68	0,00	1.163,68
11111902440400	B.Brasil c/ Saúde Bucal - SB - Atv 2178	9.193,67	0,00	9.193,67
11111902440500	Banco Brasil FNS-BLATB - reforma Posto Saúde-Atv.1135	37.442,83	0,00	37.442,83
11111902440600	Banco Brasil Recursos Saúde - PMAQ-Atv.2193	61.833,12	0,00	61.833,12
11111902440700	Banco Brasil Recursos Saúde -UBS - Informatização e Telesaúde-Atv.2192	1.783,04	0,00	1.783,04
11111902440800	Banco do Brasil NASF at. 2199	24.331,73	0,00	24.331,73
11111902450100	Farmácia Básica-Atv.2063	6.613,04	0,00	6.613,04
11111902460100	Banco Brasil C/ Piso Fixo de Vig.Prom.Saude- - PFVPS - 1089	8.018,95	0,00	8.018,95
11111902460200	B.B. Ações Estruturantes de Vigilância Sanitária-Atv.2064	2.932,03	0,00	2.932,03
11111902460300	B.B. Repasse p/Estrut.Tecnológica da Vigilância - Dengue-Atv.2197	4.309,59	0,00	4.309,59
11111902460400	Programa Qualificação ações Vigilância em Saúde - PQAVS-Atv.2196	615,97	0,00	615,97
11111902460500	BB c/ Aperfeiçoamento do sistema Unico de Saúde-Atv.2128	12.000,37	0,00	12.000,37
11111902460600	Banco Brasil conta Incentivo Pontuais p/Ações de Serv,Vigilância em saúde	2.226,26	0,00	2.226,26
11111902460700	Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde	2.883,94	0,00	2.883,94
11111902465001	Prog.Financ. Ações Alimentação Nutricional (VAN)-Atv.2186	110.553,58	0,00	110.553,58
11111902480000	Banco Brasil c/ Leilão Livre	45.242,67	0,00	45.242,67
11111902490000	Banco Brasil C/CIP	21.501,89	0,00	21.501,89
11111902500000	Banco Brasil C/Extra Orçamentaria	941,65	0,00	941,65



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111902510000	B.B. Conta Leilao Saúde	20.221,10	0,00	20.221,10
111111902540000	Banco Brasil C/Água - Funasa	8.481,86	0,00	8.481,86
111111902550000	Banco do Brasil c/ FMAS/ IGDBF	2.496,81	0,00	2.496,81
111111902570000	Banco Brasil C/FMAS-PB- PAIF - (2010)	27.135,15	0,00	27.135,15
111111902580000	Banco do Brasil c/IGD-SUAS	11.164,07	0,00	11.164,07
111111902610100	B.B.Teto Municipal rede Cegonha (RCE-RCEG) - Exames Laboratorias	9.848,87	0,00	9.848,87
111111902630000	Pref. Municip.Altto Alegre AFM	95.707,71	0,00	95.707,71
111111902640000	Banco do Brasil c/ FMAS - SCFV	42.375,40	0,00	42.375,40
111111902670000	B.Brasil com Leilão MDE	8.257,84	0,00	8.257,84
111111903010000	Caixa Econ.federal C/Movimento	436.868,55	0,00	436.868,55
111111912010000	Banrisul c/ Diversos	318.747,55	0,00	318.747,55
111111912020000	Banrisul c/ Consulta Popular 2013- Leite equipamentos	20.853,57	0,00	20.853,57
111111912160000	Banrisul C/ Transp Escolar Estadual Rural	8.463,80	0,00	8.463,80
111111912280000	Banrisul c/ PIT	13.961,56	0,00	13.961,56
111111912290000	Banrisul conta multa de Transito	54,44	0,00	54,44
111111912460000	BANRISUL C/ FMMA	568,01	0,00	568,01
111111912470000	Banrisul conta saúde 15%	4.737,87	0,00	4.737,87
111111912480000	Banrisul conta FMA	3.529,37	0,00	3.529,37
111111912490000	Banrisul c/ Infra-Est.área Industrial	12.692,56	0,00	12.692,56
111111912620200	Banrisul c/ PSF- Estadual-Atv.2153	13.753,87	0,00	13.753,87
111111912620400	Banrisul c/ Diabéticos-Atv.2165	1.892,92	0,00	1.892,92
111111912620500	Incentivo a qual. a Atenção Básica saúde - PIES- 1039	4.411,65	0,00	4.411,65
111111912620800	Banrisul C/Saúde Bucal-Atv.2190	2.098,17	0,00	2.098,17
111111912621400	Banrisul c/ Exames Pre-Natal e rede Cegonha	648,18	0,00	648,18
111111912621600	Banrisul C/Sec.Est.saúde . Conv. Modernização UBS	1.217,71	0,00	1.217,71
113810500000000	Receitas Troca-Troca	3.402,30	0,00	3.402,30
113811800000000	DIVIDENDOS PROPOSTOS A RECEBER	5.538,35	0,00	5.538,35
114910100000000	(-) AJUSTES DE PERDAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-282.383,49	0,00	-282.383,49
121110301010000	Empréstimos diversos concedidos a Receber	142.694,51	0,00	142.694,51
TOTAL		2.296.458,75	0,00	2.296.458,75

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida Excluído RPPS - Obrigações Financeiras - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 30/06/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
211110101000000	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS DO EXERCICIO	21.327,21	0,00	21.327,21
211110102000000	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	132.281,87	0,00	132.281,87
211110103000000	FÉRIAS	100.085,73	0,00	100.085,73
211110104000000	LICENÇA- PRÊMIO	41.374,73	0,00	41.374,73
211430101000000	INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E	11.476,44	0,00	11.476,44



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
REMUNERAÇÕES				
211430800000000	CONTRIBUICAO A ENTIDADES DE ASSISTENCIA MEDICO-ODONTOLOGICA	11.028,79	0,00	11.028,79
213110101000000	FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR	203.433,43	0,00	203.433,43
213110199010200	Restos apagar processados 2013- Executivo	15,37	0,00	15,37
213110199030000	Restos a pagar 2014 Processados (Executivo e Legislativo)	9.621,58	0,00	9.621,58
218810102020000	INSS - Parte dos Servidores - LIVRE	9.345,63	0,00	9.345,63
218810102050000	INSS - Legislativo	1.457,22	0,00	1.457,22
218810103009907	RPPS - Contribuição serv. Executivo	12.619,57	0,00	12.619,57
218810199010000	Retenção Contrato seguro	70,43	0,00	70,43
218810199020000	Banrisul- Retenção de Empréstimo	2.742,76	0,00	2.742,76
218810199030000	Sindessema	1.588,46	0,00	1.588,46
218810199040000	Retenção Vilson Werner - Diárias	7.350,00	0,00	7.350,00
218810199050000	Ipê - Plano de Saúde	17.914,40	0,00	17.914,40
218810199080000	CEF -Retenção Empréstimo Livre	6.237,00	0,00	6.237,00
218810199100000	Retenção IPÊ - Isolde	-197,74	0,00	-197,74
218810199140000	DESCONTO MULTA DE TRANSITO	170,24	0,00	170,24
TOTAL		589.943,12	0,00	589.943,12
Total das Deduções (Total AC + ANC - Obrig. Financ.)				1.706.515,63
Total da Dívida Consolidada				0,00

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida Excluído RPPS - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 30/06/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
631100000000000	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	-448.584,76	0,00	-448.584,76
TOTAL		-448.584,76	0,00	-448.584,76

5.2.4.5 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 30/06/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

5.2.4.6 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS - Ativo Circulante e Não Circulante - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 30/06/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
111110601010000	Banco do Brasil c/ RPPS	2.224.094,77	0,00	2.224.094,77



31501011440009766

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2015 - 11:52:55

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 30/06/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111110601020000	Caixa Econômica Federal c/ RPPS	1.872.104,10	0,00	1.872.104,10
111110601030000	Banrisul c/ RPPS	1.312.954,45	0,00	1.312.954,45
TOTAL		5.409.153,32	0,00	5.409.153,32

5.2.4.7 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS - Obrigações Financeiras - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 30/06/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00
Total das Deduções (Total AC + ANC - Obrig. Financ.)				5.409.153,32
Total da Dívida Consolidada				0,00

5.2.4.8 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 30/06/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 30/06/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 30/06/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 30/06/2015



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		0,00	0,00	0,00

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 30/06/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2014 - 01/01/2014 a 31/12/2014

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000	IPTU - PROPRIO	37.578,83	0,00	37.578,83
11120200020000	IPTU - MDE	15.657,80	0,00	15.657,80
11120200030000	IPTU - ASPS	9.394,71	0,00	9.394,71
11120431010100	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA-PROPRIO	37.726,80	0,00	37.726,80
11120431010200	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA - MDE	15.685,75	0,00	15.685,75
11120431010300	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/IND.- ASPS	9.411,45	0,00	9.411,45
11120431060100	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND-PROPRIO	2.542,39	0,00	2.542,39
11120431060200	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- MDE	1.059,27	0,00	1.059,27
11120431060300	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- ASPS	635,53	0,00	635,53
11120431080100	IRPF RPPS	21,30	0,00	21,30
11120800010000	Receita de ITBI - proprio 60%	19.670,74	0,00	19.670,74
11120800020000	Receita de ITBI - MDE 25%	8.196,14	0,00	8.196,14
11120800030000	Receita de ITBI Saúde 15%	4.917,68	0,00	4.917,68
11130501010000	ISSQN - Próprio	37.850,74	0,00	37.850,74
11130501020000	ISSQN - MDE	15.770,88	0,00	15.770,88
11130501030000	ISSQN - Saúde	9.462,63	0,00	9.462,63
11212100000000	TAXA CONTROLE E FISCALIZACAO AMBIENTAL	714,36	0,00	714,36
11212500000000	TAXA LICENCA P/FUNC.EST.COM.IND.PRES SER	7.091,49	0,00	7.091,49
12102907000000	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR ATIVO PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA	235.204,89	0,00	235.204,89
12300000000000	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	9.346,18	0,00	9.346,18
17210102010000	COTA-PARTE DO FPM - PROPRIO	3.626.659,84	0,00	3.626.659,84
17210102020000	COTA-PARTE DO FPM - MDE	302.221,66	0,00	302.221,66



31501011440009766

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2015 - 11:52:55

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 30/06/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17210102040000	FPM.-PARTE DO FPM - ASPS	906.664,95	0,00	906.664,95
17210102060000	Cota-Parte do FPM - FUNDEB	1.208.886,60	0,00	1.208.886,60
17210102070100	COTA-EXTRA DO FPM -PRÓPRIO	201.077,25	0,00	201.077,25
17210102070200	COTA-EXTRA DO FPM - MDE	67.025,74	0,00	67.025,74
17210105010000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	3.640,06	0,00	3.640,06
17210105020000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	303,34	0,00	303,34
17210105030000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	910,02	0,00	910,02
17210105040000	Cota-Parte do ITR - FUNDEB	1.213,35	0,00	1.213,35
17213600010000	Transferencia LC 87/96 - Próprio	10.092,96	0,00	10.092,96
17213600020000	Transferencia LC 87/96 - MDE	841,08	0,00	841,08
17213600040000	Transferencia rec. LC 87/96. - SAÚDE	2.523,24	0,00	2.523,24
17213600050000	Transf. financeira LC 87/96 - FUNDEB	3.364,32	0,00	3.364,32
17220101010000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.329.477,26	0,00	1.329.477,26
17220101020000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	110.789,80	0,00	110.789,80
17220101040000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	332.369,35	0,00	332.369,35
17220101050000	Cota-Parte do ICMs - FUNDEB	443.159,10	0,00	443.159,10
17220102010000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	89.359,23	0,00	89.359,23
17220102020000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	7.446,60	0,00	7.446,60
17220102030000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	22.339,80	0,00	22.339,80
17220102040000	Cota-Parte do IPVA - FUNDEB	29.786,42	0,00	29.786,42
17220104010000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	23.910,04	0,00	23.910,04
17220104020000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.992,52	0,00	1.992,52
17220104040000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	5.977,51	0,00	5.977,51
17220104050000	Cota-Parte do IPI/Exportação - FUNDEB	7.970,06	0,00	7.970,06
17220113000000	COTA-PARTE CONTRIB.INTER.DOMINIO-CID	1.024,70	0,00	1.024,70
19113800010000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	437,08	0,00	437,08
19113800020000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	182,10	0,00	182,10
19113800030000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	109,25	0,00	109,25
19114000010000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	6,40	0,00	6,40
19114000020000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	2,68	0,00	2,68
19114000030000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	1,61	0,00	1,61
19119900010000	MULTAS E JUROS DE MORA DAS TAXAS	25,16	0,00	25,16
19119901010000	MULTAS E JUROS DE MORA DAS TAXAS	4.427,43	0,00	4.427,43
19131100010000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU- PROPRIO	2.463,21	0,00	2.463,21
19131100020000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - MDE	1.026,27	0,00	1.026,27
19131100030000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - ASPS	615,75	0,00	615,75
19131300010000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA ISS-PROPRIO	121,50	0,00	121,50
19131300020000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA ISS - MDE	50,62	0,00	50,62
19131300030000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA ISS - ASPS	30,37	0,00	30,37
19311100010000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU- PROPRIO	5.790,03	0,00	5.790,03
19311100020000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	2.412,40	0,00	2.412,40



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
19311100030000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.447,49	0,00	1.447,49
19311300010000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	48,00	0,00	48,00
19311300020000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	20,00	0,00	20,00
19311300030000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	12,00	0,00	12,00
19319900010000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS	3.986,23	0,00	3.986,23
91112020001000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - PRÓPRIO	-2.134,37	0,00	-2.134,37
91112020002000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - MDE	-889,30	0,00	-889,30
91112020003000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - ASPS	-533,58	0,00	-533,58
91121001000000	DESCONTO CNF LEI	-2.075,13	0,00	-2.075,13
91121002000000	DESCONTO SERVIÇO MAQUINAS	-11.734,62	0,00	-11.734,62
91121003000000	DESCONTO VISTORIA	-421,72	0,00	-421,72
91121005000000	DESCONTO LIXO	-570,29	0,00	-570,29
91121006000000	DESCONTO DIVERSOS	-2.038,75	0,00	-2.038,75
91121007000000	DESCONTO TROCA DE MILHO	-71,14	0,00	-71,14
91121009000000	DESCONTO TAXA DE AGUA	-3.397,57	0,00	-3.397,57
TOTAL		9.218.315,47	0,00	9.218.315,47

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2014 - 01/01/2014 a 31/12/2014

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	848.966,51	0,00	848.966,51	1,0549	895.574,77
Fevereiro	903.864,80	0,00	903.864,80	1,0507	949.690,75
Março	592.968,52	0,00	592.968,52	1,0418	617.754,60
Abril	759.389,03	0,00	759.389,03	1,0266	779.588,78
Mai	869.971,53	0,00	869.971,53	1,0221	889.197,90
Junho	667.207,13	0,00	667.207,13	1,0221	681.952,41
Julho	660.276,76	0,00	660.276,76	1,0221	674.868,88
Agosto	677.596,89	0,00	677.596,89	1,0221	692.571,78
Setembro	678.707,09	0,00	678.707,09	1,0214	693.231,42
Outubro	603.173,65	0,00	603.173,65	1,0212	615.960,93
Novembro	760.019,37	0,00	760.019,37	1,0152	771.571,66
Dezembro	1.196.174,19	0,00	1.196.174,19	1,0038	1.200.719,65
TOTAL	9.218.315,47	0,00	9.218.315,47		9.462.683,53

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	2.168.503,96	2.367.289,20
2º Bimestre	2.101.303,96	2.094.620,04
3º Bimestre	2.170.303,96	2.329.625,97
4º Bimestre	2.219.280,46	0,00
5º Bimestre	2.081.303,96	0,00



RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
6º Bimestre	2.418.303,70	0,00
TOTAL	13.159.000,00	6.791.535,21

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	70.333,34	66.067,94
2º Bimestre	70.333,34	30.060,52
3º Bimestre	70.333,34	96.654,91
4º Bimestre	70.333,34	0,00
5º Bimestre	70.333,34	0,00
6º Bimestre	70.333,30	0,00
TOTAL	422.000,00	192.783,37

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	1.666,66	0,00
2º Bimestre	1.666,66	0,00
3º Bimestre	29.166,66	28.454,84
4º Bimestre	41.666,66	0,00
5º Bimestre	1.666,66	0,00
6º Bimestre	29.166,70	0,00
TOTAL	105.000,00	28.454,84

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-319.333,22	-338.616,28
2º Bimestre	-319.333,22	-292.159,99
3º Bimestre	-319.333,22	-340.422,89
4º Bimestre	-319.333,22	0,00
5º Bimestre	-319.333,22	0,00
6º Bimestre	-319.333,90	0,00
TOTAL	-1.916.000,00	-971.199,16

TOTAL DA RECEITA	META	REALIZADA
	11.770.000,00	6.041.574,26

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2014.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2015.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2014.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2015.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2014.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2015.



Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2014.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2015.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Hélio Dalberto

CPF: 42075530025

Cargo/Função: Prefeito

Mandato - Início e Término: 01/01/2013 a

Substitutos:

CPF: 88421597000

Nome: Tania Cristina Theis

Cargo: Presidenta da Câmara de Vereadores

Substituições:

Início: 01/02/2015

Término: 20/02/2015

Não houve substituições formais no 2º bimestre.

Não houve substituições formais no 3º bimestre.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

SIAPC - Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas

Programa Autenticador de Dados - PAD Versão: 15.0.0.2

Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE



31501011440009766

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



17/07/2015 - 11:52:55

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 30/06/2015

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

ALTO ALEGRE, 17 de Julho de 2015

JONAS SIEG LIMA
Contabilista

HÉLIO DALBERTO
Prefeito Municipal

Página
51

Processo
00723-0200/15-7

Página da
peça
24

Peça
196563

DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO

ACESSO
N024F673



Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2015

PM DE ALTO ALEGRE

1º Semestre



31502011440009766

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



15.0.0.2

17/07/2015

11:52:55

Pág.: 1/2

Nome da Entidade: PM DE ALTO ALEGRE

CNPJ: 92406057000103

ORGÃO Nº: 64700

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53

Valores expressos em reais

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Valor Ajustado
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses)	12.111.462,45

MODELO 2 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "a" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

DESPESA COM PESSOAL	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total da Despesa Líquida c/Pessoal nos 12 últimos meses	4.267.700,77	35,24%
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		48,60 %
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		51,30 %
Limite Legal - LRF, alínea "b" do Inciso III do art. 20		54,00 %

MODELO 4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "b" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

DÍVIDA	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00%
Limite Para Emissão de Alerta - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		108,00 %
Limite Legal - Resolução do Senado Federal nº 40/2001, Inciso II do art. 3º		120,00 %

MODELO 5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "c" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

GARANTIAS DE VALORES	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total das Garantias	0,00	0,00%
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal Ampliado - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		28,80 %
Limite Legal Ampliado - Resolução Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º		32,00 %

MODELO 6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "d" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00%
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		14,40 %
Limite Legal - Operação de Crédito Internas e Externas- Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º		16,00 %
Operação de Crédito p/Antecipação de Receita - ARO	0,00	0,00%
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		6,30 %
Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		7,00 %

Assinado digitalmente por: TAMARA NUNES em 21/07/15, TANIA CRISTINA THEIS em 22/07/15 e LEANDRO JORGE BERTOL em 27/07/15.

Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BFBD.CD97.83AF.A1C7.D6E0.



Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2015
PM DE ALTO ALEGRE
1º Semestre



31502011440009766

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



15.0.0.2
17/07/2015
11:52:55
Pág.: 2/2

ALTO ALEGRE, 17 de Julho de 2015 .

HÉLIO DALBERTO
Prefeito Municipal

LEANDRO JORGE BERTOL
Responsável pela Administração Financeira

TAMARA NUNES
Responsável pelo Controle Interno



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2015
Período: 1º Semestre
PM DE ALTO ALEGRE



41504011830507268

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/07/2015

16:06:28

3.0.0.4

Pág.: 1/6

Nome da Entidade: PM DE ALTO ALEGRE

CNPJ: 92406057000103

ORGÃO N°: 64700

Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 31502011440009766 (Modelo 9)

Possui RPPS? Sim

Forma de Organização? Fundo

Responsável pelo Fundo: Leandro Jorge Bertol

Telefone: (54)33821030

e-mail: guga@altoalegre.rs.gov.br

Lei de Instituição do Controle Interno: 2.083

Data da Lei de Instituição do Controle Interno: 20/03/2013

(Não houve alteração da Lei de Instituição do Controle Interno)

Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

- Responsável pelo Controle Interno

CPF	NOME	CARGO	EMAIL	TELEFONE
2231377071	Tamara Nunes	Agente de Controle Interno	tamaranunes.tn@hotmail.com	(54) 3382-1030

- Demais Integrantes do Controle Interno

CPF	NOME
1834790093	Marceli Zanchi
57568910059	Moacir Morgan

- Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

Não foram inseridas observações para este item.

1 - Audiência Pública

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do 3º Quadrimestre do exercício anterior, em audiência pública, realizada Plenário da Câmara de Vereadores dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

O cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre do exercício atual, foi demonstrado e avaliado em audiência pública, realizada Plenário da Câmara de Vereadores dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

2 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

A LDO nº 2.253, publicada em 23/09/2014:

- Contém matéria acerca do equilíbrio entre receitas e despesas;
- Fixou critérios e forma de limitação de empenho;
- Estabeleceu normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- Definiu demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

Não foram inseridas observações para este item.



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2015
Período: 1º Semestre
PM DE ALTO ALEGRE



41504011830507268

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/07/2015

16:06:28

3.0.0.4

Pág.: 2/6

3 - Anexo de Metas Fiscais

O Anexo de Metas Fiscais integrou o Projeto da LDO, sendo que nele constaram as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício de 2015 e para os dois seguintes.

Verificou-se, ainda, que o Anexo de Metas Fiscais:

- Contemplou a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
- Contém o demonstrativo das metas anuais para o exercício de 2015, devidamente instruído com memória e metodologia de cálculo que justificam os resultados pretendidos. As metas anuais foram comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores, e foi evidenciada a sua consistência com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;
- Trata da evolução do patrimônio líquido para os três últimos exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- Possui a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS e dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;
- Contém o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Não foram inseridas observações para este item.

4 - Anexo de Riscos Fiscais

A LDO contém o Anexo de Riscos Fiscais, onde foram avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas e foram informadas as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Não foram inseridas observações para este item.

6 - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

O Poder Executivo não estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso em até trinta dias após a publicação dos orçamentos.

Não foram inseridas observações para este item.

7 - Metas Bimestrais de Arrecadação

As receitas previstas não foram desdobradas, pelo Poder Executivo, no prazo previsto no art. 8º da LRF (30 dias após a publicação dos orçamentos), em metas bimestrais de arrecadação.

Não foram inseridas observações para este item.

8 - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

O Poder Executivo Municipal não promoveu a limitação de empenho, pois foi constatado que a realização da receita deverá comportar o cumprimento das metas de resultado nominal ou primário.

Não foram inseridas observações para este item.



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2015
Período: 1º Semestre
PM DE ALTO ALEGRE



41504011830507268

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/07/2015

16:06:28

3.0.0.4

Pág.: 3/6

9 - Operações de Crédito

Não foram contraídas operações de crédito, não houve inscrições em Restos a Pagar, tampouco financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros no exercício.

Não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) no exercício.

Não foram inseridas observações para este item.

10 - Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida foi apurada no 1º Semestre de 2015 de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, inciso II do art. 3º e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

Não foram inseridas observações para este item.

11 - Aplicação da Receita de Alienação de Bens

No 1º Semestre de 2015 não houve registro de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público.

Não foram inseridas observações para este item.

12 - Consolidação das Contas

O Poder Executivo encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União em 20/03/2015 no prazo definido no inciso I do § 1º do art. 51 da LRF, enviando cópia ao Poder Executivo Estadual dentro do mesmo prazo.

Não foram inseridas observações para este item.

13 - Utilização dos Recursos Vinculados

As disponibilidades constam de registro próprio e os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada.

As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

Não foram inseridas observações para este item.

14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

Não existem beneficiários de pagamento de Sentenças Judiciais no Poder Executivo.

Não foram inseridas observações para este item.

15 - Renúncia de Receita

No 1º Semestre de 2015 não houve renúncia de receita decorrente da concessão e/ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2015
Período: 1º Semestre
PM DE ALTO ALEGRE



41504011830507268

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/07/2015

16:06:28

3.0.0.4

Pág.: 4/6

tributária.

Não foram inseridas observações para este item.

16 - Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O quadro a seguir demonstra os bimestres em que foram efetuadas as publicações e divulgações bimestrais dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO, bem como o cumprimento do prazo fixado no art. 52 da LRF e a observância dos modelos da STN.

Considerando que o município possui menos de 50.000 habitantes, o Poder Executivo poderá optar pela publicação do RREO no jornal ou pela afixação no Mural, sendo obrigatória a disponibilização via Internet.

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Quanto a fixação em mural:						
o RREO foi fixado em mural?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Quanto à divulgação, em jornal ou Diário Oficial do Município:						
o RREO foi divulgado em jornal ou Diário Oficial do Município?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Quanto a disponibilização na Internet:						
o RREO foi disponibilizado na internet?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	-	-	-

Não foram inseridas observações para este item.

17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 1º Semestre de 2015, foram efetuadas pelo Poder Executivo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal não excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 1º Semestre de 2015.

O Poder Executivo não excedeu o limite de 54% da Despesa com Pessoal no 1º Semestre de 2015.

Não foram inseridas observações para este item.

25 - Informações referentes à LC nº 131/2009

As informações foram disponibilizadas na Internet, em tempo real, em atendimento ao Art. 48, Parágrafo único, inciso II e Art. 48-A, ambos da LC nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC nº 131/2009, a partir do dia 25/12/2012.



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2015
Período: 1º Semestre
PM DE ALTO ALEGRE



41504011830507268

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/07/2015

16:06:28

3.0.0.4

Pág.: 5/6

Não foram inseridas observações para este item.

26 - Sistema de controle de custos

A Administração Pública mantém sistema de custos que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial conforme previsto no art. 50, § 3º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

Observações do Responsável pelo Controle Interno para o TCERS

NADA A DECLARAR



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2015
Período: 1º Semestre
PM DE ALTO ALEGRE



41504011830507268

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/07/2015

16:06:28

3.0.0.4

Pág.: 6/6

PM DE ALTO ALEGRE, 21/07/2015

TANIA CRISTINA THEIS
Prefeito Municipal

Tamara Nunes
Responsável pelo Controle Interno



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 92406057000103

Período: 01/01/2015 a 31/08/2015 - 4º Bimestre

Prefeitura: PM DE ALTO ALEGRE

Logradouro: Rua Recreio

nr: 233 compl: Centro Administrativ

Telefone: (54) 3382-1030

HomePage: altoalegre.rs.gov.br

E-Mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br

Prefeito Municipal: HÉLIO DALBERTO

Contabilista: JONAS SIEG LIMA

Número do CRC: 091179

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DIGIFREDI INFORMATICA LTDA

CNPJ: 88659974000122

Telefone: (55)37443636

Responsável: JOSÉ DE ALMEIDA QUADROS

E-Mail: suporte@digifredi.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros: MEDICAMENTOS, PEDAGOGICO E AMBIENTAL
- Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
3656200000195	CONS. DE DESENV. INTERMUNICIPAL DOS MUNICIPIOS DO ALTO JACUI

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

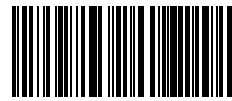
CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita



2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTARIA	217.000,00	179.662,20
RECEITA DE CONTRIBUICOES	313.000,00	149.965,32
RECEITA PATRIMONIAL	993.700,00	491.166,63
RECEITA DE SERVICOS	135.013,25	30.898,75
TRANSFERENCIAS CORRENTES	11.423.316,50	7.833.178,01
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	76.970,25	34.492,55
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	13.159.000,00	8.719.363,46
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	422.000,00	225.451,24
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	422.000,00	225.451,24
RECEITAS DE CAPITAL		
ALIENACAO DE BENS	50.000,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	55.000,00	28.454,84
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	105.000,00	28.454,84
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-1.916.000,00	-1.225.507,32
TOTAL DAS RECEITAS	11.770.000,00	7.747.762,22

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	11.280.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	457.032,41
Créditos Especiais	716.942,65
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	329.536,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	12.124.439,06
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	6.277.832,85
Liquidado	6.081.341,60
Pago	5.828.904,90
SALDO A LIQUIDAR	196.491,25
SALDO A PAGAR	252.436,70



41501032752965269

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



09/09/2015 - 16:02:33

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/08/2015

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

	VALOR
Empenhado	867.705,36
Liquidado	754.568,90
Pago	749.978,90
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	113.136,46
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	4.590,00

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Auxílios e Convênios	605.340,84
Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	329.536,00
Superávit Financeiro	239.098,22
TOTAL	1.173.975,06

2.3 Contas de Verificação

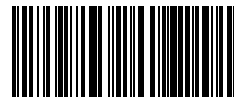
2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	6.225.769,87D	7.560.863,36D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.958.062,15D	9.868.621,44D
PASSIVO CIRCULANTE	114.725,63C	550.028,60C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	2.293.709,26C	2.230.321,38C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	13.791.446,66C	13.498.149,41C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	3.084.448,59D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	151.398,83D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	2.672.866,41D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	94.531,04D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	123.499,77D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	371.679,71D
TRIBUTÁRIAS	0,00	102.154,98D
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	9.301,08D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	188.681,26C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	368.165,22C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	38.632,77C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	491.799,41C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	6.612.715,66C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	32.450,00C
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	44.471,03C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO

	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	5.932,74D	224.276,63D
Bancos Conta Movimento	1.481.933,06D	1.998.279,11D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	1.487.865,80D	2.222.555,74D



41501032752965269

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



09/09/2015 - 16:02:33

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/08/2015

	Saldo Inicial	Saldo Final
RPPS		
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	4.904.412,85D	5.502.275,22D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	4.904.412,85D	5.502.275,22D
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	6.392.278,65D	7.724.830,96D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	1.160.823,70	1.019.744,18	835.637,99
2º Bimestre	1.432.599,36	1.507.806,27	1.441.454,70
3º Bimestre	1.754.051,50	1.385.432,34	1.548.516,16
4º Bimestre	1.735.983,06	1.726.645,40	1.626.238,32
5º Bimestre	1.799.818,19	1.832.586,74	1.667.839,84
6º Bimestre	2.096.384,13	1.914.068,69	2.157.276,88

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	11.862.590,00	12.555.439,44
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	350.000,00	377.293,74
RECEITAS DE CAPITAL	156.500,00	108.987,47
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-1.769.090,00	-1.729.396,15
TOTAL CONTAS DE RECEITA	10.600.000,00	11.312.324,50

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	SELEÇÃO AUTOMÁTICA	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00

Contas de Receita



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

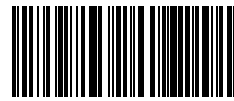
Nada a Declarar

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000	IPTU - PROPRIO	39.979,96	0,00	39.979,96
11120200020000	IPTU - MDE	16.658,28	0,00	16.658,28
11120200030000	IPTU - ASPS	9.995,00	0,00	9.995,00
11120431010100	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA-PROPRIO	24.166,30	0,00	24.166,30
11120431010200	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA - MDE	10.046,00	0,00	10.046,00
11120431010300	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/IND.- ASPS	6.027,60	0,00	6.027,60
11120431060100	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND-PROPRIO	1.569,41	0,00	1.569,41
11120431060200	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- MDE	653,87	0,00	653,87
11120431060300	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- ASPS	392,31	0,00	392,31
11120800010000	Receita de ITBI - proprio 60%	7.817,28	0,00	7.817,28
11120800020000	Receita de ITBI - MDE 25%	3.257,20	0,00	3.257,20
11120800030000	Receita de ITBI Saúde 15%	1.954,32	0,00	1.954,32
11130501010000	ISSQN - Próprio	29.074,55	0,00	29.074,55
11130501020000	ISSQN - MDE	12.114,33	0,00	12.114,33
11130501030000	ISSQN - Saúde	7.268,61	0,00	7.268,61
17210102010000	COTA-PARTE DO FPM - PROPRIO	2.678.876,70	0,00	2.678.876,70
17210102020000	COTA-PARTE DO FPM - MDE	223.239,74	0,00	223.239,74
17210102040000	FPM.-PARTE DO FPM - ASPS	669.719,15	0,00	669.719,15
17210102060000	Cota-Parte do FPM - FUNDEB	892.958,88	0,00	892.958,88
17210105010000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	83,31	0,00	83,31
17210105020000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	6,95	0,00	6,95
17210105030000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	20,83	0,00	20,83
17210105040000	Cota-Parte do ITR - FUNDEB	27,77	0,00	27,77
17213600010000	Transferencia LC 87/96 - Próprio	7.002,06	0,00	7.002,06
17213600020000	Transferencia LC 87/96 - MDE	583,51	0,00	583,51
17213600040000	Transferencia rec. LC 87/96. - SAÚDE	1.750,50	0,00	1.750,50
17213600050000	Transf. financeira LC 87/96 - FUNDEB	2.334,01	0,00	2.334,01
17220101010000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	925.400,20	0,00	925.400,20
17220101020000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	77.116,66	0,00	77.116,66
17220101040000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	231.350,05	0,00	231.350,05
17220101050000	Cota-Parte do ICMs - FUNDEB	308.466,76	0,00	308.466,76



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17220102010000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	72.902,57	0,00	72.902,57
17220102020000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	6.075,20	0,00	6.075,20
17220102030000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	18.225,64	0,00	18.225,64
17220102040000	Cota-Parte do IPVA - FUNDEB	24.300,85	0,00	24.300,85
17220104010000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	18.106,98	0,00	18.106,98
17220104020000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.508,91	0,00	1.508,91
17220104040000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	4.526,74	0,00	4.526,74
17220104050000	Cota-Parte do IPI/Exportação - FUNDEB	6.035,70	0,00	6.035,70
19113800010000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	133,20	0,00	133,20
19113800020000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	55,50	0,00	55,50
19113800030000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	33,32	0,00	33,32
19114000010000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	9,57	0,00	9,57
19114000020000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	3,99	0,00	3,99
19114000030000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	2,39	0,00	2,39
19131100010000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU- PROPRIO	2.202,87	0,00	2.202,87
19131100020000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - MDE	917,80	0,00	917,80
19131100030000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - ASPS	550,70	0,00	550,70
19311100010000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU- PROPRIO	5.429,52	0,00	5.429,52
19311100020000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	2.262,26	0,00	2.262,26
19311100030000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.357,39	0,00	1.357,39
91112020001000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - PRÓPRIO	-8,94	0,00	-8,94
91112020002000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - MDE	-3,73	0,00	-3,73
91112020003000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - ASPS	-2,24	0,00	-2,24
SUBTOTAL		6.354.538,29	0,00	6.354.538,29

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada

1.588.634,57

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

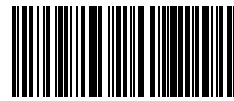
Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	42.729,68	0,00	42.729,68
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	308.530,97	0,00	308.530,97
20	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.239,55	0,00	3.239,55
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-3,73	0,00	-3,73
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.234.123,97	0,00	1.234.123,97
TOTAL II		1.588.620,44	0,00	1.588.620,44

Valor Total da Base Constitucional da Receita da Educação calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita da Educação calculada pelos recursos vinculados

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	439.589,38	0,00	439.589,38
20	Educação Infantil	30.989,97	0,00	30.989,97
31	Ensino Fundamental	187.014,99	0,00	187.014,99
31	Educação Infantil	148.198,56	0,00	148.198,56
SUBTOTAL I		805.792,90	0,00	805.792,90

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(+) Perda com o FUNDEB		767.806,72	0,00	767.806,72
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		2.211,45	0,00	2.211,45
	% de Aplicação			Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		24,73		1.571.388,17

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

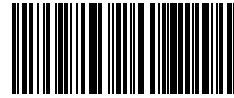
3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17210102010000	COTA-PARTE DO FPM - PROPRIO	2.678.876,70	0,00	2.678.876,70
17210102020000	COTA-PARTE DO FPM - MDE	223.239,74	0,00	223.239,74
17210102040000	FPM.-PARTE DO FPM - ASPS	669.719,15	0,00	669.719,15
17210102060000	Cota-Parte do FPM - FUNDEB	892.958,88	0,00	892.958,88
17210105010000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	83,31	0,00	83,31
17210105020000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	6,95	0,00	6,95
17210105030000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	20,83	0,00	20,83
17210105040000	Cota-Parte do ITR - FUNDEB	27,77	0,00	27,77
17213600010000	Transferencia LC 87/96 - Próprio	7.002,06	0,00	7.002,06
17213600020000	Transferencia LC 87/96 - MDE	583,51	0,00	583,51
17213600040000	Transferencia rec. LC 87/96. - SAÚDE	1.750,50	0,00	1.750,50
17213600050000	Transf. financeira LC 87/96 - FUNDEB	2.334,01	0,00	2.334,01
17220101010000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	925.400,20	0,00	925.400,20
17220101020000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	77.116,66	0,00	77.116,66
17220101040000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	231.350,05	0,00	231.350,05
17220101050000	Cota-Parte do ICMS - FUNDEB	308.466,76	0,00	308.466,76
17220102010000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	72.902,57	0,00	72.902,57
17220102020000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	6.075,20	0,00	6.075,20
17220102030000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	18.225,64	0,00	18.225,64
17220102040000	Cota-Parte do IPVA - FUNDEB	24.300,85	0,00	24.300,85
17220104010000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	18.106,98	0,00	18.106,98
17220104020000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.508,91	0,00	1.508,91
17220104040000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	4.526,74	0,00	4.526,74
17220104050000	Cota-Parte do IPI/Exportação - FUNDEB	6.035,70	0,00	6.035,70
SUBTOTAL		6.170.619,67	0,00	6.170.619,67

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada

1.234.123,93

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos



Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.234.123,97	0,00	1.234.123,97
TOTAL II		1.234.123,97	0,00	1.234.123,97

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	187.014,99	0,00	187.014,99
31	Educação Infantil	148.198,56	0,00	148.198,56
SUBTOTAL I		335.213,55	0,00	335.213,55
(+) Perda com o FUNDEB		767.806,72	0,00	767.806,72
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		2.080,86	0,00	2.080,86
	% de Aplicação			Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		17,84		1.100.939,41

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2015

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13250102000000	RECEITA DE REM. DE DEP. BANC. DE RE.VINC. - FUNDEB	2.080,86	0,00	2.080,86
17240100000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	451.608,49	0,00	451.608,49
Total		453.689,35	0,00	453.689,35

Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB

272.213,61

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2015

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	179.691,93	0,00	179.691,93
31	Educação Infantil	61.399,77	0,00	61.399,77
TOTAL		241.091,70	0,00	241.091,70
% de Aplicação				53,14

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

TOTAL		0,00	0,00	0,00
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%				0,00

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2015 (Janeiro - Agosto)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas



41501032752965269

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



09/09/2015 - 16:02:33

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/08/2015

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000	IPTU - PROPRIO	39.979,96	0,00	39.979,96
11120200020000	IPTU - MDE	16.658,28	0,00	16.658,28
11120200030000	IPTU - ASPS	9.995,00	0,00	9.995,00
11120431010100	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA-PROPRIO	24.166,30	0,00	24.166,30
11120431010200	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA - MDE	10.046,00	0,00	10.046,00
11120431010300	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/IND.- ASPS	6.027,60	0,00	6.027,60
11120431060100	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND-PROPRIO	1.569,41	0,00	1.569,41
11120431060200	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- MDE	653,87	0,00	653,87
11120431060300	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- ASPS	392,31	0,00	392,31
11120800010000	Receita de ITBI - proprio 60%	7.817,28	0,00	7.817,28
11120800020000	Receita de ITBI - MDE 25%	3.257,20	0,00	3.257,20
11120800030000	Receita de ITBI Saúde 15%	1.954,32	0,00	1.954,32
11130501010000	ISSQN - Próprio	29.074,55	0,00	29.074,55
11130501020000	ISSQN - MDE	12.114,33	0,00	12.114,33
11130501030000	ISSQN - Saúde	7.268,61	0,00	7.268,61
17210102010000	COTA-PARTE DO FPM - PROPRIO	2.678.876,70	0,00	2.678.876,70
17210102020000	COTA-PARTE DO FPM - MDE	223.239,74	0,00	223.239,74
17210102040000	FPM.-PARTE DO FPM - ASPS	669.719,15	0,00	669.719,15
17210102060000	Cota-Parte do FPM - FUNDEB	892.958,88	0,00	892.958,88
17210105010000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	83,31	0,00	83,31
17210105020000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	6,95	0,00	6,95
17210105030000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	20,83	0,00	20,83
17210105040000	Cota-Parte do ITR - FUNDEB	27,77	0,00	27,77
17213600010000	Transferencia LC 87/96 - Próprio	7.002,06	0,00	7.002,06
17213600020000	Transferencia LC 87/96 - MDE	583,51	0,00	583,51
17213600040000	Transferencia rec. LC 87/96. - SAÚDE	1.750,50	0,00	1.750,50
17213600050000	Transf. financeira LC 87/96 - FUNDEB	2.334,01	0,00	2.334,01
17220101010000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	925.400,20	0,00	925.400,20
17220101020000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	77.116,66	0,00	77.116,66
17220101040000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	231.350,05	0,00	231.350,05
17220101050000	Cota-Parte do ICMS - FUNDEB	308.466,76	0,00	308.466,76
17220102010000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	72.902,57	0,00	72.902,57
17220102020000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	6.075,20	0,00	6.075,20
17220102030000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	18.225,64	0,00	18.225,64
17220102040000	Cota-Parte do IPVA - FUNDEB	24.300,85	0,00	24.300,85
17220104010000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	18.106,98	0,00	18.106,98
17220104020000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.508,91	0,00	1.508,91
17220104040000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	4.526,74	0,00	4.526,74
17220104050000	Cota-Parte do IPI/Exportação - FUNDEB	6.035,70	0,00	6.035,70
19113800010000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	133,20	0,00	133,20
19113800020000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	55,50	0,00	55,50
19113800030000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	33,32	0,00	33,32
19114000010000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	9,57	0,00	9,57
19114000020000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	3,99	0,00	3,99
19114000030000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	2,39	0,00	2,39
19131100010000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU- PROPRIO	2.202,87	0,00	2.202,87
19131100020000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - MDE	917,80	0,00	917,80



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
19131100030000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - ASPS	550,70	0,00	550,70
19311100010000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU- PROPRIO	5.429,52	0,00	5.429,52
19311100020000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	2.262,26	0,00	2.262,26
19311100030000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.357,39	0,00	1.357,39
91112020001000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - PRÓPRIO	-8,94	0,00	-8,94
91112020002000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - MDE	-3,73	0,00	-3,73
91112020003000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - ASPS	-2,24	0,00	-2,24
SUBTOTAL I		6.354.538,29	0,00	6.354.538,29

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **953.180,74**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	25.637,84	0,00	25.637,84
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	925.592,91	0,00	925.592,91
40	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.943,80	0,00	1.943,80
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-2,24	0,00	-2,24
TOTAL II		953.172,31	0,00	953.172,31

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica (modalidade de aplicação 71)	-10.102,70	0,00	-10.102,70
40	Administração Geral	3.280,90	0,00	3.280,90
40	Assistência Comunitária	75.522,00	0,00	75.522,00
40	Atenção Básica	979.757,84	0,00	979.757,84
40	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	34.912,29	0,00	34.912,29
40	Vigilância Sanitária	6.261,81	0,00	6.261,81
SUBTOTAL I		1.089.632,14	0,00	1.089.632,14

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS 642,99

SUBTOTAL III **642,99**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	17,14	1.088.989,15

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
SUBFUNC.TXT	SFU_09	0	0		A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 4, 24, 97, 98, 99, 100, 208, 209, 210 e 211 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	26 % dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2300000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2300000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2300000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2300000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: SFU_09 - A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 4, 24, 97, 98, 99, 100, 208, 209, 210 e 211 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.

Justificativa: Não são utilizadas

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	18/03/2015	Centro Administrativo
	Jornal	28/03/2015	Folha Espumose
	Internet	18/03/2015	http://www.altoalegre.rs.gov.br
2º Bimestre	Mural	15/05/2015	Centro Administrativo
	Jornal	23/05/2015	Folha Espumose
	Internet	15/05/2015	http://www.altoalegre.rs.gov.br
3º Bimestre	Mural	16/07/2015	Centro Administrativo
	Jornal	25/07/2015	Folha Espumose
	Internet	16/07/2015	http://www.altoalegre.rs.gov.br
4º Bimestre	Mural	08/09/2015	Centro Administrativo
	Jornal	13/09/2015	Folha Espumose
	Internet	08/09/2015	http://www.altoalegre.rs.gov.br

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2014	28/01/2015	Plenário da Camara Municipal de Vereadores
1º Quadrimestre/2015	29/05/2015	Plenário da Camara Municipal de Vereadore
2º Quadrimestre/2015	18/09/2015	Plenário da Camara Municipal de Vereadore

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
25/12/2012	http://www.altoalegre.rs.gov.br

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	2.168.503,96	2.367.289,20



RECEITAS CORRENTES

	META	REALIZADA
2º Bimestre	2.101.303,96	2.094.620,04
3º Bimestre	2.170.303,96	2.329.625,97
4º Bimestre	2.219.280,46	1.927.828,25
5º Bimestre	2.081.303,96	0,00
6º Bimestre	2.418.303,70	0,00
TOTAL	13.159.000,00	8.719.363,46

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

	META	REALIZADA
1º Bimestre	70.333,34	66.067,94
2º Bimestre	70.333,34	30.060,52
3º Bimestre	70.333,34	96.654,91
4º Bimestre	70.333,34	32.667,87
5º Bimestre	70.333,34	0,00
6º Bimestre	70.333,30	0,00
TOTAL	422.000,00	225.451,24

RECEITAS DE CAPITAL

	META	REALIZADA
1º Bimestre	1.666,66	0,00
2º Bimestre	1.666,66	0,00
3º Bimestre	29.166,66	28.454,84
4º Bimestre	41.666,66	0,00
5º Bimestre	1.666,66	0,00
6º Bimestre	29.166,70	0,00
TOTAL	105.000,00	28.454,84

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA

	META	REALIZADA
1º Bimestre	-319.333,22	-338.616,28
2º Bimestre	-319.333,22	-292.159,99
3º Bimestre	-319.333,22	-340.422,89
4º Bimestre	-319.333,22	-254.308,16
5º Bimestre	-319.333,22	0,00
6º Bimestre	-319.333,90	0,00
TOTAL	-1.916.000,00	-1.225.507,32

TOTAL DA RECEITA

TOTAL DA RECEITA	11.770.000,00	7.747.762,22
-------------------------	----------------------	---------------------

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2014.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2015.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2014.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2015.



41501032752965269

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



09/09/2015 - 16:02:33

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/08/2015

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2014.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2015.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2014.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2015.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Hélio Dalberto

CPF: 42075530025

Cargo/Função: Prefeito

Mandato - Início e Término: 01/01/2013 a

Substitutos:

CPF: 88421597000

Nome: Tania Cristina Theis

Cargo: Presidenta da Câmara de Vereadores

Substituições:

Início: 01/02/2015

Término: 20/02/2015

Início: 21/07/2015

Término: 30/07/2015

Não houve substituições formais no 2º bimestre.

Não houve substituições formais no 3º bimestre.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a Declarar



41501032752965269

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



09/09/2015 - 16:02:33

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

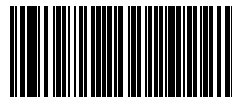
01/01/2015 a 31/08/2015

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

ALTO ALEGRE, 09 de Setembro de 2015

JONAS SIEG LIMA
Contabilista

HÉLIO DALBERTO
Prefeito Municipal



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 92406057000103

Período: 01/01/2015 a 31/10/2015 - 5º Bimestre

Prefeitura: PM DE ALTO ALEGRE

Logradouro: Rua Recreio

nr: 233 compl: Centro Administrativ

Telefone: (54) 3382-1030

HomePage: www.altoalegre.rs.gov.br

E-Mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br

Prefeito Municipal: HÉLIO DALBERTO

Contabilista: JONAS SIEG LIMA

Número do CRC: 091179

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DIGIFREDI INFORMATICA LTDA

CNPJ: 88659974000122

Telefone: (55)37443636

Responsável: JOSÉ DE ALMEIDA QUADROS

E-Mail: suporte@digifredi.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros: MEDICAMENTOS, PEDA GOGICO E AMBIENTAL
- Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
3656200000195	CONS. DE DESENV. INTERMUNICIPAL DOS MUNICIPIOS DO ALTO JACUI

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

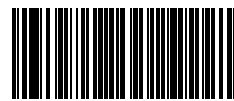
CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita



51501031235258010

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/11/2015 - 09:23:47

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/10/2015

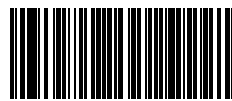
2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTARIA	217.000,00	199.278,81
RECEITA DE CONTRIBUICOES	313.000,00	207.742,00
RECEITA PATRIMONIAL	993.700,00	666.995,46
RECEITA DE SERVICOS	135.013,25	42.406,70
TRANSFERENCIAS CORRENTES	11.423.316,50	9.406.117,03
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	76.970,25	44.082,31
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	13.159.000,00	10.566.622,31
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	422.000,00	326.568,94
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	422.000,00	326.568,94
RECEITAS DE CAPITAL		
ALIENACAO DE BENS	50.000,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	55.000,00	28.881,82
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	105.000,00	28.881,82
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-1.916.000,00	-1.488.369,44
TOTAL DAS RECEITAS	11.770.000,00	9.433.703,63

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	11.280.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	964.321,38
Créditos Especiais	848.690,71
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	964.067,60
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	12.128.944,49
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	7.562.563,71
Liquidado	7.462.802,14
Pago	7.299.785,97
SALDO A LIQUIDAR	99.761,57
SALDO A PAGAR	163.016,17



DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

	VALOR
Empenhado	867.705,36
Liquidado	768.974,61
Pago	768.974,61
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	98.730,75
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	0,00

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Auxílios e Convênios	609.846,27
Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	964.067,60
Superávit Financeiro	239.098,22
TOTAL	1.813.012,09

2.3 Contas de Verificação

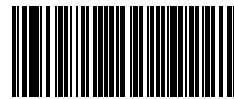
2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	6.225.769,87D	8.011.426,17D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.958.062,15D	9.741.851,70D
PASSIVO CIRCULANTE	114.725,63C	581.246,15C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	2.293.709,26C	4.904.412,85C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	13.791.446,66C	13.483.743,70C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	3.868.011,71D
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	220.002,36D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	3.365.645,21D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	134.934,55D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	182.644,47D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	372.598,42D
TRIBUTÁRIAS	0,00	119.899,82D
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	2.707.259,21D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	210.277,10C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	527.862,94C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	67.599,21C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	682.457,43C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	7.920.056,59C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	314.833,49C
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	47.833,69C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO

	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	5.932,74D	287.362,77D
Bancos Conta Movimento	1.481.933,06D	1.882.522,57D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	1.487.865,80D	2.169.885,34D



51501031235258010

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/11/2015 - 09:23:47

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/10/2015

	Saldo Inicial	Saldo Final
RPPS		
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	4.904.412,85D	5.737.202,41D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	4.904.412,85D	5.737.202,41D
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	6.392.278,65D	7.907.087,75D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	1.160.823,70	1.019.744,18	835.637,99
2º Bimestre	1.432.599,36	1.507.806,27	1.441.454,70
3º Bimestre	1.754.051,50	1.385.432,34	1.548.516,16
4º Bimestre	1.735.983,06	1.726.645,40	1.626.238,32
5º Bimestre	1.799.818,19	1.832.586,74	1.667.839,84
6º Bimestre	2.096.384,13	1.914.068,69	2.157.276,88

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	11.862.590,00	12.555.439,44
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	350.000,00	377.293,74
RECEITAS DE CAPITAL	156.500,00	108.987,47
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

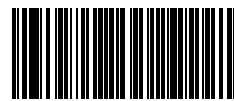
DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-1.769.090,00	-1.729.396,15
TOTAL CONTAS DE RECEITA	10.600.000,00	11.312.324,50

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

Contas de Receita



51501031235258010

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/11/2015 - 09:23:47

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/10/2015

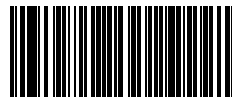
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000	IPTU - PRÓPRIO	41.370,09	0,00	41.370,09
11120200020000	IPTU - MDE	17.237,48	0,00	17.237,48
11120200030000	IPTU - ASPS	10.342,56	0,00	10.342,56
11120431010100	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA-PRÓPRIO	29.054,26	0,00	29.054,26
11120431010200	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA - MDE	12.071,02	0,00	12.071,02
11120431010300	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/IND.- ASPS	7.242,62	0,00	7.242,62
11120431060100	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND-PRÓPRIO	2.190,48	0,00	2.190,48
11120431060200	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- MDE	912,64	0,00	912,64
11120431060300	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- ASPS	547,57	0,00	547,57
11120800010000	Receita de ITBI - proprio 60%	8.549,93	0,00	8.549,93
11120800020000	Receita de ITBI - MDE 25%	3.562,48	0,00	3.562,48
11120800030000	Receita de ITBI Saúde 15%	2.137,49	0,00	2.137,49
11130501010000	ISSQN - Próprio	32.384,58	0,00	32.384,58
11130501020000	ISSQN - MDE	13.493,51	0,00	13.493,51
11130501030000	ISSQN - Saúde	8.096,09	0,00	8.096,09
17210102010000	COTA-PARTE DO FPM - PRÓPRIO	3.192.908,07	0,00	3.192.908,07
17210102020000	COTA-PARTE DO FPM - MDE	266.075,69	0,00	266.075,69
17210102040000	FPM.-PARTE DO FPM - ASPS	798.226,99	0,00	798.226,99
17210102060000	Cota-Parte do FPM - FUNDEB	1.064.302,67	0,00	1.064.302,67
17210105010000	COTA-PARTE DO ITR - PRÓPRIO	5.198,39	0,00	5.198,39
17210105020000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	433,20	0,00	433,20
17210105030000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	1.299,59	0,00	1.299,59
17210105040000	Cota-Parte do ITR - FUNDEB	1.732,79	0,00	1.732,79
17213600010000	Transferencia LC 87/96 - Próprio	8.752,58	0,00	8.752,58
17213600020000	Transferencia LC 87/96 - MDE	729,39	0,00	729,39
17213600040000	Transferencia rec. LC 87/96. - SAÚDE	2.188,12	0,00	2.188,12
17213600050000	Transf. financeira LC 87/96 - FUNDEB	2.917,51	0,00	2.917,51
17220101010000	COTA-PARTE DO ICMS - PRÓPRIO	1.185.117,65	0,00	1.185.117,65
17220101020000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	98.759,79	0,00	98.759,79
17220101040000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	296.279,42	0,00	296.279,42
17220101050000	Cota-Parte do ICMS - FUNDEB	395.039,26	0,00	395.039,26
17220102010000	COTA-PARTE DO IPVA - PRÓPRIO	75.198,95	0,00	75.198,95
17220102020000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	6.266,56	0,00	6.266,56
17220102030000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	18.799,73	0,00	18.799,73
17220102040000	Cota-Parte do IPVA - FUNDEB	25.066,30	0,00	25.066,30



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17220104010000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	23.462,44	0,00	23.462,44
17220104020000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.955,21	0,00	1.955,21
17220104040000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	5.865,60	0,00	5.865,60
17220104050000	Cota-Parte do IPI/Exportação - FUNDEB	7.820,87	0,00	7.820,87
19113800010000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	311,55	0,00	311,55
19113800020000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	129,76	0,00	129,76
19113800030000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	77,89	0,00	77,89
19114000010000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	9,57	0,00	9,57
19114000020000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	3,99	0,00	3,99
19114000030000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	2,39	0,00	2,39
19131100010000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU- PROPRIO	2.876,48	0,00	2.876,48
19131100020000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - MDE	1.198,48	0,00	1.198,48
19131100030000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - ASPS	719,11	0,00	719,11
19311100010000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU- PROPRIO	6.929,48	0,00	6.929,48
19311100020000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	2.887,23	0,00	2.887,23
19311100030000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.732,39	0,00	1.732,39
91112020001000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - PRÓPRIO	-8,94	0,00	-8,94
91112020002000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - MDE	-3,73	0,00	-3,73
91112020003000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - ASPS	-2,24	0,00	-2,24
SUBTOTAL		7.690.452,98	0,00	7.690.452,98

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **1.922.613,24**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	47.277,13	0,00	47.277,13
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	374.219,84	0,00	374.219,84
20	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.219,46	0,00	4.219,46
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-3,73	0,00	-3,73
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.496.879,40	0,00	1.496.879,40
TOTAL II		1.922.592,10	0,00	1.922.592,10

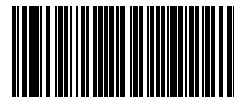
Valor Total da Base Constitucional da Receita da Educação calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita da Educação calculada pelos recursos vinculados

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	533.701,14	0,00	533.701,14
20	Educação Infantil	33.378,95	0,00	33.378,95
31	Ensino Fundamental	236.970,49	0,00	236.970,49
31	Educação Infantil	188.034,70	0,00	188.034,70
SUBTOTAL I		992.085,28	0,00	992.085,28

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00



51501031235258010

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/11/2015 - 09:23:47

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/10/2015

(+) Perda com o FUNDEB	916.721,38	0,00	916.721,38
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB	5.306,93	0,00	5.306,93
	% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	24,75		1.903.499,73

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

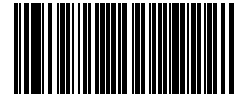
Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17210102010000	COTA-PARTE DO FPM - PROPRIO	3.192.908,07	0,00	3.192.908,07
17210102020000	COTA-PARTE DO FPM - MDE	266.075,69	0,00	266.075,69
17210102040000	FPM.-PARTE DO FPM - ASPs	798.226,99	0,00	798.226,99
17210102060000	Cota-Parte do FPM - FUNDEB	1.064.302,67	0,00	1.064.302,67
17210105010000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	5.198,39	0,00	5.198,39
17210105020000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	433,20	0,00	433,20
17210105030000	COTA-PARTE DO ITR - ASPs	1.299,59	0,00	1.299,59
17210105040000	Cota-Parte do ITR - FUNDEB	1.732,79	0,00	1.732,79
17213600010000	Transferencia LC 87/96 - Próprio	8.752,58	0,00	8.752,58
17213600020000	Transferencia LC 87/96 - MDE	729,39	0,00	729,39
17213600040000	Transferencia rec. LC 87/96. - SAÚDE	2.188,12	0,00	2.188,12
17213600050000	Transf. financeira LC 87/96 - FUNDEB	2.917,51	0,00	2.917,51
17220101010000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.185.117,65	0,00	1.185.117,65
17220101020000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	98.759,79	0,00	98.759,79
17220101040000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPs	296.279,42	0,00	296.279,42
17220101050000	Cota-Parte do ICMS - FUNDEB	395.039,26	0,00	395.039,26
17220102010000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	75.198,95	0,00	75.198,95
17220102020000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	6.266,56	0,00	6.266,56
17220102030000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPs	18.799,73	0,00	18.799,73
17220102040000	Cota-Parte do IPVA - FUNDEB	25.066,30	0,00	25.066,30
17220104010000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	23.462,44	0,00	23.462,44
17220104020000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.955,21	0,00	1.955,21
17220104040000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPs	5.865,60	0,00	5.865,60
17220104050000	Cota-Parte do IPI/Exportação - FUNDEB	7.820,87	0,00	7.820,87
SUBTOTAL		7.484.396,77	0,00	7.484.396,77

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **1.496.879,35**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.496.879,40	0,00	1.496.879,40
TOTAL II		1.496.879,40	0,00	1.496.879,40

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos



51501031235258010

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/11/2015 - 09:23:47

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/10/2015

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	236.970,49	0,00	236.970,49
31	Educação Infantil	188.034,70	0,00	188.034,70
SUBTOTAL I		425.005,19	0,00	425.005,19
(+ Perda com o FUNDEB		916.721,38	0,00	916.721,38
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		4.845,76	0,00	4.845,76
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		17,86		1.336.880,81

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2015

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13250102000000	RECEITA DE REM. DE DEP. BANC. DE RE.VINC. - FUNDEB	4.845,76	0,00	4.845,76
17240100000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	565.449,20	0,00	565.449,20
Total		570.294,96	0,00	570.294,96
Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB				342.176,98

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2015

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	221.891,03	0,00	221.891,03
31	Educação Infantil	92.495,11	0,00	92.495,11
TOTAL		314.386,14	0,00	314.386,14
% de Aplicação				55,13

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

TOTAL	0,00	0,00	0,00
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			
			0,00

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2015 (Janeiro - Outubro)

TOTAL	0,00	0,00	0,00
--------------	-------------	-------------	-------------

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000	IPTU - PROPRIO	41.370,09	0,00	41.370,09
11120200020000	IPTU - MDE	17.237,48	0,00	17.237,48
11120200030000	IPTU - ASPS	10.342,56	0,00	10.342,56



51501031235258010

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/11/2015 - 09:23:47

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/10/2015

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11120431010100	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA-PROPRIO	29.054,26	0,00	29.054,26
11120431010200	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA - MDE	12.071,02	0,00	12.071,02
11120431010300	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/IND.- ASPS	7.242,62	0,00	7.242,62
11120431060100	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND-PROPRIO	2.190,48	0,00	2.190,48
11120431060200	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- MDE	912,64	0,00	912,64
11120431060300	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- ASPS	547,57	0,00	547,57
11120800010000	Receita de ITBI - proprio 60%	8.549,93	0,00	8.549,93
11120800020000	Receita de ITBI - MDE 25%	3.562,48	0,00	3.562,48
11120800030000	Receita de ITBI Saúde 15%	2.137,49	0,00	2.137,49
11130501010000	ISSQN - Próprio	32.384,58	0,00	32.384,58
11130501020000	ISSQN - MDE	13.493,51	0,00	13.493,51
11130501030000	ISSQN - Saúde	8.096,09	0,00	8.096,09
17210102010000	COTA-PARTE DO FPM - PROPRIO	3.192.908,07	0,00	3.192.908,07
17210102020000	COTA-PARTE DO FPM - MDE	266.075,69	0,00	266.075,69
17210102040000	FPM.-PARTE DO FPM - ASPS	798.226,99	0,00	798.226,99
17210102060000	Cota-Parte do FPM - FUNDEB	1.064.302,67	0,00	1.064.302,67
17210105010000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	5.198,39	0,00	5.198,39
17210105020000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	433,20	0,00	433,20
17210105030000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	1.299,59	0,00	1.299,59
17210105040000	Cota-Parte do ITR - FUNDEB	1.732,79	0,00	1.732,79
17213600010000	Transferencia LC 87/96 - Próprio	8.752,58	0,00	8.752,58
17213600020000	Transferencia LC 87/96 - MDE	729,39	0,00	729,39
17213600040000	Transferencia rec. LC 87/96. - SAÚDE	2.188,12	0,00	2.188,12
17213600050000	Transf. financeira LC 87/96 - FUNDEB	2.917,51	0,00	2.917,51
17220101010000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.185.117,65	0,00	1.185.117,65
17220101020000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	98.759,79	0,00	98.759,79
17220101040000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	296.279,42	0,00	296.279,42
17220101050000	Cota-Parte do ICMS - FUNDEB	395.039,26	0,00	395.039,26
17220102010000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	75.198,95	0,00	75.198,95
17220102020000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	6.266,56	0,00	6.266,56
17220102030000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	18.799,73	0,00	18.799,73
17220102040000	Cota-Parte do IPVA - FUNDEB	25.066,30	0,00	25.066,30
17220104010000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	23.462,44	0,00	23.462,44
17220104020000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.955,21	0,00	1.955,21
17220104040000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	5.865,60	0,00	5.865,60
17220104050000	Cota-Parte do IPI/Exportação - FUNDEB	7.820,87	0,00	7.820,87
19113800010000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	311,55	0,00	311,55
19113800020000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	129,76	0,00	129,76
19113800030000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	77,89	0,00	77,89
19114000010000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	9,57	0,00	9,57
19114000020000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	3,99	0,00	3,99
19114000030000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	2,39	0,00	2,39
19131100010000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU- PROPRIO	2.876,48	0,00	2.876,48
19131100020000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - MDE	1.198,48	0,00	1.198,48
19131100030000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - ASPS	719,11	0,00	719,11
19311100010000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU- PROPRIO	6.929,48	0,00	6.929,48
19311100020000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	2.887,23	0,00	2.887,23
19311100030000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.732,39	0,00	1.732,39



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91112020001000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - PRÓPRIO	-8,94	0,00	-8,94
91112020002000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - MDE	-3,73	0,00	-3,73
91112020003000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - ASPS	-2,24	0,00	-2,24
SUBTOTAL I		7.690.452,98	0,00	7.690.452,98
TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada				1.153.567,95

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	28.366,33	0,00	28.366,33
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.122.659,45	0,00	1.122.659,45
40	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.531,78	0,00	2.531,78
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-2,24	0,00	-2,24
TOTAL II		1.153.555,32	0,00	1.153.555,32

Valor Total da Base Constitucional da Receita da Saúde calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita da Saúde calculada pelos recursos vinculados

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica (modalidade de aplicação 71)	-12.895,78	0,00	-12.895,78
40	Administração Geral	3.571,40	0,00	3.571,40
40	Assistência Comunitária	75.522,00	0,00	75.522,00
40	Atenção Básica	1.197.140,29	0,00	1.197.140,29
40	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	46.092,79	0,00	46.092,79
40	Vigilância Sanitária	7.981,81	0,00	7.981,81
SUBTOTAL I		1.317.412,51	0,00	1.317.412,51

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	1.005,11	0,00	1.005,11
SUBTOTAL III	1.005,11	0,00	1.005,11

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	17,12	1.316.407,40

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
SUBFUNC.TXT	SFU_09	0	0		A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 4, 24, 97, 98, 99, 100, 208, 209, 210 e 211 difere(m) da Portaria MOG



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
					nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	26 % dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2300000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2300000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2300000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2300000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: SFU_09 - A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 4, 24, 97, 98, 99, 100, 208, 209, 210 e 211 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.

Justificativa: Nada a Declarar

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	18/03/2015	Átório Centro Administrativo
	Jornal	28/03/2015	Folha Espumosenense
	Internet	18/03/2015	http://www.altoalegre.rs.gov.br
2º Bimestre	Mural	15/05/2015	Átório Centro Administrativo
	Jornal	23/05/2015	Folha Espumosenense
	Internet	15/05/2015	http://www.altoalegre.rs.gov.br
3º Bimestre	Mural	16/07/2015	Átório Centro Administrativo
	Jornal	25/07/2015	Folha Espumosenense
	Internet	16/07/2015	http://www.altoalegre.rs.gov.br
4º Bimestre	Mural	08/09/2015	Átório Centro Administrativo
	Jornal	13/09/2015	Folha Espumosenense
	Internet	08/09/2015	http://www.altoalegre.rs.gov.br
5º Bimestre	Mural	20/11/2015	Átório Centro Administrativo
	Jornal	28/11/2015	Folha Espumosenense
	Internet	20/11/2015	http://www.altoalegre.rs.gov.br

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

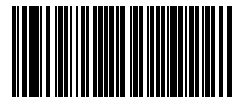
Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2014	28/01/2015	Plenário da Câmara Municipal de Vereadores
1º Quadrimestre/2015	29/05/2015	Plenário da Câmara Municipal de Vereadores
2º Quadrimestre/2015	18/09/2015	Plenário da Câmara Municipal de Vereadores

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
25/12/2012	http://altoalegre.rs.gov.br

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação



RECEITAS CORRENTES

	META	REALIZADA
1º Bimestre	2.168.503,96	2.367.289,20
2º Bimestre	2.101.303,96	2.094.620,04
3º Bimestre	2.170.303,96	2.329.625,97
4º Bimestre	2.219.280,46	1.966.163,32
5º Bimestre	2.081.303,96	1.808.923,78
6º Bimestre	2.418.303,70	0,00
TOTAL	13.159.000,00	10.566.622,31

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

	META	REALIZADA
1º Bimestre	70.333,34	66.067,94
2º Bimestre	70.333,34	30.060,52
3º Bimestre	70.333,34	96.654,91
4º Bimestre	70.333,34	64.813,57
5º Bimestre	70.333,34	68.972,00
6º Bimestre	70.333,30	0,00
TOTAL	422.000,00	326.568,94

RECEITAS DE CAPITAL

	META	REALIZADA
1º Bimestre	1.666,66	0,00
2º Bimestre	1.666,66	0,00
3º Bimestre	29.166,66	28.454,84
4º Bimestre	41.666,66	0,00
5º Bimestre	1.666,66	426,98
6º Bimestre	29.166,70	0,00
TOTAL	105.000,00	28.881,82

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA

	META	REALIZADA
1º Bimestre	-319.333,22	-338.616,28
2º Bimestre	-319.333,22	-292.159,99
3º Bimestre	-319.333,22	-340.422,89
4º Bimestre	-319.333,22	-254.308,16
5º Bimestre	-319.333,22	-262.862,12
6º Bimestre	-319.333,90	0,00
TOTAL	-1.916.000,00	-1.488.369,44

TOTAL DA RECEITA

TOTAL DA RECEITA	11.770.000,00	9.433.703,63
-------------------------	----------------------	---------------------

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

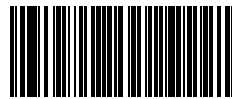
5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2014.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2015.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2014.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo



lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2015.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2014.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2015.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2014.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2015.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Hélio Dalberto

CPF: 42075530025

Cargo/Função: Prefeito

Mandato - Início e Término: 01/01/2013 a

Substitutos:

CPF: 88421597000

Nome: Tania Cristina Theis

Cargo: Presidenta da Câmara de Vereadores

Substituições:

Início: 01/02/2015

Término: 20/02/2015

Início: 21/07/2015

Término: 30/07/2015

Não houve substituições formais no 2º bimestre.

Não houve substituições formais no 3º bimestre.

Não houve substituições formais no 5º bimestre.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR



51501031235258010

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/11/2015 - 09:23:47

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

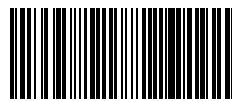
01/01/2015 a 31/10/2015

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

ALTO ALEGRE, 23 de Novembro de 2015

JONAS SIEG LIMA
Contabilista

HÉLIO DALBERTO
Prefeito Municipal



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 92406057000103

Período: 01/01/2015 a 31/12/2015 - 6º Bimestre

Tipo de entrega: Semestral

Prefeitura: PM DE ALTO ALEGRE

Logradouro: Rua Recreio

nr: 233 compl: Centro Administrativ

Telefone: (54) 3382-1030

HomePage: www.altoalegre.rs.gov.br

E-Mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br

Prefeito Municipal: HÉLIO DALBERTO

Contabilista: JONAS SIEG LIMA

Número do CRC: 091179

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DIGIFREDI INFORMATICA LTDA

CNPJ: 88659974000122

Telefone: (55)37443636

Responsável: JOSÉ DE ALMEIDA QUADROS

E-Mail: suporte@digifredi.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
 Financeiro
 Patrimonial
 Pessoal
 Orçamentário
 Tributário
 Folha de Pagamento
 Outros: MEDICAMENTOS, PEDAGOGICO E AMBIENTAL
 Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
3656200000195	CONSORCIO DE DESENV. INTERM. DOS MUNICIPIOS DO ALTO JACUI

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita



61501114024004001

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/01/2016 - 10:54:54

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/12/2015

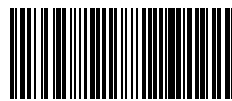
2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTARIA	217.000,00	222.222,70
RECEITA DE CONTRIBUICOES	313.000,00	269.301,78
RECEITA PATRIMONIAL	993.700,00	833.567,85
RECEITA DE SERVICOS	135.013,25	52.662,26
TRANSFERENCIAS CORRENTES	11.423.316,50	11.617.019,93
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	76.970,25	50.967,75
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	13.159.000,00	13.045.742,27
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	422.000,00	420.422,05
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	422.000,00	420.422,05
RECEITAS DE CAPITAL		
ALIENACAO DE BENS	50.000,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	55.000,00	54.342,99
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	105.000,00	54.342,99
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
DEDUÇÕES DE RECEITA	-1.916.000,00	-1.818.795,25
TOTAL DAS RECEITAS	11.770.000,00	11.701.712,06

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	11.280.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	1.274.684,91
Créditos Especiais	908.005,06
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	1.216.184,80
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	12.246.505,17
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	9.454.844,73
Liquidado	9.275.221,21
Pago	9.234.972,94
SALDO A LIQUIDAR	179.623,52
SALDO A PAGAR	40.248,27



DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

	VALOR
Empenhado	818.578,88
Liquidado	803.845,28
Pago	803.845,28
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	14.733,60
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	0,00

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Auxílios e Convênios	622.706,36
Excesso de Arrecadação	56.926,33
Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	1.216.184,80
Superávit Financeiro	286.872,48
TOTAL	2.182.689,97

2.3 Contas de Verificação

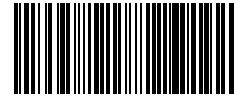
2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	6.225.769,87D	8.266.845,77D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.958.062,15D	9.564.792,87D
PASSIVO CIRCULANTE	114.725,63C	337.119,79C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	2.293.709,26C	4.904.412,85C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	13.775.397,13C	13.441.592,86C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	4.790.647,14D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	286.545,11D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	4.197.473,87D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	162.064,90D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	207.060,55D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	393.745,49D
TRIBUTÁRIAS	0,00	138.345,56D
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	2.950.973,16D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	226.084,74C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	681.161,22C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	139.026,28C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	873.833,10C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	9.810.699,81C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	314.833,49C
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	229.730,28C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO

	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	5.932,74D	368.281,89D
Bancos Conta Movimento	1.481.933,06D	1.858.951,08D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	1.487.865,80D	2.227.232,97D



61501114024004001

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/01/2016 - 10:54:54

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/12/2015

RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	4.904.412,85D	5.954.824,36D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	4.904.412,85D	5.954.824,36D
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	6.392.278,65D	8.182.057,33D

2.5 Valores do Exercício Anterior

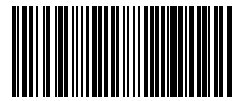
CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	1.160.823,70	1.019.744,18	835.637,99
2º Bimestre	1.432.599,36	1.507.806,27	1.441.454,70
3º Bimestre	1.754.051,50	1.385.432,34	1.548.516,16
4º Bimestre	1.735.983,06	1.726.645,40	1.626.238,32
5º Bimestre	1.799.818,19	1.832.586,74	1.667.839,84
6º Bimestre	2.096.384,13	1.914.068,69	2.157.276,88

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	11.862.590,00	12.555.439,44
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	350.000,00	377.293,74
RECEITAS DE CAPITAL	156.500,00	108.987,47
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-1.769.090,00	-1.729.396,15
TOTAL CONTAS DE RECEITA	10.600.000,00	11.312.324,50

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00



Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

3. Índices Constitucionais

3.1.3 - Receita do Município - Base de cálculo do inciso VII do artigo 29 da CF

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
10000000000000	RECEITAS CORRENTES	13.045.742,27	0,00	13.045.742,27
20000000000000	RECEITAS DE CAPITAL	54.342,99	0,00	54.342,99
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-1.807.072,31	0,00	-1.807.072,31
92000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS DE CAPITAL	-11.722,94	0,00	-11.722,94
SELEÇÃO AUTOMÁTICA DEDUÇÕES DA RECEITA				
12102907000000	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR ATIVO PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA	256.849,31	0,00	256.849,31
13250103000000	RECEITA REM.DEP.BANC.REC.VINC.- ASPS-SAUDE-LEILÃO	1.367,22	0,00	1.367,22
13250110000000	REC.REM. DE DEP. BANC. REC. VINC. SALARIO EDUC. FEDERAL	896,36	0,00	896,36
13250111000000	RECEITAS REM. DEP. BANCARIOS RECURSOS - FNDE-PAR	777,00	0,00	777,00
17213300010000	Piso de Atenção Básica - PAB FIXO	46.328,37	0,00	46.328,37
17213300020300	Programa Assis. Farmacêutica Básica	9.092,93	0,00	9.092,93
17213300020400	Saúde Bucal - SB	26.760,00	0,00	26.760,00
17213300020500	Programa Saúde da Família - ESF	56.000,00	0,00	56.000,00
17213300020600	Programa Agentes Comunitários da Saúde	59.826,00	0,00	59.826,00
17213300020800	Prog.Finac. das Ações de Aliemntação e Nutrição -FAN	45.000,00	0,00	45.000,00
17213300020900	Teto Municipal Rede Cegonha (RCE-RCEG)- Exames Laboratorias	18.139,08	0,00	18.139,08
17213300021200	Programa Qualificação ações Vigilância em Saúde - PQAVS	2.451,85	0,00	2.451,85
17213300021300	Receita para Aperfeiçoamento do sistema Unico de Saúde - SUS	1.214,48	0,00	1.214,48
17213300021500	Piso Fixo de Vigilância e prog.da Saúde - PFVPS	16.695,88	0,00	16.695,88
17213300022000	Incentivo Pontuais p/Ações de Serv,VigiLancia em saúde	1.459,43	0,00	1.459,43
17213300022100	Recursos Saúde NASF	96.000,00	0,00	96.000,00
17213300022200	PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA- ANVISA	-4.857,20	0,00	-4.857,20
17213300022300	PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA-FNS	6.257,20	0,00	6.257,20
17213300040000	Programa Melhoria de Acesso e da Qualidade - PMAQ	72.600,00	0,00	72.600,00
17213400070000	SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE - S C F V - 2102	37.874,99	0,00	37.874,99
17213400080000	Recursos FMAS / GDI-Bolsa Família - 2139	10.422,50	0,00	10.422,50
17213400130000	Receita IGD-SUAS - 2177	2.735,50	0,00	2.735,50
17213400140000	Receita FMAS-BPC	80,00	0,00	80,00
17213501000000	Transferência do Salário Educação - 2070	64.241,64	0,00	64.241,64
17213599010000	Transporte Escolar- Federal - PNAT - 1088	22.138,87	0,00	22.138,87
17213599020000	Transf.Rec.Merenda Escolar- Pré-Escolar - PNAEP - 1032	4.440,00	0,00	4.440,00
17213599030000	Prog.Nac.Merenda Escolar- CRECHE - PNAEC - 2130	12.260,00	0,00	12.260,00
17213599050000	Programa Nac.Merenda Esc. PNAEF- 2042	4.302,00	0,00	4.302,00



61501114024004001

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/01/2016 - 10:54:54

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

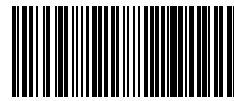
01/01/2015 a 31/12/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17213599100000	Rec. convenio FNDE Aquisição Onibus	393.400,00	0,00	393.400,00
17223300040000	Recursos PSF - Estadual	35.042,00	0,00	35.042,00
17223300130000	PIM- Programa Infancia Melhor - 2162	22.000,00	0,00	22.000,00
17223300140000	Recursos Saúde Estadual - Diabético	3.060,16	0,00	3.060,16
17223300170000	Saúde Bucal Estadual	8.000,00	0,00	8.000,00
17223300190000	Qualificação da Atenção Básica PIES - 1039	12.772,26	0,00	12.772,26
17619903000000	Receita Convênio Apoio Setor Agropecuário	195.000,00	0,00	195.000,00
17620200050000	Trans.Conv.Trans.Escolar Estadual Rural	75.829,00	0,00	75.829,00
17629900007100	Receita Passe Livre Estudantil	10.277,04	0,00	10.277,04
17629900100000	Assistência Social - PAIF	48.000,00	0,00	48.000,00
19221001000000	COMPENSACAO FINANCEIRA ENTRE RTEGIME GERAL E OS RPPS	4.833,54	0,00	4.833,54
Subtotal		9.601.722,60	0,00	9.601.722,60
	(+) Perda com o FUNDEB	1.120.408,17	0,00	1.120.408,17
TOTAL		10.722.130,77	0,00	10.722.130,77

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000	IPTU - PROPRIO	41.630,05	0,00	41.630,05
11120200020000	IPTU - MDE	17.345,80	0,00	17.345,80
11120200030000	IPTU - ASPS	10.407,54	0,00	10.407,54
11120431010100	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA-PROPRIO	36.352,22	0,00	36.352,22
11120431010200	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA - MDE	15.099,95	0,00	15.099,95
11120431010300	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/IND.- ASPS	9.059,97	0,00	9.059,97
11120431060100	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND-PROPRIO	2.647,72	0,00	2.647,72
11120431060200	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- MDE	1.103,16	0,00	1.103,16
11120431060300	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- ASPS	661,89	0,00	661,89
11120800010000	Receita de ITBI - proprio 60%	9.727,73	0,00	9.727,73
11120800020000	Receita de ITBI - MDE 25%	4.053,23	0,00	4.053,23
11120800030000	Receita de ITBI Saúde 15%	2.431,94	0,00	2.431,94
11130501010000	ISSQN - Próprio	36.828,56	0,00	36.828,56
11130501020000	ISSQN - MDE	15.345,12	0,00	15.345,12
11130501030000	ISSQN - Saúde	9.207,07	0,00	9.207,07
17210102010000	COTA-PARTE DO FPM - PROPRIO	3.857.099,40	0,00	3.857.099,40
17210102020000	COTA-PARTE DO FPM - MDE	321.424,96	0,00	321.424,96
17210102040000	FPM.-PARTE DO FPM - ASPS	964.274,81	0,00	964.274,81
17210102060000	Cota-Parte do FPM - FUNDEB	1.285.699,78	0,00	1.285.699,78
17210103010000	Cota Extra FPM - Livre	208.941,19	0,00	208.941,19
17210103020000	Cota Extra FPM - MDE	69.647,06	0,00	69.647,06
17210105010000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	5.216,18	0,00	5.216,18
17210105020000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	434,68	0,00	434,68
17210105030000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	1.304,04	0,00	1.304,04
17210105040000	Cota-Parte do ITR - FUNDEB	1.738,72	0,00	1.738,72
17213600010000	Transferencia LC 87/96 - Próprio	10.503,10	0,00	10.503,10



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17213600020000	Transferencia LC 87/96 - MDE	875,27	0,00	875,27
17213600040000	Transferencia rec. LC 87/96. - SAÚDE	2.625,74	0,00	2.625,74
17213600050000	Transf. financeira LC 87/96 - FUNDEB	3.501,01	0,00	3.501,01
17220101010000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.475.755,54	0,00	1.475.755,54
17220101020000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	122.979,61	0,00	122.979,61
17220101040000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	368.938,90	0,00	368.938,90
17220101050000	Cota-Parte do ICMS - FUNDEB	491.918,57	0,00	491.918,57
17220102010000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	88.475,10	0,00	88.475,10
17220102020000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	7.372,90	0,00	7.372,90
17220102030000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	22.118,77	0,00	22.118,77
17220102040000	Cota-Parte do IPVA - FUNDEB	29.491,69	0,00	29.491,69
17220104010000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	28.154,12	0,00	28.154,12
17220104020000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	2.346,19	0,00	2.346,19
17220104040000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	7.038,53	0,00	7.038,53
17220104050000	Cota-Parte do IPI/Exportação - FUNDEB	9.384,78	0,00	9.384,78
19113800010000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	356,27	0,00	356,27
19113800020000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	148,37	0,00	148,37
19113800030000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	89,05	0,00	89,05
19114000010000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	9,57	0,00	9,57
19114000020000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	3,99	0,00	3,99
19114000030000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	2,39	0,00	2,39
19131100010000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU- PROPRIO	2.948,37	0,00	2.948,37
19131100020000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - MDE	1.228,44	0,00	1.228,44
19131100030000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - ASPS	737,08	0,00	737,08
19311100010000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU- PROPRIO	8.066,51	0,00	8.066,51
19311100020000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	3.360,99	0,00	3.360,99
19311100030000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	2.016,66	0,00	2.016,66
91112020001000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - PRÓPRIO	-8,94	0,00	-8,94
91112020002000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - MDE	-3,73	0,00	-3,73
91112020003000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - ASPS	-2,24	0,00	-2,24
SUBTOTAL		9.618.115,37	0,00	9.618.115,37

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **2.404.528,84**

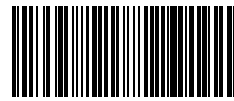
3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	52.947,26	0,00	52.947,26
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	525.080,67	0,00	525.080,67
20	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.741,79	0,00	4.741,79
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-3,73	0,00	-3,73
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.821.734,55	0,00	1.821.734,55
TOTAL II		2.404.500,54	0,00	2.404.500,54

Valor Total da Base Constitucional da Receita da Educação calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita da Educação calculada pelos recursos vinculados

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	654.524,07	0,00	654.524,07



61501114024004001

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/01/2016 - 10:54:54

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/12/2015

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Educação Infantil	54.379,73	0,00	54.379,73
31	Ensino Fundamental	345.600,92	0,00	345.600,92
31	Educação Infantil	246.447,66	0,00	246.447,66
SUBTOTAL I		1.300.952,38	0,00	1.300.952,38

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(+) Perda com o FUNDEB		1.120.408,17	0,00	1.120.408,17
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		7.993,78	0,00	7.993,78
	% de Aplicação			Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		25,09		2.413.366,77

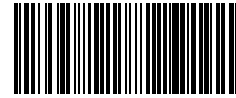
3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17210102010000	COTA-PARTE DO FPM - PROPRIO	3.857.099,40	0,00	3.857.099,40
17210102020000	COTA-PARTE DO FPM - MDE	321.424,96	0,00	321.424,96
17210102040000	FPM.-PARTE DO FPM - ASPS	964.274,81	0,00	964.274,81
17210102060000	Cota-Parte do FPM - FUNDEB	1.285.699,78	0,00	1.285.699,78
17210105010000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	5.216,18	0,00	5.216,18
17210105020000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	434,68	0,00	434,68
17210105030000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	1.304,04	0,00	1.304,04
17210105040000	Cota-Parte do ITR - FUNDEB	1.738,72	0,00	1.738,72
17213600010000	Transferencia LC 87/96 - Próprio	10.503,10	0,00	10.503,10
17213600020000	Transferencia LC 87/96 - MDE	875,27	0,00	875,27
17213600040000	Transferencia rec. LC 87/96. - SAÚDE	2.625,74	0,00	2.625,74
17213600050000	Transf. financeira LC 87/96 - FUNDEB	3.501,01	0,00	3.501,01
17220101010000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.475.755,54	0,00	1.475.755,54
17220101020000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	122.979,61	0,00	122.979,61
17220101040000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	368.938,90	0,00	368.938,90
17220101050000	Cota-Parte do ICMS - FUNDEB	491.918,57	0,00	491.918,57
17220102010000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	88.475,10	0,00	88.475,10
17220102020000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	7.372,90	0,00	7.372,90
17220102030000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	22.118,77	0,00	22.118,77
17220102040000	Cota-Parte do IPVA - FUNDEB	29.491,69	0,00	29.491,69
17220104010000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	28.154,12	0,00	28.154,12
17220104020000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	2.346,19	0,00	2.346,19



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17220104040000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	7.038,53	0,00	7.038,53
17220104050000	Cota-Parte do IPI/Exportação - FUNDEB	9.384,78	0,00	9.384,78
SUBTOTAL		9.108.672,39	0,00	9.108.672,39
Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada				1.821.734,48

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.821.734,55	0,00	1.821.734,55
TOTAL II		1.821.734,55	0,00	1.821.734,55

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	345.600,92	0,00	345.600,92
31	Educação Infantil	246.447,66	0,00	246.447,66
SUBTOTAL I		592.048,58	0,00	592.048,58
	(+) Perda com o FUNDEB	1.120.408,17	0,00	1.120.408,17
	(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	7.463,56	0,00	7.463,56
	% de Aplicação			Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		18,72		1.704.993,19

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2015

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13250102000000	RECEITA DE REM. DE DEP. BANC. DE RE.VINC. - FUNDEB	7.463,56	0,00	7.463,56
17240100000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	686.637,11	0,00	686.637,11
Total		694.100,67	0,00	694.100,67
Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB				416.460,40

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2015

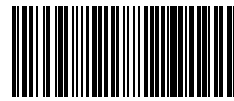
Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	312.199,28	0,00	312.199,28
31	Educação Infantil	141.523,19	0,00	141.523,19
TOTAL		453.722,47	0,00	453.722,47
% de Aplicação				65,37

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

TOTAL	0,00	0,00	0,00	
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%				0,00

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2015 (Janeiro - Dezembro)



61501114024004001

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/01/2016 - 10:54:54

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

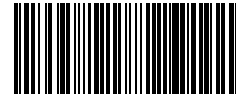
01/01/2015 a 31/12/2015

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000	IPTU - PRÓPRIO	41.630,05	0,00	41.630,05
11120200020000	IPTU - MDE	17.345,80	0,00	17.345,80
11120200030000	IPTU - ASPS	10.407,54	0,00	10.407,54
11120431010100	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA-PRÓPRIO	36.352,22	0,00	36.352,22
11120431010200	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA - MDE	15.099,95	0,00	15.099,95
11120431010300	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/IND.- ASPS	9.059,97	0,00	9.059,97
11120431060100	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND-PRÓPRIO	2.647,72	0,00	2.647,72
11120431060200	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- MDE	1.103,16	0,00	1.103,16
11120431060300	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- ASPS	661,89	0,00	661,89
11120800010000	Receita de ITBI - proprio 60%	9.727,73	0,00	9.727,73
11120800020000	Receita de ITBI - MDE 25%	4.053,23	0,00	4.053,23
11120800030000	Receita de ITBI Saúde 15%	2.431,94	0,00	2.431,94
11130501010000	ISSQN - Próprio	36.828,56	0,00	36.828,56
11130501020000	ISSQN - MDE	15.345,12	0,00	15.345,12
11130501030000	ISSQN - Saúde	9.207,07	0,00	9.207,07
17210102010000	COTA-PARTE DO FPM - PRÓPRIO	3.857.099,40	0,00	3.857.099,40
17210102020000	COTA-PARTE DO FPM - MDE	321.424,96	0,00	321.424,96
17210102040000	FPM.-PARTE DO FPM - ASPS	964.274,81	0,00	964.274,81
17210102060000	Cota-Parte do FPM - FUNDEB	1.285.699,78	0,00	1.285.699,78
17210103010000	Cota Extra FPM - Livre	208.941,19	0,00	208.941,19
17210103020000	Cota Extra FPM - MDE	69.647,06	0,00	69.647,06
17210105010000	COTA-PARTE DO ITR - PRÓPRIO	5.216,18	0,00	5.216,18
17210105020000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	434,68	0,00	434,68
17210105030000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	1.304,04	0,00	1.304,04
17210105040000	Cota-Parte do ITR - FUNDEB	1.738,72	0,00	1.738,72
17213600010000	Transferencia LC 87/96 - Próprio	10.503,10	0,00	10.503,10
17213600020000	Transferencia LC 87/96 - MDE	875,27	0,00	875,27
17213600040000	Transferencia rec. LC 87/96. - SAÚDE	2.625,74	0,00	2.625,74
17213600050000	Transf. financeira LC 87/96 - FUNDEB	3.501,01	0,00	3.501,01
17220101010000	COTA-PARTE DO ICMS - PRÓPRIO	1.475.755,54	0,00	1.475.755,54
17220101020000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	122.979,61	0,00	122.979,61
17220101040000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	368.938,90	0,00	368.938,90
17220101050000	Cota-Parte do ICMS - FUNDEB	491.918,57	0,00	491.918,57
17220102010000	COTA-PARTE DO IPVA - PRÓPRIO	88.475,10	0,00	88.475,10
17220102020000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	7.372,90	0,00	7.372,90
17220102030000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	22.118,77	0,00	22.118,77
17220102040000	Cota-Parte do IPVA - FUNDEB	29.491,69	0,00	29.491,69
17220104010000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PRÓPRIO	28.154,12	0,00	28.154,12
17220104020000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	2.346,19	0,00	2.346,19
17220104040000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	7.038,53	0,00	7.038,53



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17220104050000	Cota-Parte do IPI/Exportação - FUNDEB	9.384,78	0,00	9.384,78
19113800010000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	356,27	0,00	356,27
19113800020000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	148,37	0,00	148,37
19113800030000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	89,05	0,00	89,05
19114000010000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	9,57	0,00	9,57
19114000020000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	3,99	0,00	3,99
19114000030000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	2,39	0,00	2,39
19131100010000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU- PROPRIO	2.948,37	0,00	2.948,37
19131100020000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - MDE	1.228,44	0,00	1.228,44
19131100030000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - ASPS	737,08	0,00	737,08
19311100010000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU- PROPRIO	8.066,51	0,00	8.066,51
19311100020000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	3.360,99	0,00	3.360,99
19311100030000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	2.016,66	0,00	2.016,66
91112020001000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - PRÓPRIO	-8,94	0,00	-8,94
91112020002000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - MDE	-3,73	0,00	-3,73
91112020003000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - ASPS	-2,24	0,00	-2,24
SUBTOTAL I		9.618.115,37	0,00	9.618.115,37
TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada				1.442.717,31

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	31.768,41	0,00	31.768,41
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.366.300,79	0,00	1.366.300,79
40	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.845,18	0,00	2.845,18
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-2,24	0,00	-2,24
TOTAL II		1.400.912,14	0,00	1.400.912,14

Valor Total da Base Constitucional da Receita da Saúde calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita da Saúde calculada pelos recursos vinculados

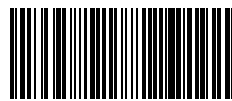
3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica (modalidade de aplicação 71)	-15.688,86	0,00	-15.688,86
40	Administração Geral	5.146,18	0,00	5.146,18
40	Assistência Comunitária	75.522,00	0,00	75.522,00
40	Atenção Básica	1.489.499,47	0,00	1.489.499,47
40	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	63.938,18	0,00	63.938,18
40	Vigilância Sanitária	7.981,81	0,00	7.981,81
SUBTOTAL I		1.626.398,78	0,00	1.626.398,78

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		1.367,22	0,00	1.367,22
SUBTOTAL III		1.367,22	0,00	1.367,22



	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	16,90	1.625.031,56

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
SUBFUNC.TXT	SFU_09	0	0		A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 4, 24, 97, 98, 99, 100, 208, 209, 210 e 211 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.
BVER_ENC.TXT	BAV_45	0	0	AVISO	A soma das contas analíticas do Ativo, R\$ 11.519.609,83, não é igual à soma das contas analíticas do Passivo e PL das prefeituras, exceto a Unidade Orçamentária 05 (A=P+PL), -R\$ 11.503.560,30
BVER_ENC.TXT	BAV_51	0	0	AVISO	O saldo final dos valores empenhados (-) o saldo final dos valores liquidados não fecha com o saldo final da conta 5.3.1 - Inscrições de Restos a Pagar Não Processados
BVER_ENC.TXT	BAV_52	0	0	AVISO	O saldo final dos valores liquidados (-) o saldo final dos valores pagos não fecha com o saldo final da conta 5.3.2 - Inscrições de Restos a Pagar Processados
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	26 % dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2300000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2300000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2300000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2300000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: SFU_09 - A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 4, 24, 97, 98, 99, 100, 208, 209, 210 e 211 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.

Justificativa: Esta sendo verificado

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	18/03/2015	Átrio do Centro Administrativo
	Jornal	28/03/2015	Folha Espumose
	Internet	18/03/2015	http://altoalegre.rs.gov.br
2º Bimestre	Mural	15/05/2015	Átrio do Centro Administrativo
	Jornal	23/05/2015	Folha Espumose
	Internet	15/05/2015	http://altoalegre.rs.gov.br
3º Bimestre	Mural	16/07/2015	Átrio do Centro Administrativo
	Jornal	25/07/2015	Folha Espumose
	Internet	16/07/2015	http://altoalegre.rs.gov.br
4º Bimestre	Mural	08/09/2015	Átrio do Centro Administrativo
	Jornal	13/09/2015	Folha Espumose
	Internet	08/09/2015	http://altoalegre.rs.gov.br



5º Bimestre	Mural	20/11/2015	Átório do Centro Administrativo
	Jornal	28/11/2015	Folha Espumose
	Internet	20/11/2015	http://altoalegre.rs.gov.br
6º Bimestre	Mural	26/01/2016	Átório do Centro Administrativo
	Jornal	30/01/2016	Folha Espumose
	Internet	26/01/2016	http://altoalegre.rs.gov.br

5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Semestre	Mural	16/07/2015	Átório Centro administrativo
	Jornal	25/07/2015	Folha Espumose
	Internet	16/07/2015	http://www.altoalegre.rs.gov.br
2º Semestre	Mural	26/01/2016	Átório Centro administrativo
	Jornal	30/01/2016	Folha Espumose
	Internet	26/01/2016	http://www.altoalegre.rs.gov.br
1º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado
2º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2014	28/01/2015	Plenário da Câmara de Vereadores
1º Quadrimestre/2015	29/05/2015	Plenário da Câmara de Vereadores
2º Quadrimestre/2015	18/09/2015	Plenário da Câmara de Vereadores

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
25/12/2012	http://www.altoalegre.rs.gov.br

Não foram inseridas observações.

5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LFR

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 31/12/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1000000000000000	RECEITAS CORRENTES	13.045.742,27	0,00	13.045.742,27
9100000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-1.807.072,31	0,00	-1.807.072,31
SELEÇÃO AUTOMÁTICA DEDUÇÕES DA RECEITA				
11120431010100	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA-PROPRIO	36.352,22	0,00	36.352,22
11120431010200	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA - MDE	15.099,95	0,00	15.099,95



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11120431010300	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/IND.- ASPS	9.059,97	0,00	9.059,97
12102907000000	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR ATIVO PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA	256.849,31	0,00	256.849,31
19221001000000	COMPENSACAO FINANCEIRA ENTRE RREGIME GERAL E OS RPPS	4.833,54	0,00	4.833,54
Subtotal		10.916.474,97	0,00	10.916.474,97
	(+) Perda com o FUNDEB	1.120.408,17	0,00	1.120.408,17
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		12.036.883,14	0,00	12.036.883,14

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 31/12/2015

CONTAS DE DESPESA

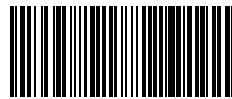
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.875.983,31	0,00	4.875.983,31
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
31900101000000	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	200.462,88	0,00	200.462,88
31900106000000	13 SALARIO - APOSENTADOS CIVIL	16.668,65	0,00	16.668,65
31900301000000	PENSOES - PESSOAL CIVIL	57.844,05	0,00	57.844,05
31900303000000	13 SALARIO- PESSOAL CIVIL- PENSIONISTAS	3.779,78	0,00	3.779,78
31900399000000	OUTRAS PENSOES	5.659,55	0,00	5.659,55
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		4.591.568,40	0,00	4.591.568,40

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120431010100	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA-PROPRIO	36.352,22	0,00	36.352,22
11120431010200	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA - MDE	15.099,95	0,00	15.099,95
11120431010300	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/IND.- ASPS	9.059,97	0,00	9.059,97
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		60.512,14	0,00	60.512,14

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00



61501114024004001

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/01/2016 - 10:54:54

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/12/2015

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00
Total da Despesa com Pessoal		4.531.056,26	0,00	4.531.056,26

5.2.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

5.2.3.1 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível - Executivo/Indiretas (Exceto RPPS) - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 31/12/2015

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
1	111110100000000	CAIXA	368.281,89	0,00	368.281,89
1	11111902010000	Banco do Brasil c/ FPM	198.276,03	0,00	198.276,03
1	11111902020000	Banco Brasil c/ FEP	86.082,28	0,00	86.082,28
1	11111902030000	Banco Brasil c/ ITR	9.581,22	0,00	9.581,22
1	11111902040000	Banco Brasil c/ CFRH	64.592,91	0,00	64.592,91
1	11111902070000	Banco Brasil c/ ICMS - L.K	27.784,35	0,00	27.784,35
1	11111902220000	Banco Brasil c/ CIDE	3.935,34	0,00	3.935,34
1	11111902230000	Banco Brasil c/ FEX	47.519,98	0,00	47.519,98
1	11111902330000	Banco do Brasil c/ Super Simples	37.477,01	0,00	37.477,01
1	11111902480000	Banco Brasil c/ Leilão Livre	47.384,59	0,00	47.384,59
1	11111902490000	Banco Brasil C/CIP	27.900,00	0,00	27.900,00
1	11111902630000	Pref. Municip. Alto Alegre AFM	26.896,16	0,00	26.896,16
1	11111903010000	Caixa Econ.federal C/Movimento	452.472,19	0,00	452.472,19
1	11111912010000	Banrisul c/ Diversos	203.185,89	0,00	203.185,89
1	11111912460000	BANRISUL C/ FMMA	593,48	0,00	593,48
1	11111912480000	Banrisul conta FMA	3.687,63	0,00	3.687,63
20	11111902110000	Banco Brasil c/ MDE	14.155,76	0,00	14.155,76
20	11111902670000	B. Brasil com Leilão MDE	8.648,79	0,00	8.648,79
31	11111902320000	Banco do Brasil c/ FUNDEB	133.753,18	0,00	133.753,18
40	11111902250000	Banco do Brasil, c/fundo saúde	37.524,42	0,00	37.524,42
40	11111902510000	B.B. Conta Leilão Saúde	21.178,42	0,00	21.178,42
40	11111912470000	Banrisul conta saúde 15%	1.136,34	0,00	1.136,34
1015	11111902300000	Banco Brasil c/ FNDE - PAR - atv 2194	17.189,07	0,00	17.189,07
1026	11111902390000	Banco Brasil MERENDA PNAEP-PRE ESCOLA	3,18	0,00	3,18



61501114024004001

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/01/2016 - 10:54:54

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/12/2015

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1029	111111902570000	Banco Brasil C/FMAS-PB- PAIF - (2010)	7.835,71	0,00	7.835,71
1029	111111902640000	Banco do Brasil c/ FMAS - SCFV	13.354,82	0,00	13.354,82
1029	111111902680000	Banco do Brasil c/ FMAS-BPC	80,00	0,00	80,00
1035	111111902370000	Banco Brasil MERENDA PNAEF - FUNDAMENTAL	12,70	0,00	12,70
1062	111111902380000	Banco Brasil MERENDA PNAEC-CRECHE	437,86	0,00	437,86
1063	111111902190000	Banco Brasil c/ Salario Educacao	28.729,23	0,00	28.729,23
1064	111111902200000	Banco B.C/ Prog.Nac.Apoio Trans.Esc- PNAT	2.880,01	0,00	2.880,01
1081	111111902550000	Banco do Brasil c/ FMAS/ IGDBF	3.272,91	0,00	3.272,91
1081	111111902580000	Banco do Brasil c/IGD-SUAS	5.012,73	0,00	5.012,73
1091	111111912290000	Banrisul conta multa de Transito	366,08	0,00	366,08
4011	111111912620200	Banrisul c/ PSF- Estadual-Atv.2153	18.843,27	0,00	18.843,27
4011	111111912620500	Incentivo a qual. a Atenção Básica saúde - PIES- 1039	965,92	0,00	965,92
4011	111111912621400	Banrisul c/ Exames Pre-Natal e rede Cegonha	648,18	0,00	648,18
4051	111111912620400	Banrisul c/ Diabéticos-Atv.2165	4.188,04	0,00	4.188,04
4110	111111912620800	Banrisul C/Saúde Bucal-Atv.2190	2.737,77	0,00	2.737,77
4290	111111902540000	Banco Brasil C/Água - Funasa	8.883,42	0,00	8.883,42
4502	111111902460600	Banco Brasil conta Incentivo Pontuais p/Ações de Serv,VigiLancia em saúde	2.226,26	0,00	2.226,26
4510	111111902440100	Banco Brasil c/ PAB - FIXO	19.625,75	0,00	19.625,75
4520	111111902440800	Banco do Brasil NASF at. 2199	29.766,22	0,00	29.766,22
4521	111111902440600	Banco Brasil Recursos Saúde - PMAQ-Atv.2193	46.259,19	0,00	46.259,19
4530	111111902440300	Banco Brasil C/ PACS-Atv.2061	1.420,03	0,00	1.420,03
4540	111111902440400	B.Brasil c/ Saúde Bucal - SB - Atv 2178	5.264,60	0,00	5.264,60
4590	111111902460100	Banco Brasil C/ Piso Fixo de Vig.Prom.Saude - - PFVPS - 1089	10.841,56	0,00	10.841,56
4590	111111902460200	B.B. Ações Estruturantes de Vigilância Sanitária-Atv.2064	2.102,77	0,00	2.102,77
4590	111111902460300	B.B. Repasse p/Estrut.Tecnológica da Vigilância - Dengue-Atv.2197	3.291,59	0,00	3.291,59
4590	111111902460400	Programa Qualificação ações Vigilância em Saúde - PQAVS-Atv.2196	4.735,14	0,00	4.735,14
4590	111111902610100	B.B.Teto Municipal rede Cegonha (RCE-RCEG)- Exames Laboratorias-At.2191	11.016,13	0,00	11.016,13
4710	111111902460500	BB c/ Aperfeiçoamento do sistema Unico de Saúde-Atv.2128	12.000,37	0,00	12.000,37
4760	111111902460800	BB PISO FIXO VIGIL. SANITÁRIA-ANVISA	1.742,80	0,00	1.742,80
4760	111111902460900	BB PISO FIXO VIGIL. SANITÁRIA-FNS	6.257,20	0,00	6.257,20
4770	111111902450100	Farmácia Básica-Atv.2063	3.370,71	0,00	3.370,71
4929	111111902465001	Prog.Financ. Ações Alimentação Nutricional (VAN)-Atv.2186	82.317,36	0,00	82.317,36
4932	111111902440700	Banco Brasil Recursos Saúde -UBS - Informatização e Telesaúde-Atv.2192	1.783,04	0,00	1.783,04
4996	111111902440500	Banco Brasil FNS-BLATB - reforma Posto Saúde-Atv.1135	44.781,84	0,00	44.781,84



Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
8001	111111902500000	Banco Brasil C/Extra Orçamentaria	941,65	0,00	941,65
TOTAL			2.227.232,97	0,00	2.227.232,97

5.2.3.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível RPPS - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 31/12/2015

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
50	111110601010000	Banco do Brasil c/ RPPS	2.574.892,27	0,00	2.574.892,27
50	111110601020000	Caixa Econômica Federal c/ RPPS	2.000.953,70	0,00	2.000.953,70
50	111110601030000	Banrisul c/ RPPS	1.378.978,39	0,00	1.378.978,39
TOTAL			5.954.824,36	0,00	5.954.824,36

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida Excluído RPPS - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 31/12/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida Excluído RPPS - Ativo Circulante e Não Circulante - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 31/12/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
111110100000000	CAIXA	368.281,89	0,00	368.281,89
111111902010000	Banco do Brasil c/ FPM	198.276,03	0,00	198.276,03
111111902020000	Banco Brasil c/ FEP	86.082,28	0,00	86.082,28
111111902030000	Banco Brasil c/ ITR	9.581,22	0,00	9.581,22
111111902040000	Banco Brasil c/ CFRH	64.592,91	0,00	64.592,91
111111902070000	Banco Brasil c/ ICMS - L.K	27.784,35	0,00	27.784,35
111111902110000	Banco Brasil c/ MDE	14.155,76	0,00	14.155,76
111111902190000	Banco Brasil c/ Salario Educacao	28.729,23	0,00	28.729,23
111111902200000	Banco B.C/ Prog.Nac.Apoio Trans.Esc- PNAT	2.880,01	0,00	2.880,01
111111902220000	Banco Brasil c/ CIDE	3.935,34	0,00	3.935,34
111111902230000	Banco Brasil c/ FEX	47.519,98	0,00	47.519,98
111111902250000	Banco do Brasil, c/fundo saude	37.524,42	0,00	37.524,42
111111902300000	Banco Brasil c/ FNDE - PAR - atv 2194	17.189,07	0,00	17.189,07
111111902320000	Banco do Brasil c/ FUNDEB	133.753,18	0,00	133.753,18
111111902330000	Banco do Brasil c/ Super Simples	37.477,01	0,00	37.477,01
111111902370000	Banco Brasil MERENDA PNAEF - FUNDAMENTAL	12,70	0,00	12,70



61501114024004001

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/01/2016 - 10:54:54

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/12/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111902380000	Banco Brasil MERENDA PNAEC-CRECHE	437,86	0,00	437,86
111111902390000	Banco Brasil MERENDA PNAEP-PRE ESCOLA	3,18	0,00	3,18
111111902440100	Banco Brasil c/ PAB - FIXO	19.625,75	0,00	19.625,75
111111902440300	Banco Brasil C/ PACS-Atv.2061	1.420,03	0,00	1.420,03
111111902440400	B.Brasil c/ Saúde Bucal - SB - Atv 2178	5.264,60	0,00	5.264,60
111111902440500	Banco Brasil FNS-BLATB - reforma Posto Saúde-Atv.1135	44.781,84	0,00	44.781,84
111111902440600	Banco Brasil Recursos Saúde - PMAQ-Atv.2193	46.259,19	0,00	46.259,19
111111902440700	Banco Brasil Recursos Saúde -UBS - Informatização e Telesaúde-Atv.2192	1.783,04	0,00	1.783,04
111111902440800	Banco do Brasil NASF at. 2199	29.766,22	0,00	29.766,22
111111902450100	Farmácia Básica-Atv.2063	3.370,71	0,00	3.370,71
111111902460100	Banco Brasil C/ Piso Fixo de Vig.Prom.Saude- - PFVPS - 1089	10.841,56	0,00	10.841,56
111111902460200	B.B. Ações Estruturantes de Vigilância Sanitária-Atv.2064	2.102,77	0,00	2.102,77
111111902460300	B.B. Repasse p/Estrut.Tecnológica da Vigilância - Dengue-Atv.2197	3.291,59	0,00	3.291,59
111111902460400	Programa Qualificação ações Vigilância em Saúde - PQAVS-Atv.2196	4.735,14	0,00	4.735,14
111111902460500	BB c/ Aperfeiçoamento do sistema Unico de Saúde-Atv.2128	12.000,37	0,00	12.000,37
111111902460600	Banco Brasil conta Incentivo Pontuais p/Ações de Serv,Vigilância em saúde	2.226,26	0,00	2.226,26
111111902460800	BB PISO FIXO VIGIL. SANITÁRIA-ANVISA	1.742,80	0,00	1.742,80
111111902460900	BB PISO FIXO VIGIL. SANITÁRIA-FNS	6.257,20	0,00	6.257,20
111111902465001	Prog.Financ. Ações Alimentação Nutricional (VAN)-Atv.2186	82.317,36	0,00	82.317,36
111111902480000	Banco Brasil c/ Leilão Livre	47.384,59	0,00	47.384,59
111111902490000	Banco Brasil C/CIP	27.900,00	0,00	27.900,00
111111902500000	Banco Brasil C/Extra Orçamentaria	941,65	0,00	941,65
111111902510000	B.B. Conta Leilao Saúde	21.178,42	0,00	21.178,42
111111902540000	Banco Brasil C/Água - Funasa	8.883,42	0,00	8.883,42
111111902550000	Banco do Brasil c/ FMAS/ IGDBF	3.272,91	0,00	3.272,91
111111902570000	Banco Brasil C/FMAS-PB- PAIF - (2010)	7.835,71	0,00	7.835,71
111111902580000	Banco do Brasil c/IGD-SUAS	5.012,73	0,00	5.012,73
111111902610100	B.B.Teto Municipal rede Cegonha (RCE-RCEG)- Exames Laboratorias-At.2191	11.016,13	0,00	11.016,13
111111902630000	Pref. Municip.Alto Alegre AFM	26.896,16	0,00	26.896,16
111111902640000	Banco do Brasil c/ FMAS - SCFV	13.354,82	0,00	13.354,82
111111902670000	B.Brasil com Leilão MDE	8.648,79	0,00	8.648,79
111111902680000	Banco do Brasil c/ FMAS-BPC	80,00	0,00	80,00
111111903010000	Caixa Econ.federal C/Movimento	452.472,19	0,00	452.472,19
111111912010000	Banrisul c/ Diversos	203.185,89	0,00	203.185,89
111111912290000	Banrisul conta multa de Transito	366,08	0,00	366,08
111111912460000	BANRISUL C/ FMMA	593,48	0,00	593,48
111111912470000	Banrisul conta saúde 15%	1.136,34	0,00	1.136,34
111111912480000	Banrisul conta FMA	3.687,63	0,00	3.687,63
111111912620200	Banrisul c/ PSF- Estadual-Atv.2153	18.843,27	0,00	18.843,27



61501114024004001

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/01/2016 - 10:54:54

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/12/2015

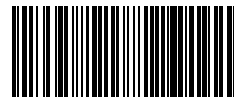
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111912620400	Banrisul c/ Diabéticos-Atv.2165	4.188,04	0,00	4.188,04
111111912620500	Incentivo a qual. a Atenção Básica saúde - PIES- 1039	965,92	0,00	965,92
111111912620800	Banrisul C/Saúde Bucal-Atv.2190	2.737,77	0,00	2.737,77
111111912621400	Banrisul c/ Exames Pre-Natal e rede Cegonha	648,18	0,00	648,18
112330801000000	A RECEBER PNATE	2.443,02	0,00	2.443,02
112330802000000	A RECEBER PNAEF	432,00	0,00	432,00
112330803000000	A RECEBER PNAEP	420,00	0,00	420,00
112330804000000	A RECEBER PNAEC	1.320,00	0,00	1.320,00
121110301010000	Empréstimos diversos concedidos a Receber	205.153,83	0,00	205.153,83
TOTAL		2.437.001,82	0,00	2.437.001,82

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida Excluído RPPS - Obrigações Financeiras - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 31/12/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
211110101000000	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS DO EXERCICIO	-8.469,96	0,00	-8.469,96
211110103000000	FÉRIAS	251.402,57	0,00	251.402,57
211110104000000	LICENÇA- PRÊMIO	4.489,91	0,00	4.489,91
211430800000000	CONTRIBUICAO A ENTIDADES DE ASSISTENCIA MEDICO-ODONTOLOGICA	8.029,34	0,00	8.029,34
213110101000000	FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR	32.218,93	0,00	32.218,93
213110199030000	Restos a pagar 2014 Processados (Executivo e Legislativo)	2.028,81	0,00	2.028,81
218810102020000	INSS - Parte dos Servidores - LIVRE	2.391,08	0,00	2.391,08
218810102050000	INSS - Legislativo	0,01	0,00	0,01
218810103009907	RPPS - Contribuição serv. Executivo	12.619,57	0,00	12.619,57
218810199010000	Retenção Contrato seguro	70,43	0,00	70,43
218810199020000	Banrisul- Retenção de Empréstimo	4.162,07	0,00	4.162,07
218810199030000	Sindessema	177,71	0,00	177,71
218810199040000	Retenção Vilson Werner - Diárias	7.350,00	0,00	7.350,00
218810199050000	Ipê - Plano de Saúde	19.869,44	0,00	19.869,44
218810199080000	CEF -Retenção Empréstimo Livre	524,52	0,00	524,52
218810199140000	DESCONTO MULTA DE TRANSITO	255,36	0,00	255,36
TOTAL		337.119,79	0,00	337.119,79
Total das Deduções (Total AC + ANC - Obrig. Financ.)				2.099.882,03
Total da Dívida Consolidada				0,00

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida Excluído RPPS - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 31/12/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
631100000000000	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	-574.722,72	0,00	-574.722,72



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		-574.722,72	0,00	-574.722,72

5.2.4.5 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 31/12/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

5.2.4.6 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS - Ativo Circulante e Não Circulante - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 31/12/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
111110601010000	Banco do Brasil c/ RPPS	2.574.892,27	0,00	2.574.892,27
111110601020000	Caixa Econômica Federal c/ RPPS	2.000.953,70	0,00	2.000.953,70
111110601030000	Banrisul c/ RPPS	1.378.978,39	0,00	1.378.978,39
TOTAL		5.954.824,36	0,00	5.954.824,36

5.2.4.7 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS - Obrigações Financeiras - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 31/12/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00
Total das Deduções (Total AC + ANC - Obrig. Financ.)				5.954.824,36
Total da Dívida Consolidada				0,00

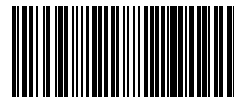
5.2.4.8 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 31/12/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 31/12/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				



61501114024004001



27/01/2016 - 10:54:54

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/12/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 31/12/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	SELEÇÃO AUTOMÁTICA	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 31/12/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	SELEÇÃO AUTOMÁTICA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		0,00	0,00	0,00

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 31/12/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	SELEÇÃO AUTOMÁTICA	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

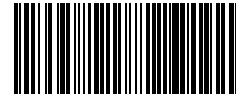
5.2.7 Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 31/12/2015

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Anterior

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	SELEÇÃO AUTOMÁTICA	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Atual

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	SELEÇÃO AUTOMÁTICA	0,00	0,00	0,00



Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Atual

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

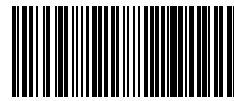
Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1	0,00	22.600,49	0,00	22.600,49	22.600,49
20	0,00	156,32	0,00	156,32	156,32
1015	0,00	12.269,28	0,00	12.269,28	12.269,28
1026	0,00	333,72	0,00	333,72	333,72
1029	0,00	80,00	0,00	80,00	80,00
1035	0,00	149,70	0,00	149,70	149,70
1062	0,00	112,85	0,00	112,85	112,85
1064	0,00	4.545,91	0,00	4.545,91	4.545,91
TOTAL	0,00	40.248,27	0,00	40.248,27	40.248,27

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1	14.733,60	179.623,52	0,00	179.623,52	194.357,12
TOTAL	14.733,60	179.623,52	0,00	179.623,52	194.357,12

DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1		1.605.650,95	0,00	1.605.650,95	
20		22.804,55	0,00	22.804,55	
31		133.753,18	0,00	133.753,18	
40		59.839,18	0,00	59.839,18	
50		5.954.824,36	0,00	5.954.824,36	
1015		17.189,07	0,00	17.189,07	
1026		3,18	420,00	423,18	
1029		21.270,53	0,00	21.270,53	
1035		12,70	432,00	444,70	
1062		437,86	1.320,00	1.757,86	
1063		28.729,23	0,00	28.729,23	
1064		2.880,01	2.443,02	5.323,03	
1081		8.285,64	0,00	8.285,64	
1091		366,08	0,00	366,08	
4011		20.457,37	0,00	20.457,37	
4051		4.188,04	0,00	4.188,04	
4110		2.737,77	0,00	2.737,77	
4290		8.883,42	0,00	8.883,42	

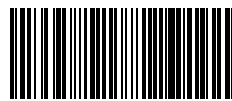


DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
4502		2.226,26	0,00	2.226,26	
4510		19.625,75	0,00	19.625,75	
4520		29.766,22	0,00	29.766,22	
4521		46.259,19	0,00	46.259,19	
4530		1.420,03	0,00	1.420,03	
4540		5.264,60	0,00	5.264,60	
4590		31.987,19	0,00	31.987,19	
4710		12.000,37	0,00	12.000,37	
4760		8.000,00	0,00	8.000,00	
4770		3.370,71	0,00	3.370,71	
4929		82.317,36	0,00	82.317,36	
4932		1.783,04	0,00	1.783,04	
4996		44.781,84	0,00	44.781,84	
8001		941,65	0,00	941,65	
TOTAL		8.182.057,33	4.615,02	8.186.672,35	

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

- 1 RECURSO LIVRE
- 20 M D E
- 31 FUNDEB
- 40 ACOES/SERV.PUB.SAUDE-ASPS 15,0
- 50 Recursos Vinculados RPPS- FAPS
- 1005 PAB - Carencia Nutricional
- 1011 Municipalizacao Solidaria-ESTA
- 1013 Munic.Solidaria -Sa&de Bucal
- 1015 Recursos Vinculados ao FNDE
- 1024 Recurso Sal rio Educacao Estad
- 1025 Transporte Escolar Estadual
- 1026 Recursos PNAEP
- 1029 Recursos de Convênio Federal- Assistencia Social
- 1034 Aplicacao recuros Assistencia
- 1035 Recursos PNAEF
- 1051 Ministério da Agricultura- MAPA-
- 1052 Recursos SIA/SUS
- 1061 Aplicacao Rec.Est.em Saneament
- 1062 Recursos PNAEC
- 1063 Salario Educacao Federal
- 1064 Recursos PNATE
- 1069 APLICACAO RECURSOS CONS.POP.SA
- 1077 Aplicacao Rec.Fundergs
- 1078 Aplicacao Recursos Badesul
- 1081 FMAS- IDG- BOLSA FAMILIA
- 1083 Dinheiro Direto na Escola
- 1084 Aplicação Recursos Ministério dos Esportes
- 1086 Consulta Popular Estadual



LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

1089	Recurso consulta popular Estadual
1091	Aplicacaop multa de transito
1099	Aplicação recursos convênio Est. p/ irrigação
1101	Recurso de convênio sec.Estadual Agricultura- Calc
1110	Recursos Estaduais Poliédrico
1111	Recursos do Fundo Nacional da Saúde
1112	Convênios Ministério das Cidades
1114	Recursos Convênio MDA
1117	Recursos convênio estado Área Distrito Industrial
4011	Incentivo Estadual para Atenção Basica
4050	FARMÁCIA BÁSICA
4051	Insulino Dependente
4090	PSF - Estadual
4110	SAÚDE BUCAL
4160	PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR
4190	EPIDEMIOLOGIA
4221	Regionalização da Saúde
4290	SANEAMENTO BÁSICO
4292	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
4502	Vigilância em Saúde
4510	PAB FIXO
4520	ESF - SAÚDE - Federal
4521	PMAQ - Programa de melhoria do acesso e da qualid
4530	PACS - AGENTES COM. DE SAÚDE
4540	SAÚDE BUCAL
4590	TETO FINANCEIRO
4710	TETO FINANCEIRO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE
4760	VIGILÂNCIA SANITÁRIA - GERENCIAMENTO DE RISCOS
4770	FARMÁCIA BÁSICA FIXA
4929	Prog. de Financ. Ações de Alimentção e Nutrição
4932	Manutenção de UBS
4996	Programa de Qualificação da UBS
8001	Movimentacao extra-orcamentari

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2014 - 01/01/2014 a 31/12/2014

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000	IPTU - PROPRIO	37.578,83	0,00	37.578,83
11120200020000	IPTU - MDE	15.657,80	0,00	15.657,80
11120200030000	IPTU - ASPS	9.394,71	0,00	9.394,71
11120431010100	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA-PROPRIO	37.726,80	0,00	37.726,80
11120431010200	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA - MDE	15.685,75	0,00	15.685,75
11120431010300	IRRF-ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/IND.- ASPS	9.411,45	0,00	9.411,45



61501114024004001

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/01/2016 - 10:54:54

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/12/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11120431060100	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND-PROPRIO	2.542,39	0,00	2.542,39
11120431060200	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- MDE	1.059,27	0,00	1.059,27
11120431060300	IRRF-PREST.SERV.TERC.-EXEC/IND- ASPS	635,53	0,00	635,53
11120431080100	IRPF RPPS	21,30	0,00	21,30
11120800010000	Receita de ITBI - proprio 60%	19.670,74	0,00	19.670,74
11120800020000	Receita de ITBI - MDE 25%	8.196,14	0,00	8.196,14
11120800030000	Receita de ITBI Saúde 15%	4.917,68	0,00	4.917,68
11130501010000	ISSQN - Próprio	37.850,74	0,00	37.850,74
11130501020000	ISSQN - MDE	15.770,88	0,00	15.770,88
11130501030000	ISSQN - Saúde	9.462,63	0,00	9.462,63
11212100000000	TAXA CONTROLE E FISCALIZACAO AMBIENTAL	714,36	0,00	714,36
11212500000000	TAXA LICENCA P/FUNC.EST.COM.IND.PRES SER	7.091,49	0,00	7.091,49
12102907000000	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR ATIVO PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA	235.204,89	0,00	235.204,89
12300000000000	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	9.346,18	0,00	9.346,18
17210102010000	COTA-PARTE DO FPM - PROPRIO	3.626.659,84	0,00	3.626.659,84
17210102020000	COTA-PARTE DO FPM - MDE	302.221,66	0,00	302.221,66
17210102040000	FPM.-PARTE DO FPM - ASPS	906.664,95	0,00	906.664,95
17210102060000	Cota-Parte do FPM - FUNDEB	1.208.886,60	0,00	1.208.886,60
17210102070100	COTA-EXTRA DO FPM -PRÓPRIO	201.077,25	0,00	201.077,25
17210102070200	COTA-EXTRA DO FPM - MDE	67.025,74	0,00	67.025,74
17210105010000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	3.640,06	0,00	3.640,06
17210105020000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	303,34	0,00	303,34
17210105030000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	910,02	0,00	910,02
17210105040000	Cota-Parte do ITR - FUNDEB	1.213,35	0,00	1.213,35
17213600010000	Transferencia LC 87/96 - Próprio	10.092,96	0,00	10.092,96
17213600020000	Transferencia LC 87/96 - MDE	841,08	0,00	841,08
17213600040000	Transferencia rec. LC 87/96. - SAÚDE	2.523,24	0,00	2.523,24
17213600050000	Transf. financeira LC 87/96 - FUNDEB	3.364,32	0,00	3.364,32
17220101010000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.329.477,26	0,00	1.329.477,26
17220101020000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	110.789,80	0,00	110.789,80
17220101040000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	332.369,35	0,00	332.369,35
17220101050000	Cota-Parte do ICMs - FUNDEB	443.159,10	0,00	443.159,10
17220102010000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	89.359,23	0,00	89.359,23
17220102020000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	7.446,60	0,00	7.446,60
17220102030000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	22.339,80	0,00	22.339,80
17220102040000	Cota-Parte do IPVA - FUNDEB	29.786,42	0,00	29.786,42
17220104010000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	23.910,04	0,00	23.910,04
17220104020000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.992,52	0,00	1.992,52
17220104040000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	5.977,51	0,00	5.977,51
17220104050000	Cota-Parte do IPI/Exportação - FUNDEB	7.970,06	0,00	7.970,06



61501114024004001

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/01/2016 - 10:54:54

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

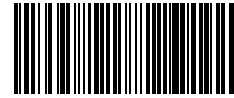
CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/12/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17220113000000	COTA-PARTE CONTRIB.INTER.DOMINIO-CID	1.024,70	0,00	1.024,70
19113800010000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	437,08	0,00	437,08
19113800020000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	182,10	0,00	182,10
19113800030000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	109,25	0,00	109,25
19114000010000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	6,40	0,00	6,40
19114000020000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	2,68	0,00	2,68
19114000030000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	1,61	0,00	1,61
19119900010000	MULTAS E JUROS DE MORA DAS TAXAS	25,16	0,00	25,16
19119901010000	MULTAS E JUROS DE MORA DAS TAXAS	4.427,43	0,00	4.427,43
19131100010000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU- PROPRIO	2.463,21	0,00	2.463,21
19131100020000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - MDE	1.026,27	0,00	1.026,27
19131100030000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA IPTU - ASPS	615,75	0,00	615,75
19131300010000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA ISS-PROPRIO	121,50	0,00	121,50
19131300020000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA ISS - MDE	50,62	0,00	50,62
19131300030000	MULT.JUR.MORA DIVIDA ATIVA ISS - ASPS	30,37	0,00	30,37
19311100010000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU- PROPRIO	5.790,03	0,00	5.790,03
19311100020000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	2.412,40	0,00	2.412,40
19311100030000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.447,49	0,00	1.447,49
19311300010000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	48,00	0,00	48,00
19311300020000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	20,00	0,00	20,00
19311300030000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	12,00	0,00	12,00
19319900010000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS	3.986,23	0,00	3.986,23
91112020001000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - PRÓPRIO	-2.134,37	0,00	-2.134,37
91112020002000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - MDE	-889,30	0,00	-889,30
91112020003000	(R) DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE IPTU - ASPS	-533,58	0,00	-533,58
91121001000000	DESCONTO CNF LEI	-2.075,13	0,00	-2.075,13
91121002000000	DESCONTO SERVIÇO MAQUINAS	-11.734,62	0,00	-11.734,62
91121003000000	DESCONTO VISTORIA	-421,72	0,00	-421,72
91121005000000	DESCONTO LIXO	-570,29	0,00	-570,29
91121006000000	DESCONTO DIVERSOS	-2.038,75	0,00	-2.038,75
91121007000000	DESCONTO TROCA DE MILHO	-71,14	0,00	-71,14
91121009000000	DESCONTO TAXA DE AGUA	-3.397,57	0,00	-3.397,57
TOTAL		9.218.315,47	0,00	9.218.315,47

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2014 - 01/01/2014 a 31/12/2014

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	848.966,51	0,00	848.966,51	1,0549	895.574,77
Fevereiro	903.864,80	0,00	903.864,80	1,0507	949.690,75
Março	592.968,52	0,00	592.968,52	1,0418	617.754,60
Abril	759.389,03	0,00	759.389,03	1,0266	779.588,78



Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Maio	869.971,53	0,00	869.971,53	1,0221	889.197,90
Junho	667.207,13	0,00	667.207,13	1,0221	681.952,41
Julho	660.276,76	0,00	660.276,76	1,0221	674.868,88
Agosto	677.596,89	0,00	677.596,89	1,0221	692.571,78
Setembro	678.707,09	0,00	678.707,09	1,0214	693.231,42
Outubro	603.173,65	0,00	603.173,65	1,0212	615.960,93
Novembro	760.019,37	0,00	760.019,37	1,0152	771.571,66
Dezembro	1.196.174,19	0,00	1.196.174,19	1,0038	1.200.719,65
TOTAL	9.218.315,47	0,00	9.218.315,47		9.462.683,53

5.2.11 Justificativa dos Ajustes Efetuados nas Planilhas

Nome da Planilha: Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Adição/Exclusão

Justificativa: Foram Adicionado os valores dos Creditos a receber de recursos federais referentes ao convenio de merenda escolar e transporte escolar.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES

	META	REALIZADA
1º Bimestre	2.168.503,96	2.367.289,20
2º Bimestre	2.101.303,96	2.094.620,04
3º Bimestre	2.170.303,96	2.329.625,97
4º Bimestre	2.219.280,46	1.966.163,32
5º Bimestre	2.081.303,96	1.808.923,78
6º Bimestre	2.418.303,70	2.479.119,96
TOTAL	13.159.000,00	13.045.742,27

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

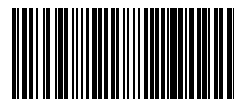
	META	REALIZADA
1º Bimestre	70.333,34	66.067,94
2º Bimestre	70.333,34	30.060,52
3º Bimestre	70.333,34	96.654,91
4º Bimestre	70.333,34	64.813,57
5º Bimestre	70.333,34	68.972,00
6º Bimestre	70.333,30	93.853,11
TOTAL	422.000,00	420.422,05

RECEITAS DE CAPITAL

	META	REALIZADA
1º Bimestre	1.666,66	0,00
2º Bimestre	1.666,66	0,00
3º Bimestre	29.166,66	28.454,84
4º Bimestre	41.666,66	0,00
5º Bimestre	1.666,66	426,98
6º Bimestre	29.166,70	25.461,17
TOTAL	105.000,00	54.342,99

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

	META	REALIZADA
TOTAL	0,00	0,00



DEDUÇÕES DA RECEITA

	META	REALIZADA
1º Bimestre	-319.333,22	-338.616,28
2º Bimestre	-319.333,22	-292.159,99
3º Bimestre	-319.333,22	-340.422,89
4º Bimestre	-319.333,22	-254.308,16
5º Bimestre	-319.333,22	-262.862,12
6º Bimestre	-319.333,90	-330.425,81
TOTAL	-1.916.000,00	-1.818.795,25
TOTAL DA RECEITA	11.770.000,00	11.701.712,06

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2014.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2015.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2014.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2015.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2014.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2015.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2014.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2015.

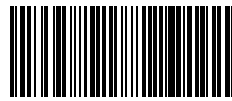
5.6 Operações de Crédito e Despesas de Capital

5.6.1 Operações de Crédito e Despesas de Capital do Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 31/12/2015

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
4000000000000000	DESPESAS DE CAPITAL	1.089.598,27	0,00	1.089.598,27
Deduções				
	SELEÇÃO AUTOMÁTICA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		1.089.598,27	0,00	1.089.598,27
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito que excederam as despesas de capital				0,00

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade



61501114024004001

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/01/2016 - 10:54:54

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/12/2015

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Hélio Dalberto

CPF: 42075530025

Cargo/Função: Prefeito

Mandato - Início e Término: 01/01/2013 a

Substitutos:

CPF: 88421597000

Nome: Tania Cristina Theis

Cargo: Presidenta da Câmara de Vereadores

Substituições:

Início: 01/02/2015

Término: 20/02/2015

Início: 21/07/2015

Término: 30/07/2015

Não houve substituições formais no 2º bimestre.

Não houve substituições formais no 3º bimestre.

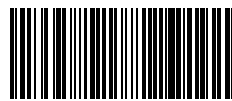
Não houve substituições formais no 5º bimestre.

Não houve substituições formais no 6º bimestre.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR



61501114024004001

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/01/2016 - 10:54:54

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/12/2015

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

ALTO ALEGRE, 27 de Janeiro de 2016

JONAS SIEG LIMA

Contabilista

HÉLIO DALBERTO

Prefeito Municipal



61508114024004001



Balço Patrimonial

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/12/2015

a. Quadro Principal

ATIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	7.909.641,32
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.824.852,88
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	4.615,02
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	80.173,42
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.564.792,87
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	270.523,09
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	270.523,09
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS	62.824,54
IMOBILIZADO	9.231.445,24
INTANGÍVEL	0,00
DIFERIDO	0,00
TOTAL	17.474.434,19

PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	331.751,92
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	246.686,78
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	37.644,95
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	47.420,19
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	4.904.412,85
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	4.904.412,85
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00
TOTAL DO PASSIVO	5.236.164,77
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	10.948.540,90
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	1.273.678,99
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.222.219,89
TOTAL	17.458.384,66

Processo
00723-0200/15-7Página da
peça
1Peça
274636DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITOACESSO
N023C57A



61508114024004001

27 / 01 / 2016 - 10 : 54 : 54

Balanco Patrimonial

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/12/2015

Processo
00723-0200/15-7Página da
peça
2Peça
274636DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITOACESSO
N023C57A

b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO (I)	
ATIVO FINANCEIRO	7.899.372,88
Contas escrituráveis da Classe 1 com atributo F	7.899.372,88
ATIVO PERMANENTE	9.575.061,31
Contas escrituráveis da Classe 1 com atributo P	9.575.061,31
TOTAL	17.474.434,19

PASSIVO (II)	
PASSIVO FINANCEIRO	261.843,59
Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo F	93.036,33
Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo F	0,00
Creditos Empenhado a Liquidar (6.2.2.1.3.01.00)	-29.469,86
Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar nao Processados (6.2.2.1.3.05.00)	0,00
RP nao Processado a Liquidar (6.3.1.1.0.00.00)	-574.722,72
RP nao Processados inscricao no Exercicio (6.3.1.7.1.00.00)	772.999,84
PASSIVO PERMANENTE	5.143.128,44
Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo P	238.715,59
Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo P	4.904.412,85
TOTAL	5.404.972,03
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	12.069.462,16

c. Quadro das Contas de Compensações

Compensações ATIVO		Compensações PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	0,00
Direitos Contratuais	0,00	Obrigacoes Contratuais	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

d. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

O quadro de Superávit/Déficit Financeiro será gerado a partir do 6º bimestre de 2016.



61508114024004001

27 / 01 / 2016 - 10 : 54 : 54

Balanco Patrimonial

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/12/2015

a.1 Quadro Principal - Prefeitura

ATIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	1.954.816,96
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.870.028,52
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	4.615,02
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	80.173,42
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.564.792,87
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	270.523,09
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	270.523,09
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS	62.824,54
IMOBILIZADO	9.231.445,24
INTANGÍVEL	0,00
DIFERIDO	0,00
TOTAL	11.519.609,83

PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	331.751,92
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	246.686,78
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	37.644,95
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	47.420,19
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	4.904.412,85
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	4.904.412,85
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00
TOTAL DO PASSIVO	5.236.164,77
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	10.948.540,90
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	-4.681.145,37
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.267.395,53
TOTAL	11.503.560,30

Processo
00723-0200/15-7Página da
peça
3Peça
274636DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITOACESSO
N023C57A



61508114024004001

27 / 01 / 2016 - 10 : 54 : 54

Balanco Patrimonial

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/12/2015

b.1 Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes - Prefeitura

ATIVO (I)	
ATIVO FINANCEIRO	1.944.548,52
Contas escrituráveis da Classe 1 com atributo F	1.944.548,52
ATIVO PERMANENTE	9.575.061,31
Contas escrituráveis da Classe 1 com atributo P	9.575.061,31
TOTAL	11.519.609,83

PASSIVO (II)	
PASSIVO FINANCEIRO	261.843,59
Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo F	93.036,33
Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo F	0,00
Creditos Empenhado a Liquidar (6.2.2.1.3.01.00)	-29.469,86
Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar nao Processados (6.2.2.1.3.05.00)	0,00
RP nao Processado a Liquidar (6.3.1.1.0.00.00)	-574.722,72
RP nao Processados inscricao no Exercicio (6.3.1.7.1.00.00)	772.999,84
PASSIVO PERMANENTE	5.143.128,44
Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo P	238.715,59
Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo P	4.904.412,85
TOTAL	5.404.972,03
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	6.114.637,80

c.1 Quadro das Contas de Compensações - Prefeitura

Compensações ATIVO		Compensações PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	0,00
Direitos Contratuais	0,00	Obrigacoes Contratuais	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

d.1 Quadro do Superávit/Déficit Financeiro - Prefeitura

O quadro de Superávit/Déficit Financeiro será gerado a partir do 6º bimestre de 2016.

Página da
peça
4Peça
274636DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITOACESSO
N023C57A



61508114024004001

27 / 01 / 2016 - 10 : 54 : 54

Balanco Patrimonial

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/12/2015

a.2 Quadro Principal - RPPS

ATIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	5.954.824,36
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.954.824,36
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS	0,00
IMOBILIZADO	0,00
INTANGÍVEL	0,00
DIFERIDO	0,00
TOTAL	5.954.824,36

PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	0,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00
TOTAL DO PASSIVO	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	0,00
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	5.954.824,36
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.954.824,36
TOTAL	5.954.824,36

Processo
00723-0200/15-7Página da
peça
5Peça
274636DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITOACESSO
N023C57A



61508114024004001

27 / 01 / 2016 - 10 : 54 : 54

Balanco Patrimonial

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/12/2015

Processo
00723-0200/15-7Página da
peça
6Peça
274636DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITOACESSO
N023C57A

b.2 Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes - RPPS

ATIVO (I)	
ATIVO FINANCEIRO	5.954.824,36
Contas escrituráveis da Classe 1 com atributo F	5.954.824,36
ATIVO PERMANENTE	0,00
Contas escrituráveis da Classe 1 com atributo P	0,00
TOTAL	5.954.824,36

PASSIVO (II)	
PASSIVO FINANCEIRO	0,00
Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo F	0,00
Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo F	0,00
Creditos Empenhado a Liquidar (6.2.2.1.3.01.00)	0,00
Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar nao Processados (6.2.2.1.3.05.00)	0,00
RP nao Processado a Liquidar (6.3.1.1.0.00.00)	0,00
RP nao Processados inscricao no Exercicio (6.3.1.7.1.00.00)	0,00
PASSIVO PERMANENTE	0,00
Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo P	0,00
Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo P	0,00
TOTAL	0,00
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	5.954.824,36

c.2 Quadro das Contas de Compensações - RPPS

Compensações ATIVO		Compensações PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	0,00
Direitos Contratuais	0,00	Obrigacoes Contratuais	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

d.2 Quadro do Superávit/Déficit Financeiro - RPPS

O quadro de Superávit/Déficit Financeiro será gerado a partir do 6º bimestre de 2016.



Balanco Patrimonial



61508114024004001

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/12/2015

e. Notas Explicativas

Processo
00723-0200/15-7

ALTO ALEGRE , 27 de Janeiro de 2016

Gestor responsável pelo período de 01/01/2015 a 31/12/2015 - Hélio Dalberto - Prefeito Municipal

Página da
peça
7

Responsáveis pela entrega dos documentos

JONAS SIEG LIMA
Contabilista

HÉLIO DALBERTO
Prefeito Municipal

Peça
274636

DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO

ACESSO
N023C57A



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2015
Período: 2º Semestre
PM DE ALTO ALEGRE



51504112454728614

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



28/01/2016

08:30:17

3.0.0.5

Pág.: 1/5

Nome da Entidade: PM DE ALTO ALEGRE

CNPJ: 92406057000103

ORGÃO Nº: 64700

Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 61502114024004001 (Modelo 9)

É Encerramento de Mandato? Não

Possui RPPS? Sim

Forma de Organização? Fundo

Responsável pelo Fundo: Leandro Jorge Bertol

Telefone: (54)33821030

e-mail: guga@altoalegre.rs.gov.br

Lei de Instituição do Controle Interno: 2.083

Data da Lei de Instituição do Controle Interno: 20/03/2013

(Não houve alteração da Lei de Instituição do Controle Interno)

Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

- Responsável pelo Controle Interno

CPF	NOME	CARGO	EMAIL	TELEFONE
2231377071	Tamara Nunes	Agente de Controle Interno	tamaranunes.tn@hotmail.com	(54) 3382-1030

- Demais Integrantes do Controle Interno

CPF	NOME
1834790093	Marcieli Zanchi
57568910059	Moacir Morgan

- Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

Não foram inseridas observações para este item.

1 - Audiência Pública

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre do exercício atual, em audiência pública, realizada Plenário da Câmara de Vereadores dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

5 - Disponibilização dos Estudos e Estimativas das Receitas

O Poder Executivo colocou à disposição do Poder Legislativo Municipal em 29/10/2015, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da Receita Corrente Líquida, bem como as respectivas memórias de cálculo, observando o prazo mínimo de trinta dias antes do prazo final de encaminhamento da proposta orçamentária, conforme definido no § 3º do artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não foram inseridas observações para este item.

8 - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

O Poder Executivo Municipal não promoveu a limitação de empenho, pois foi constatado que a realização da receita deverá comportar o cumprimento das metas de resultado nominal ou primário.

Não foram inseridas observações para este item.



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2015
Período: 2º Semestre
PM DE ALTO ALEGRE



51504112454728614

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



28/01/2016

08:30:17

3.0.0.5

Pág.: 2/5

9 - Operações de Crédito

As inscrições em Restos a Pagar foram escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no 2º Semestre de 2015, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo do credor.

Não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) no exercício.

Não foram inseridas observações para este item.

10 - Dívida Consolidada Líquida

Não foram identificados valores registrados no grupo de contas que compõe a Dívida Consolidada ou Fundada.

Não foram inseridas observações para este item.

11 - Aplicação da Receita de Alienação de Bens

No 2º Semestre de 2015 não houve registro de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público.

Não foram inseridas observações para este item.

13 - Utilização dos Recursos Vinculados

As disponibilidades constam de registro próprio e os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada.

As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

Não foram inseridas observações para este item.

14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

Não existem beneficiários de pagamento de Sentenças Judiciais no Poder Executivo.

Não foram inseridas observações para este item.

15 - Renúncia de Receita

No 2º Semestre de 2015 não houve renúncia de receita decorrente da concessão e/ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

Não foram inseridas observações para este item.

16 - Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O quadro a seguir demonstra os bimestres em que foram efetuadas as publicações e divulgações bimestrais dos Relatórios Resumidos



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2015
Período: 2º Semestre
PM DE ALTO ALEGRE



51504112454728614

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



28/01/2016

08:30:17

3.0.0.5

Pág.: 3/5

de Execução Orçamentária - RREO, bem como o cumprimento do prazo fixado no art. 52 da LRF e a observância dos modelos da STN.

Considerando que o município possui menos de 50.000 habitantes, o Poder Executivo poderá optar pela publicação do RREO no jornal ou pela afixação no Mural, sendo obrigatória a disponibilização via Internet.

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Quanto a fixação em mural:						
o RREO foi fixado em mural?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Quanto à divulgação, em jornal ou Diário Oficial do Município:						
o RREO foi divulgado em jornal ou Diário Oficial do Município?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Quanto a disponibilização na Internet:						
o RREO foi disponibilizado na internet?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Não foram inseridas observações para este item.

17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 2º Semestre de 2015, foram efetuadas pelo Poder Executivo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal não excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 2º Semestre de 2015.

O Poder Executivo não excedeu o limite de 54% da Despesa com Pessoal no 2º Semestre de 2015.

Não foram inseridas observações para este item.

19 - Instituição, Previsão e Efetiva Arrecadação de Tributos

Houve a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do Município.

As previsões de receita observaram as normas técnicas e legais, consideraram os efeitos das alterações da legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e foram acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Não foram inseridas observações para este item.

22 - Equilíbrio Financeiro



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2015
Período: 2º Semestre
PM DE ALTO ALEGRE



51504112454728614

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



28/01/2016

08:30:17

3.0.0.5

Pág.: 4/5

Na análise do Saldo de Restos a Pagar por recursos vinculados do Poder Executivo, constatou-se a existência de recursos financeiros para a cobertura dos mesmos.

Não foram inseridas observações para este item.

23 - Informações sobre Inativos e Pensionistas

O Município não paga complementação de aposentadorias.

Não foram inseridas observações para este item.

24 - Contribuição para Custeio de Despesas de Outros Entes da Federação

O município não contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros Entes da Federação no exercício de 2015.

Não foram inseridas observações para este item.

25 - Informações referentes à LC nº 131/2009

As informações foram disponibilizadas na Internet, em tempo real, em atendimento ao Art. 48, Parágrafo único, inciso II e Art. 48-A, ambos da LC nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC nº 131/2009, a partir do dia 25/12/2012.

Não foram inseridas observações para este item.

26 - Sistema de controle de custos

A Administração Pública não mantém sistema de custos que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial conforme previsto no art. 50, § 3º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

Observações do Responsável pelo Controle Interno para o TCERS

NADA A DECLARAR



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2015
Período: 2º Semestre
PM DE ALTO ALEGRE



51504112454728614

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



3.0.0.5

28/01/2016
08:30:17
Pág.: 5/5

PM DE ALTO ALEGRE, 28/01/2016

HÉLIO DALBERTO
Prefeito Municipal

Tamara Nunes
Responsável pelo Controle Interno



Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2015

PM DE ALTO ALEGRE

2º Semestre



61502114024004001

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



15.00.3

27/01/2016

10:54:54

Pág.: 1/3

Nome da Entidade: PM DE ALTO ALEGRE

CNPJ: 92406057000103

ORGÃO Nº: 64700

Cód. Barras do RVE Vinculado: 61501114024004001

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53

Valores expressos em reais

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Valor Ajustado
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses)	12.036.883,14

MODELO 2 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "a" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

DESPESA COM PESSOAL	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total da Despesa Líquida c/Pessoal nos 12 últimos meses	4.531.056,26	37,64%
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		48,60%
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		51,30%
Limite Legal - LRF, alínea "b" do Inciso III do art. 20		54,00%

MODELO 4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "b" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

DÍVIDA	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00%
Limite Para Emissão de Alerta - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		108,00%
Limite Legal - Resolução do Senado Federal nº 40/2001, Inciso II do art. 3º		120,00%

MODELO 5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "c" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

GARANTIAS DE VALORES	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total das Garantias	0,00	0,00%
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal Ampliado - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		28,80%
Limite Legal Ampliado - Resolução Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º		32,00%

MODELO 6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "d" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00%
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		14,40%
Limite Legal - Operação de Crédito Internas e Externas- Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º		16,00%
Operação de Crédito p/Antecipação de Receita - ARO	0,00	0,00%
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		6,30%
Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		7,00%

MODELO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "b" do Inciso III do art. 55

Valores expressos em reais

CNPJ: 92406057000103

Entidade: PM DE ALTO ALEGRE



Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2015

PM DE ALTO ALEGRE

2º Semestre



61502114024004001

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



15.0.0.3

27/01/2016

10:54:54

Pág.: 2/3

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM SUFICIÊNCIA FINANCEIRA	
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
		Ajustado	Ajustado
1	RECURSO LIVRE	22.600,49	194.357,12
20	M D E	156,32	0,00
1015	Recursos Vinculados ao FNDE	12.269,28	0,00
1026	Recursos PNAEP	333,72	0,00
1029	Recursos de Convênio Federal- Assistencia Social	80,00	0,00
1035	Recursos PNAEF	149,70	0,00
1062	Recursos PNAEC	112,85	0,00
1064	Recursos PNATE	4.545,91	0,00
SUBTOTAL		40.248,27	194.357,12
TOTAL		234.605,39	

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA			
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		DO EXERCÍCIO ATUAL	
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
		Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado
SUBTOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00		0,00	

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Exercícios Anteriores

Processados	0,00
Não Processados	0,00
Subtotal	0,00

Exercício Atual

Processados	0,00
Não Processados	0,00
Subtotal	0,00

Total Ex Anterior + Ex Atual 0,00



Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2015
PM DE ALTO ALEGRE
2º Semestre



61502114024004001

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



15.0.0.3
27/01/2016
10:54:54
Pág.: 3/3

ALTO ALEGRE, 27 de Janeiro de 2016 .

HÉLIO DALBERTO
Prefeito Municipal

LEANDRO JORGE BERTOL
Responsável pela Administração Financeira

TAMARA NUNES
Responsável pelo Controle Interno



Balço Orçamentário



61509114024004001

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/12/2015

a. Quadro Principal - Receitas e Despesas

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d = c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	11.715.000,00	11.715.000,00	11.659.092,01	-55.907,99
RECEITA TRIBUTARIA	217.000,00	217.000,00	222.195,67	5.195,67
RECEITA DE CONTRIBUICOES	735.000,00	735.000,00	689.723,83	-45.276,17
RECEITA PATRIMONIAL	993.700,00	993.700,00	833.567,85	-160.132,15
RECEITA DE SERVICOS	135.013,25	135.013,25	52.662,26	-82.350,99
TRANSFERENCIAS CORRENTES	9.557.316,50	9.557.316,50	9.809.974,65	252.658,15
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	76.970,25	76.970,25	50.967,75	-26.002,50
RECEITAS DE CAPITAL (II)	105.000,00	105.000,00	54.342,99	-50.657,01
ALIENACAO DE BENS	50.000,00	50.000,00	0,00	-50.000,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	55.000,00	55.000,00	54.342,99	-657,01
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	11.820.000,00	11.820.000,00	11.713.435,00	-106.565,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	11.820.000,00	11.820.000,00	11.713.435,00	-106.565,00
DÉFICIT (VII)	-	-	0,00	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	11.820.000,00	11.820.000,00	11.713.435,00	-106.565,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	292.708,18	292.708,18	-
Superavit Financeiro	-	292.708,18	292.708,18	-
Reabertura de Creditos Adicionais	-	0,00	0,00	-

Processo
00723-0200/15-7Página da
peça
1Peça
274635DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITOACESSO
N023C57B



61509114024004001

27 / 01 / 2016 - 10 : 54 : 54



Balço Orçamentário

PM DE ALTO ALEGRE

ORGÃO Nº: 64700

CNPJ: 92406057000103

01/01/2015 a 31/12/2015

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j = f - g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	9.235.900,00	9.485.240,59	8.186.012,94	8.185.622,94	8.146.659,47	1.299.227,65
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.067.400,00	5.274.654,47	4.875.983,31	4.875.983,31	4.867.953,97	398.671,16
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	15.000,00	15.000,00	3.320,30	3.320,30	3.320,30	11.679,70
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.153.500,00	4.195.586,12	3.306.709,33	3.306.319,33	3.275.385,20	888.876,79
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (X)	874.200,00	1.591.364,58	1.268.831,79	1.089.598,27	1.088.313,47	322.532,79
INVESTIMENTOS	694.200,00	1.386.061,26	1.080.970,72	901.737,20	900.452,40	305.090,54
INVERSOES FINANCEIRAS	100.000,00	125.303,32	124.473,19	124.473,19	124.473,19	830,13
AMORTIZACAO DA DIVIDA	80.000,00	80.000,00	63.387,88	63.387,88	63.387,88	16.612,12
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XII)	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA (XI)	48.700,00	48.700,00	0,00	0,00	0,00	48.700,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	11.158.800,00	12.125.305,17	9.454.844,73	9.275.221,21	9.234.972,94	2.670.460,44
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	11.158.800,00	12.125.305,17	9.454.844,73	9.275.221,21	9.234.972,94	2.670.460,44
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	2.258.590,27	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	11.158.800,00	12.125.305,17	11.713.435,00	9.275.221,21	9.234.972,94	2.670.460,44

b. Notas Explicativas

ALTO ALEGRE , 27 de Janeiro de 2016

Gestor responsável pelo período de 01/01/2015 a 31/12/2015 - Hélio Dalberto - Prefeito Municipal

Responsáveis pela entrega dos documentos

JONAS SIEG LIMA
ContabilistaHÉLIO DALBERTO
Prefeito Municipal

Recibo de Informações Nº 8/2015
Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

Lei da Transparência - LC nº 131/2009

Órgão: PM DE ALTO ALEGRE
Encerramento: 25/11/2015 às 10h e 55min
Site: www.altoalegre.rs.gov.br
População: 1828

Justificativa/Observação:

Pergunta	Resposta
Registro de despesas (Artigo 8º, § 1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011, artigo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 131/2009 e artigo 7º, inciso I, do Decreto nº 7.185/2010)	
- Número e o valor de empenho, liquidação e pagamento	S
- Classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, a função, a subfunção, a natureza da despesa e a fonte dos recursos	S
- Pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento	S
- Procedimento licitatório, bem como a sua dispensa ou inexigibilidade	S
- Bem fornecido ou serviço prestado	S
- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)	N
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S
Registro de receitas (Artigo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 131/2009, e artigo 7º, inciso I, do Decreto nº 7.185/2010)	
- Natureza da receita	S
- Previsão dos valores da receita	S
- Valores da arrecadação, inclusive recursos extraordinários	S
- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)	N
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S
Relatórios da transparência da gestão fiscal (Artigo 48, caput, da LC 101/00)	
- A prestação de contas (relatório de gestão) do ano anterior e o respectivo parecer prévio	N
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos últimos 6 meses	S
- Relatório de Gestão Fiscal (RGF) dos últimos 6 meses	S
- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)	S
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S
- Existência do PPA	N
- Existência da LDO	N
- Existência da LOA	S

Recibo emitido em 02/03/2016 às 11:14

Código de Autenticação
LAFP5-KYSB3-MQLQ8

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Demonstrativo da Despesa com Pessoal e da Receita Corrente Líquida
LC 101/2000, art. 20, inciso III, alíneas "a" e "b" e LC 101/2000,
art.53, inciso I

Fl.

Rubr.

SIA1280

MUNICÍPIO: ALTO ALEGRE

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2015

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

O Demonstrativo da Despesa com Pessoal e da Receita Corrente Líquida,
apresentado pelo **Poder Executivo** (documentos de código de barras 61502114024004001), foi
ajustado durante a análise realizada pela Equipe Técnica do TCE/RS, conforme segue:

TÍTULO DA CONTA (2015)	CÓDIGO DA CONTA	VALOR
CNPJ: 92406057000103		
Receita Corrente Líquida		
(+) Perda com o FUNDEB	1	1.120.408,17
(R) DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	9100000000000000	-1.807.072,31
Remuneração Aplicacao recursos do RPPS	13250114000000	662.972,31 *
CONTRIBUICAO DO SERVIDOR ATIVO PARA O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA	12102907000000	256.849,31
IRRF-ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/IND.- ASPS	11120431010300	9.059,97
IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA - MDE	11120431010200	15.099,95
IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA-PROPRIO	11120431010100	36.352,22
RECEITAS CORRENTES	1000000000000000	13.045.742,27
COMPENSACAO FINANCEIRA ENTRE RREGIME GERAL E OS RPPS	19221001000000	4.833,54
		0,00
Despesas com Pessoal		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3100000000000000	4.875.983,31
OUTRAS PENSOES	3190039900000000	5.659,55
13 SALARIO- PESSOAL CIVIL- PENSIONISTAS	3190030300000000	3.779,78
PENSOES - PESSOAL CIVIL	3190030100000000	57.844,05
13 SALARIO - APOSENTADOS CIVIL	3190010600000000	16.668,65
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	3190010100000000	200.462,88
		4.591.568,40
Deduções		
IRRF-ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/IND.- ASPS	11120431010300	9.059,97
IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA - MDE	11120431010200	15.099,95
IRRF-ATIVO/INATIVO-EXEC/INDIRETA-PROPRIO	11120431010100	36.352,22
		-60.512,14
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL		4.531.056,26
TOTAL ACUMULADO DA DESPESA COM PESSOAL		4.531.056,26
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (p/TCE)		11.373.910,83
% DESPESA COM PESSOAL / RCL		39,84

* Contas incluídas/ajustadas pelo auditor para recomposição do cálculo.

Observações finais:

- Deduzido da Receita Corrente Líquida (Peça 0274633, fls. 13 e 14), com base nos dados constantes no SIAPC, o montante de R\$ 662.972,31, não selecionado automaticamente pelo PAD, tendo em vista que foi registrado em rubrica incorreta pela origem, correspondente a remunerações de aplicações dos recursos do RPPS.

SICM/SAG, em 10/03/2016

ANDRÉA PEREIRA DE SOUZA

Auditor Público Externo.



**Processo nº 00723-02.00/15-7
Poder Executivo: ALTO ALEGRE
Administração¹: Hélio Dalberto
Tania Cristina Theis**

Instrução Técnica Final/Encerramento do exercício financeiro de 2015

Senhor Coordenador:

Consoante o art. 59 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - e o art. 5º, Inciso XVI do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul – RITCE, Resolução TCE/RS nº 1.028/2015, compete a esta Corte de Contas fiscalizar o cumprimento, por parte dos órgãos e entidades municipais, dos dispositivos constantes no referido diploma legal. Assim, foi realizada avaliação da Gestão Fiscal do Executivo referente ao encerramento do exercício financeiro de 2015.

A análise foi procedida através dos dados fornecidos pelo Poder Executivo, relativos ao exercício de 2015, constantes nos Demonstrativos da Receita Corrente Líquida, da Despesa Total com Pessoal, da Dívida Consolidada Líquida, das Garantias e Contragarantias de Valores, das Operações de Crédito, das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar, bem como aqueles encaminhados pelos responsáveis pelo Controle Interno do Município.

Os pontos supracitados foram objeto de verificação na presente Instrução Técnica, visando à avaliação da gestão fiscal do exercício financeiro de 2015. Contemplou-se nesta tarefa, ainda, o atendimento de outros mandamentos legais tais como a Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/2009, que acrescenta dispositivos a LRF), Lei de Acesso a Informação (Lei Complementar nº 12.527/2011), caso o Município possua mais de 10.000 habitantes, e, além destes, as Resoluções e Instruções Normativas emitidas pelo TCE/RS com o objetivo de que fiscalização que lhe foi atribuída pelos normativos mencionados possa ser exercida de forma eficaz. Neste sentido, cumpre mencionar a Instrução Normativa TCE/RS nº 07/2015 que regulamenta a forma de publicação das informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), bem como acerca das normas e procedimentos de remessa das informações e dos dados relativos aos órgãos e entes da esfera municipal.

Nos termos do disposto nas Resoluções TCE/RS nº 766/2007 e nº 979/2013 e Instruções Normativas TCE/RS nº 11/2010 e nº 25/2007, foram utilizadas as informações provenientes do Sistema de Informações para a Auditoria

¹ Os períodos de responsabilidade dos Administradores constam no item 6 do Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE (Peça 274633, pg. 29).



e Prestação de Contas – SIAPC, que compreende o conjunto de dados e informações contábeis gerados pelas entidades da esfera municipal e colocados à disposição do TCE/RS para consultas e análises.

Nesse contexto, o Programa Autenticador de Dados – PAD (programa disponibilizado pelo TCE/RS aos jurisdicionados para o funcionamento adequado do SIAPC) gera relatórios bimestrais, denominados Relatórios de Validação e Encaminhamento – RVE, contendo dados e informações contábeis e acerca da execução orçamentária coletados do sistema contábil do jurisdicionado, os quais são encaminhados ao TCE/RS, após a realização de testes de consistências lógicas e contábeis.

O exame realizado foi baseado pelos documentos de códigos de barras nºs 61501114024004001 e 51504112454728614, tendo sido levadas em conta, também, as informações da contabilidade disponíveis no Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas - SIAPC e as observações existentes no Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE, sendo efetuados os respectivos ajustes, quando necessários.

1- DA ENTREGA

1.1 – Do Relatório de Gestão Fiscal - RGF

O Relatório da Gestão Fiscal está previsto no art. 54 da LRF. Deve ser emitido pelos titulares dos Poderes, ao final de cada quadrimestre, contendo comparativo dos limites de despesa total com pessoal, dívida consolidada e mobiliária, concessão de garantias, operações de crédito, indicação de medidas corretivas caso ultrapasse um dos limites, bem como, no último quadrimestre, demonstrativos do montante das disponibilidades e da inscrição em Restos a Pagar.

Esta Corte de Contas, a fim de realizar o devido acompanhamento, estabeleceu, através da Instrução Normativa TCE/RS nº 07/2015, o procedimento de remessa de informações para fins da fiscalização que lhe é atribuída:

§ 2º O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) corresponderá:

I – no Poder Executivo, ao Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites, o qual conterá o resultado da apuração da Receita Corrente Líquida, da Despesa com Pessoal, da Dívida Consolidada Líquida, das Garantias e Contragarantias de Valores, das Operações de Crédito e dos Restos a Pagar, detalhado no Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE);



O RGF deverá ser entregue a este Tribunal nos prazos previstos no art. 3º da Resolução TCE/RS nº 979/2013, de acordo com sua exigibilidade quadrimestral ou semestral, a saber:

I – municípios com cinquenta mil habitantes ou mais, exigibilidade quadrimestral:

a) primeiro e segundo quadrimestres, encerrados nos meses de abril e agosto do exercício financeiro corrente, até o último dia útil dos meses de maio e setembro imediatos, respectivamente;

b) último quadrimestre do exercício financeiro corrente, encerrado em dezembro, até o último dia útil do mês de janeiro do exercício financeiro seguinte;

II – municípios com menos de cinquenta mil habitantes, exigibilidade semestral, observado o contido nos §§ 1º e 2º deste artigo:

a) primeiro semestre do exercício financeiro corrente, encerrado no mês de junho, até o último dia útil do mês de julho do mesmo exercício financeiro;

b) segundo semestre do exercício financeiro corrente, encerrado no mês de dezembro, até o último dia útil do mês de janeiro do exercício financeiro seguinte.

Em face ao exposto, procede-se à análise.

Verifica-se que o Poder procedeu à entrega da referida documentação dentro dos prazos e condições estabelecidos na Resolução nº 979/2013 e na Instrução Normativa nº 07/2015.

1.2 – Do Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE

O Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE) consiste em um termo formal de entrega dos arquivos digitais de dados e de informações para fins de exercício da fiscalização que compete a esta Corte de Contas. Os procedimentos para remessa destas informações está previsto na Instrução Normativa TCE /RS nº 07/2015 , que assim determina:

Art. 3º As informações e os dados a serem remetidos a este Tribunal de Contas, para os fins de que trata o artigo 1º desta Instrução Normativa, correspondem àqueles constantes no Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE), o qual conterá informações e dados relativos aos Relatórios de



Gestão Fiscal (RGF) e aos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO).

§ 1º O Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE) integrará o Processo de Contas de Governo do Poder Executivo e de Gestão do Poder Legislativo.

As informações mínimas que o RVE deve conter estão previstas na Instrução Normativa TCE/RS nº 25/2007, art. 8º, § 4º, a seguir:

I - Identificação do órgão/entidade com o uso de código de barras;

II - Identificação dos Responsáveis nos termos do art. 1º da Resolução nº 766, de 2007;

III - Relatórios com informações detalhadas e/ou com parâmetros e totalizadores dos dados e das informações constantes dos arquivos digitais, de acordo com os critérios estabelecidos por este TCE/RS;

IV - Justificativas e observações efetuados pelos responsáveis dos órgãos/entidades;

V - Campos próprios para identificação e aposição das assinaturas do responsável pelo órgão/entidade, do contabilista, do responsável pelo preenchimento dos dados e das informações ou outra identificação julgada necessária por este TCE/RS;

VI - Outras informações de interesse deste Tribunal.

Os prazos para remessa destes dados e informações, a ser realizada bimestralmente de modo acumulado no período que se inicia em janeiro, é até o último dia útil do mês seguinte ao término dos bimestres que se encerram nos meses de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro conforme previsto no art. 6º da Resolução TCE/RS nº 766/2007.

Em face ao exposto, procede-se à análise.

Observa-se que o Poder procedeu à entrega da referida documentação dentro dos prazos e condições estabelecidos na Resolução nº 766/2007 e na Instrução Normativa nº 25/2007.

1.3 – Do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP

Plano de Contas, segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, é a estrutura básica da escrituração contábil, formada



por uma relação padronizada de contas contábeis, que permite o registro contábil dos atos e fatos praticados pela entidade de maneira padronizada e sistematizada.

Dessa forma, com a finalidade de fornecer informações aos diversos usuários da informação contábil, e em especial a sociedade, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP estabelece conceitos básicos, regras para registro dos atos e fatos e estrutura contábil padronizada, em conformidade com os dispositivos legais vigentes e observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP.

A partir da edição da Portaria STN nº 467/2009, que aprovou a 2ª Edição o MCASP, foi instituído Plano de Contas único para todos os entes federados. O art. 11 da Portaria STN nº 634/2013 estabeleceu o prazo de implementação de até o término do exercício de 2015 para todos os entes.

Inicialmente o processo de padronização na estrutura e codificação do elenco de contas foi regulamentado por este Tribunal através da Resolução TCE/RS nº 581/2001, que dispôs sobre a obrigatoriedade de utilização dos Elencos de Contas pelos órgãos/entidades municipais regidos pela Lei Federal nº 4.320/64, sendo que, atualmente, está disposto na Resolução TCE/RS nº 766/2007, regulamentado pela Instrução Normativa TCE/RS nº 03/2011.

Em face ao exposto, procede-se à análise.

Observa-se que o Poder procedeu à entrega da documentação utilizando o PCASP-2015, conforme parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 766/2007, regulamentado pela Instrução Normativa nº 03/2011.

2- DA TRANSPARÊNCIA

2.1 – Das Publicações

2.1.1 – Do Relatório de Gestão Fiscal – RGF **Artigo 55, § 2º, da LC Federal nº 101/2000**

A LRF determina que o RGF deverá ser publicado e disponibilizado ao acesso público, inclusive em meios eletrônicos, até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder. Prazo que, para o primeiro quadrimestre, se encerra em 30 de maio, para o segundo quadrimestre, se encerra em 30 de setembro e, para o terceiro quadrimestre, se encerra em 30 de janeiro do ano subsequente ao de referência.

É facultado aos Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar por divulgar, semestralmente, o Relatório de Gestão Fiscal. A



divulgação do relatório com os seus demonstrativos deverá ser realizada em até trinta dias após o encerramento do semestre.

Em face ao exposto, procede-se à análise.

Constata-se que o Poder publicou e divulgou os Relatórios de Gestão Fiscal de acordo com o estabelecido no § 2º do art. 55 da LC Federal nº 101/2000.

2.1.2 – Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO **Artigo 52 da LC Federal nº 101/2000**

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO é exigido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece em seu artigo 165, parágrafo 3º, a obrigatoriedade do Poder Executivo publica-lo, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

A LC nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelece as normas para sua elaboração e publicação. O RREO abrangerá os órgãos da administração direta e entidades da administração indireta de todos os poderes, que recebam recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive sob a forma de subvenções para pagamento de pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

Em face ao exposto, procede-se à análise.

O Poder publicou e divulgou os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária de acordo com o estabelecido no art. 52 da LC Federal nº 101/2000.

2.2 – Das Audiências Públicas

O objetivo da transparência é promover a participação popular nos atos de governo, a fim de que o cidadão, tendo conhecimento da ação governamental, possa contribuir para o seu aprimoramento e exercer um controle sobre os atos de governo. Um dos meios de assegurar que o cidadão exercite a participação popular é a audiência pública, considerada um ambiente propício para a conscientização e discussão da sociedade.

Nesse sentido, o ordenamento jurídico brasileiro estabelece algumas situações nas quais, para se garantir legitimidade do processo, deve-se realizar audiências públicas oportunizando à sociedade a participação na condução de temas de seu interesse.

Assim, a LRF, estabelece que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das



metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública nas Casas Legislativas municipais.

Em face ao exposto, procede-se à análise.

As audiências públicas, conforme informações prestadas pelo Poder Executivo (Peça 274633, pg. 13), foram realizadas nas seguintes datas e locais:

Período	Prazo até	Audiência	Local	Dias atraso
3ºQ/14	28-02-15	28-01-15	Plenário da Câmara de Vereadores	0
1ºQ/15	31-05-15	29-05-15	Plenário da Câmara de Vereadores	0
2ºQ/15	30-09-15	18-09-15	Plenário da Câmara de Vereadores	0

Verifica-se que o Poder realizou as audiências públicas dentro dos prazos dispostos no § 4º do artigo 9º da LC Federal nº 101/2000.

2.3 – Da Lei da Transparência – LC Federal nº 131/2009

A transparência, um dos pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal, tem importante papel na viabilização da participação da sociedade na gestão e na fiscalização da aplicação dos recursos públicos, permitindo o fortalecimento do controle social.

Visando tornar tal tarefa efetiva, o caput do art. 48 da referida lei, especifica quais são os instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

- Os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias;
- As prestações de contas e o respectivo parecer prévio;
- O Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal;
- As versões simplificadas desses documentos.

Inicialmente, salienta-se que a divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal já foram objeto de análise nesta Instrução Técnica nos itens 2.1.1 – Do Relatório de Gestão Fiscal – RGF e 2.1.2 – Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO.

Desse modo, no que diz respeito ao caput do art. 48 da LRF, a análise realizada neste item (2.3 – Da Lei da Transparência), limita-se a verificar a



divulgação pelos Municípios dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, além das prestações de contas com o respectivo parecer prévio.

Outrossim, é averiguado neste item o cumprimento do inciso II do citado artigo da LRF, o qual determina a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.

Nesse sentido, a LC nº 131/2009 – conhecida como Lei da Transparência – acrescentou dispositivos à LRF, destacando-se o art. 48-A que indica quais informações sobre a execução orçamentária e financeira devem ser disponibilizadas em meios eletrônicos de acesso público, elucidando o inciso II, do art. 48 da LRF. Assim, quanto à despesa, está previsto a disponibilização de todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, informando o número do processo, o bem fornecido ou serviço prestado, pessoa beneficiária do pagamento e procedimento licitatório realizado. Já no que se refere a receita, deve ser informado à sociedade o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras.

Normatizando o art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000, o Decreto Federal nº 7.185/2010 elencou quais informações, relativas à despesa e à receita, deverão ser disponibilizadas em meio eletrônico de amplo acesso público para assegurar a transparência na gestão fiscal:

Art. 7º[...]

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo;



f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso.

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

- a) previsão;
- b) lançamento, quando for o caso;
- c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

Em face ao exposto, procede-se à análise.

Com base na análise das informações contidas em sítio eletrônico, constatou-se que não estão sendo cumpridas, em sua totalidade, as exigências do caput do art. 48 e dos incisos I e II do art. 48-A, ambos da LC Federal nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC Federal nº 131/2009, conforme se demonstra no Recibo de Informações nº 8/2015 (peça 333762).

3- DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Controle Interno é o controle decorrente de órgão integrante da própria estrutura em que se insere o órgão controlado². A Resolução TCE/RS nº 936/2012, em seu art. 2º assim define:

I – controle interno (CI): conjunto de recursos, métodos e processos adotado pelas próprias gerências do setor público, com vistas a impedir o erro, a fraude e a ineficiência, visando a dar atendimento aos princípios constitucionais, em especial os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

II – sistema de controle interno (SCI): conjunto de unidades técnicas, articuladas a partir de um órgão central de coordenação, orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno previstas na Constituição e normatizadas em cada nível de governo;

III – unidade central de controle interno (UCCI): órgão central responsável pela coordenação das atividades do sistema de controle interno; (...).

O Controle Interno deve ser uma atividade permanente dentro da organização, seguindo manuais de boas práticas, devendo apontar e solucionar determinados desvios dos objetivos traçados pela organização³.

² CHAVES, Renato Santos. Controles na Administração Pública. Instituto Serzedello Corrêa, Tribunal de Contas da União – agosto/2012.



Uma das atividades do Sistema de Controle Interno - SCI é a prestação de apoio ao órgão de controle externo, no exercício de sua missão institucional. Esse apoio consiste no fornecimento de informações e dos resultados das ações do Sistema de Controle Interno dentro do órgão.

O art. 31 da CF/88 dispõe em seu *caput* que a fiscalização dos municípios será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.

O § 2º do art. 1º da Instrução Normativa TCE/RS nº 11/2010, informa que cabe ao Poder Executivo Municipal, mediante lei de sua iniciativa, instituir o Sistema de Controle Interno, o qual deve abarcar ambos os Poderes no âmbito do Município.

A LRF também atribuiu novas responsabilidades ao controle interno. Em seu art. 54 estabelece que os Relatórios de Gestão Fiscal, trimestrais, assinados pelos titulares dos Poderes e órgãos mencionados no seu art. 20 (Tribunal de Contas, Ministério Público e Tribunais Superiores) serão também assinados pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno.

De posse destas informações, inicia-se a análise referente ao Sistema de Controle Interno Municipal.

3.1- Da Instituição

O Sistema de Controle Interno foi instituído pela Lei Municipal nº 744, de 02-01-2001, em observância ao disposto no art. 31 da Constituição Federal e no art. 1º, § 2º, da Instrução Normativa TCE nº 11/2010.

3.2- Da Assinatura do Relatório de Gestão Fiscal

Os Relatórios de Gestão Fiscal – RGF – referentes ao 1º e 2º Semestres (Peças 196564 e 274634) do exercício de 2015, contêm assinatura digital do responsável pelo Controle Interno, nos termos do disposto no art. 4º, inciso I, da Instrução Normativa TCE nº 07/2015 e no parágrafo único do artigo 54 da LC Federal nº 101/2000.

3.3- Da Manifestação Conclusiva da Unidade de Controle Interno

Nos termos dispostos no art. 1º, parágrafo único da Resolução nº 979/2013, o Relatório de Gestão Fiscal deve, obrigatoriamente, ser acompanhado da Manifestação Conclusiva da Unidade de Controle Interno.

³ LIMA, Luiz Henrique. Controle Externo. Elsevier, 5ª edição. 2013.



Em observância ao art. 3º da Resolução retromencionada e à Instrução Normativa TCE nº 11/2010, as Manifestações Conclusivas da Unidade de Controle Interno acerca do cumprimento das normas da LRF foram entregues nos prazos estabelecidos (Peças 198599 e 275574).

4- DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL

O artigo 19 da LRF dispõe que a despesa total com pessoal, no âmbito municipal, em cada período de apuração, não poderá exceder 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida.

Quanto à repartição do limite global, esse não poderá exceder os seguintes percentuais:

Esfera municipal	6% (seis por cento) para o Legislativo
	54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo

A verificação do cumprimento dos limites com despesa de pessoal será realizada ao final de cada quadrimestre através do Relatório de Gestão Fiscal, sendo facultado aos Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar pela divulgação do RGF semestralmente, cujas informações devem ser elaboradas de forma individual, pelas Entidades do Poder Executivo Municipal, ou seja, Prefeituras, Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes.

Cabe ao Tribunal de Contas alertar os Poderes ou órgãos quando constatarem que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite.

Entretanto se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido que houver incorrido no excesso:

1. Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual;
2. Criação de cargo, emprego ou função;
3. Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
4. Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
5. Contratação de hora extra, salvo as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.



Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos em lei o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro.

Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

1. Receber transferências voluntárias;
2. Obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;
3. Contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Apresenta-se quadro-resumo contendo os limites da despesa com pessoal, preconizados na LRF:

LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	
Limite Legal – Alínea “b” do inciso III do artigo 20	54,00%
Limite Prudencial – Parágrafo único do artigo 22	51,30%
Limite para Emissão de Alerta – Inciso II do § 1º do artigo 59	48,60%

Em face ao exposto, procede-se à análise.

O Executivo apresentou os dados relativos à Receita Corrente Líquida - Modelo 1 e Despesa com Pessoal - Modelo 2, do 1º e 2º Semestres de 2015 (peças 0196564 e 0274634), os quais, após a realização dos ajustes necessários na RCL (peça 333764), foram inseridos na tabela a seguir, para fins de cálculo e análise dos percentuais obtidos.

Período	2ºS/2015	Mês Referência	Dez/15
Envios em 2015			
			<i>Em R\$</i>
Período	RCL	DP	%
1ºS/15	12.111.462,45	4.267.700,77	35,24
2ºS/15	11.373.910,83	4.531.056,26	39,84

RCL = Receita Corrente Líquida
DP = Despesa com Pessoal



Considerando que os percentuais apurados no exercício de 2015 são inferiores ao limite de 90% de que trata o artigo 59, § 1º, inciso II da LC Federal nº 101/2000 e, evidentemente, aos limites de 95% e máximo, de que tratam, respectivamente, os artigos 22, parágrafo único e 20, inciso III, alínea "b", todos da referida lei, não houve emissão de alerta ao Poder em tela.

Conclui-se, na análise da tabela, que os percentuais apurados são inferiores ao limite máximo previsto no artigo 20, inciso III, alínea "b" da LC Federal nº 101/2000.

5- DOS RESTOS A PAGAR E DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO

5.1- Do Artigo 42 da LC Federal nº 101/2000

Conforme art. 36 da Lei nº 4.320/64, os restos a pagar são as despesas empenhadas mas não pagas no mesmo exercício financeiro, sendo classificadas entre processadas e não processadas. Salienta-se que outros normativos também discorrem sobre o assunto, como o Decreto nº 93.872/86 e a LRF.

Considerando que o artigo 42 da LC Federal nº 101/2000 estabelece que, nos últimos dois quadrimestres do mandato, é vedado ao titular contrair despesas que não possam ser cumpridas dentro dele, ou que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa, não é necessária a verificação do cumprimento do referido dispositivo legal, uma vez que não houve encerramento do mandato.

5.2- Do Equilíbrio Financeiro

Esta análise tem a finalidade de verificar o atendimento pelo Gestor Público, no exercício financeiro de 2015, do disposto no § 1º, do art. 1º, da LRF. O dispositivo em tela alude que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Tal equilíbrio impõe que ajustes devam ser observados no decorrer de todo o mandato, de forma que as receitas não sejam superestimadas, nem haja acúmulo excessivo de passivos financeiros.

Nesse contexto, como regra geral, as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro. Excepcionalmente, o Gestor pode deixar obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, porém, com disponibilidade de caixa. Desse modo, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios e não somente no último ano de mandato.

O equilíbrio intertemporal (equilíbrio ao longo dos exercícios) entre as receitas e as despesas públicas se estabelece como pilar da gestão fiscal



responsável. O planejamento é ferramenta imprescindível à boa gestão fiscal e consiste em definir os objetivos que devem ser alcançados e prever, permanente e sistematicamente, os acontecimentos que poderão interferir no cumprimento desses objetivos, notadamente no que se refere ao equilíbrio das contas públicas.

Destaca-se que, nos termos do art. 35 da Lei 4.320/64, pertencem ao exercício financeiro às receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. Portanto, a execução das despesas orçamentárias está condicionada ao exercício financeiro, ou seja, ao princípio da anualidade. Vale ressaltar que o exercício financeiro coincide com o calendário civil, ou seja, de 1 de janeiro a 31 de dezembro. Dessa maneira, a inscrição em restos a pagar dos investimentos plurianuais deve ocorrer segundo o cronograma e a programação de execução física e financeira, e por exercício financeiro, ou seja, deve seguir o princípio da anualidade mesmo que os investimentos sejam plurianuais. O cronograma físico-financeiro afetará o controle da inscrição em restos a pagar e da respectiva disponibilidade de caixa exigida, já que a inscrição em restos a pagar estará associada à dotação da parcela consignada no orçamento em curso, não podendo ser exigida disponibilidade de caixa para as parcelas do investimento que deverão ser objeto de crédito em orçamentos futuros.

Para fins de verificação do atendimento deste item, foram utilizadas, inicialmente, as informações constantes no Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar, compreendido no Relatório de Gestão Fiscal (Executivo e Indiretas Municipais), o qual deve evidenciar a existência ou a inexistência disponibilidade financeira suficiente para inscrição em Restos a Pagar das despesas empenhadas e não pagas ao final do exercício financeiro de 2015. O Demonstrativo em tela visa dar transparência ao equilíbrio entre a geração de obrigações de despesa e a disponibilidade de caixa e está devidamente detalhado no Relatório de Validação e Encaminhamento (Item 5.2.7). Deverá ser elaborado somente no último quadrimestre/semestre pelos Poderes e órgãos da Administração Municipal, sendo evidenciado pelo confronto da disponibilidade de caixa bruta com as obrigações financeiras, segregado por vinculação de recursos. O resultado obtido desse confronto irá permitir a inscrição dos Restos a Pagar Não Processados.

Em face ao exposto, procede-se à análise.

As informações constantes no Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites (Peça 274634), demonstram a existência de disponibilidades financeiras suficientes para a cobertura dos valores inscritos em Restos a Pagar, restando atendido o disposto no § 1º do art. 1º da LC Federal nº 101/2000.

Convém referir que a disponibilidade financeira do Recurso 0001 – Livre (Peça 274633, pg. 21) é suficiente para a cobertura dos Restos a Pagar grafados à conta desse recurso, mesmo após a dedução, nos termos da Instrução Normativa nº 07/2015, dos valores inscritos em Valores Restituíveis, no Passivo



Circulante, no total de R\$ 47.420,19 (Peça 274633, pg. 19), não cobertos pelo recurso 8001 – Extraorçamentário, no valor de R\$ 941,65 (Peça 274633, pg. 23).

6- DO ENDIVIDAMENTO

A correta administração da dívida pública é essencial para o equilíbrio entre receitas e despesas, haja vista que, quando mal administrada, gera grande potencial para causar danos às finanças do ente governamental. Este assunto é de tal relevância que o art. 35 da Constituição Federal de 1988 dispõe que os Estados não intervirão nos seus Municípios, exceto, entre outros motivos, para reorganizar as finanças municipais do ente que suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior.

A LRF estabeleceu regras mais rígidas para o endividamento público, inclusive redefiniu conceitos da Lei nº 4.320/1964 e do Decreto nº 93.872/1986.

Nesse sentido, pode-se definir dívida pública consolidada ou fundada como montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

Já a dívida pública mobiliária é representada por títulos emitidos pela União, Estados e Municípios.

O refinanciamento da dívida mobiliária significa emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária, excluindo os juros.

É oportuno salientar que o § 4º do artigo 29 estatui que o refinanciamento do principal da dívida mobiliária não excederá, ao término de cada exercício financeiro, o montante do final do exercício anterior, somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas, acrescido de atualização monetária.

Destaca-se que conforme inciso III, art. 167 da Constituição Federal de 1988, é vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta. Essa norma, conhecida como “regra de ouro”, objetiva dificultar a contratação de empréstimos para financiar gastos correntes, evitando que o ente público tome emprestado de terceiros para pagar despesas



correntes, como pessoal e juros. Portanto, não deve haver endividamento direcionado para manutenção da máquina pública administrativa.

Quanto aos limites para a dívida pública, operações de crédito e concessão de garantia, eles serão fixados em percentual da receita corrente líquida para cada esfera de governo.

Para fins de verificação do atendimento do limite, a apuração do montante da dívida consolidada será efetuada ao final de cada quadrimestre com exceção dos municípios com população inferior a 50 mil habitantes, que podem usufruir de regras especiais de aplicação das determinações constantes na LRF, entre as quais se inclui a apuração semestral dos limites da dívida consolidada.

Conforme Incisos VI e IX do art. 52 da Constituição Federal de 1988, compete privativamente ao Senado Federal dispor sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Municípios.

Portanto, coube à Resolução Senado Federal nº 40/2001 dispor sobre tais matérias.

Cumprе salientar que, conforme tal Resolução, a dívida pública consolidada representa o montante total apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos do Município, ou seja, a dívida pública mobiliária pertence ao montante único de cálculo do limite legal.

Com intuito de calcular o limite legal, é utilizado o conceito de dívida consolidada líquida. Trata-se da dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. Logo, o limite da dívida consolidada líquida municipal, conforme inciso II, art. 3º da Resolução Senado Federal nº 40/2001, é de 120%.

Salienta-se que, conforme § 7º do art. 30 da LRF, os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

O art. 31 da LRF prevê que se a dívida consolidada municipal ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro.

Enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido será submetido a certos deveres e sanções:



1. Estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária;

2. Deverá obter resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho.

Ressalta-se que estas restrições aplicam-se imediatamente se o montante da dívida exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo.

Caso ocorra vencimento do prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará também impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado.

Quanto à fiscalização, conforme inciso IV do art. 59 da LRF, o Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio do Tribunal de Contas, fiscalizará as providências tomadas para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites.

Também compete à Corte de Contas, consoante inciso III, § 1º do artigo supracitado, emitir alerta aos Poderes ou órgãos fiscalizados sobre a extrapolação de 90% dos respectivos limites das dívidas consolidada e mobiliária. Em vista disso, apresenta-se quadro-resumo contendo os limites examinados pelo TCE/RS.

LIMITES DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	
Limite Legal – Inciso II, art. 3º da Resolução Senado Federal nº 40/2001	120,00%
Limite para Emissão de Alerta – LRF, inciso III do § 1º do artigo 59	108,00%

Em face ao exposto, procede-se à análise.

O Executivo apresentou os valores relativos ao Endividamento do 1º e 2º Semestres de 2015 no Modelo 4 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida e os respectivos percentuais de endividamento descrito no Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites (peças 196564 e 274634), os quais, após a realização dos ajustes necessários na RCL (peça 333764), foram inseridos na tabela a seguir, para fins de cálculo e análise dos percentuais obtidos, nos termos definidos pela Resolução do Senado Federal nº 40/2001 e pela Portaria STN nº 637/2012.



Período	R C L	D C L	Em R\$	
				%
1ºS/15	12.111.462,45	0,00		0,00
2ºS/15	11.373.910,83	0,00		0,00

RCL = Receita Corrente Líquida
DCL = Dívida Consolidada Líquida

O Poder Executivo não apresenta Dívida Consolidada Líquida - DCL, atendendo, assim, o art. 3º, inciso II, da Resolução do Senado Federal nº 40/2001.

Verifica-se, também, que o mesmo não apresenta dívida decorrente de emissão de títulos (Dívida Pública Mobiliária), atendendo ao disposto no art. 11 da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

7- DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Operação de crédito é o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

Conforme art. 32 da LRF, o Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada Município, inclusive das empresas por ele controladas, direta ou indiretamente.

Consoante art. 40 da LRF, os Municípios poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observados o disposto naquele artigo e as normas do art. 32.

Por fim, conforme art. 38 da LRF, a operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as seguintes exigências:

1. Realizar-se-á somente a partir do décimo dia do início do exercício;

2. Deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano;



3. Não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou à que vier a esta substituir;

4. Estará proibida:

4.1 Enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada;

4.2 No último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.

As operações de crédito por antecipação de receita orçamentária compõem a dívida flutuante; logo, não compõem a dívida fundada do ente, tampouco entram nos limites ao endividamento público. As operações de crédito por ARO também não serão computadas para efeito do que dispõe a regra de ouro, desde que liquidadas com juros e outros encargos incidentes, até o dia 10 de dezembro de cada ano.

Ato contínuo, conforme Inciso VII do art. 52 da Constituição Federal de 1988, compete privativamente ao Senado Federal dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno dos Municípios.

Portanto, coube à Resolução Senado Federal nº 43/2001 dispor sobre tais matérias.

Os limites legais das operações de crédito e assuntos correlatos, assim como os percentuais para emissão alerta sobre a extrapolação de 90% dos respectivos limites são os seguintes:

LIMITES EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	
1) Limite legal para contratação de operações de crédito - Inciso I, art. 7º da Resolução Senado Federal nº 43/2001	16,00%
1.1) Limite para emissão de alerta - Inciso III do § 1º do artigo 59 da LRF	14,40%
2) Limite legal para concessão de garantias - Art. 9º da Resolução Senado Federal nº 43/2001	22,00%
2.1) Limite para emissão de alerta - Inciso III do § 1º do artigo 59 da LRF	19,80%
3) Limite legal ampliado para concessão de garantias - Parágrafo único do art. 9º da Resolução Senado Federal nº 43/2001	32,00%
3.1) Limite para emissão de alerta - Inciso III do § 1º do artigo 59 da LRF	28,80%
4) Contratação de operações por ARO - Art. 10 da Resolução Senado Federal nº 43/2001	7,00%
4.1) Limite para emissão de alerta - Inciso III do § 1º do artigo 59 da LRF	6,30%

Consoante § 5º do art. 31 da LRF, as normas referentes à recondução da dívida pública consolidada serão observadas nos casos de



descumprimento dos limites da dívida mobiliária e das operações de crédito internas e externas.

Ainda, de acordo com o inciso II do art. 59 da LRF, o Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio do Tribunal de Contas, fiscalizará os limites e condições para realização de operações de crédito.

Em face ao exposto, procede-se à análise.

Consideradas as informações do Modelo 6 – Demonstrativo das Operações de Crédito e os respectivos percentuais descritos no Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites (Peça 274634) e, ainda, os dados constantes do SIAPC, constatou-se que:

Operações de Crédito Internas e Externas

No exercício de 2015, não houve captação de recursos com operações de crédito internas e externas.

Operações de Crédito p/ Antecipação de Receita

O Executivo não apresenta saldo na conta Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária, atendendo o inciso II do art. 38 da LC Federal nº 101/2000.

8 – DO CUSTEIO DE DESPESAS PARA OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO

Os recursos públicos municipais são arrecadados objetivando sua aplicação na execução das competências que ao Município estão determinadas constitucionalmente, tais como saúde, educação, saneamento, transporte municipal, etc.

O art. 30 da CF/88, em seus incisos III e V dispõe:

Art. 30. Compete aos Municípios:

(...)

III – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

(...)

V – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.



Assim, aos Municípios coube exercer, com os recursos que lhes foram destinados, as competências postas, fundamentalmente, nos artigos 23, 30 e 195 da Lei Magna.

Há instrumentos jurídicos que permitem que o Ente Municipal custeie despesas de outros entes da Federação. Para que haja esta colaboração, há que se observar, além da oportunidade e conveniência, matéria a ser exaurida em sede local, os regramentos constitucionais e legais aplicáveis à esta espécie de ajuste e que não haja desvio do cumprimento das competências do município.

Portanto, para que seja possível o custeio de despesas de um ente por outro, conforme artigo 62 da LRF, é necessário que todos os requisitos abaixo sejam cumpridos cumulativamente:

- Autorização na LDO;
- Autorização na LOA;
- Existência de convênio, acordo, ajuste ou congêneres.

Em face ao exposto, procede-se à verificação.

No caso em análise, o município não contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação no exercício de 2015 (Peça 274633, pg. 13).

9- DA CONCLUSÃO

Do exame realizado, salienta-se a existência de item passível de ser esclarecido:

Item 2.3 – Da Lei da Transparência caput do art. 48 e dos incisos I e II do art.48-A, ambos da LC Federal nº 101/2000, com, as alterações introduzidas pela LC Federal nº 131/2009.

O não atendimento à legislação supracitada poderá ensejar a emissão de parecer prévio desfavorável à aprovação das contas do Administrador, conforme o art. 2º da Resolução nº 1009/2015.

É a Instrução Técnica Final.



Senhor(a) Supervisor(a):

Examinados os termos da Informação e a documentação anexada aos autos, esta Coordenação concorda com o Informe Técnico produzido.

Em 19/05/2016.

Assinado digitalmente pelo Coordenador.

TC-01.3



O processo encontra-se em condições de seguir seu trâmite regular.

Em 19/05/2016.

Maria Luiza Reginato,
Supervisora.

TC-01.3

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO PREFEITO SOBRE SUA GESTÃO:

O poder Executivo Municipal de Alto Alegre, atendendo ao que determina o Artigo 113, Inciso I, Letra "a", da Resolução nº 544/2000, regulamentado pela Resolução nº 962/2012, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, apresenta, na forma do abaixo disposto, o Relatório da Administração Municipal no ano de 2015.

A Administração Pública Municipal é de parecer que as prioridades e metas previstas no Plano Plurianual (Lei Municipal nº 2.120, de 08 de agosto de 2013), priorizadas no Anexo I da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Municipal nº 2.253, de 23 de setembro de 2014), e os programas do Governo Municipal elencados na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2015, (Lei Municipal nº 2.269 de 03 de Dezembro de 2014), foram adequadamente cumpridas.

Com o passar do tempo, algumas novas metas que não estavam previstas, foram incorporadas ao cronograma de execução para serem executadas no exercício de 2015, através de Leis Municipais, que surgiram em virtude de situações próprias, como Convênios firmados com os entes das esferas Federal e Estadual. Essas situações alheias ao planejamento administrativo, mas que foram importantes na aquisição de novos veículos para o transporte escolar, caminhão, novos equipamentos para a patrulha agrícola e realização de novas obras.

Destacam-se as seguintes:

- 1) Realização obra calçamento AV: Júlio de Castilhos;
- 2) Aquisição de Dois Ônibus transporte escolar rural;
- 3) Aquisição de um Caminhão Ford/Cargo para Secretaria Urbana;
- 4) Construção da 2ª etapa da Casa Velatória;
- 5) Aquisição de Dois tanques de Adubo Orgânico, uma Colhedora de Forragens, uma Grade Arradora 16/24, Um Reboque Metálico, Uma Roçadeira Hidráulica Articulada;
- 6) Melhoria da Infraestrutura da área industrial, passeio e água Potável.

As demais metas previstas e alcançadas são fruto de Parecer do Controle Interno que contribuiu ao andamento dos trabalhos da Administração Municipal.

A Receita Líquida total do Município estava prevista em R\$ **11.770.000,00**, no entanto o efetivamente arrecadado foi de R\$ **11.701.712,06**, houve um déficit entre a prevista e a efetivamente arrecadada de R\$ **68.287,94**.

A despesa fixada foi de R\$ **11.770.000,00** e a efetivamente empenhada somou R\$ **9.822.996,04**. Portanto, foi empenhado valor menor daquele fixado.

Houve obrigações circulantes no montante de R\$ **239.973,26**, mas à suficiência em caixa e em bancos no valor de R\$ **1.643.112,01**, bem superior às obrigações.

A receita que serve de base para o cálculo de aplicação dos recursos na Saúde foi de R\$ **9.339.527,12**, onde, **15%** correspondem o valor de R\$ **1.400.912,14**, valores estes que deveriam ser aplicados em Saúde, porém a municipalidade aplicou a soma de R\$ **1.625.031,56** que representa **16,90%**. Portanto, atendendo plenamente a aplicação dos percentuais mínimos exigidos por lei em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS.

A receita que serve de base para o cálculo de aplicação dos recursos na Educação foi de R\$ **9.618.115,37** onde, **25%** correspondem o valor de R\$ **2.404.528,80**, valores estes que deveriam ser aplicados em Educação, porém a municipalidade aplicou a soma de R\$ **2.413.366,77**, que representa **25,09%**. Portanto, atendendo plenamente a aplicação dos percentuais mínimos exigidos por lei, na Manutenção e

Desenvolvimento do Ensino – MDE, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Procuramos observar a prática da legalidade nos atos de gestão financeira, orçamentária e patrimonial. Em relação à eficiência e eficácia da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas Leis Orçamentárias com proveito, sendo à coletividade atendida.

É o Relatório.

Diante do exposto, a Administração Municipal procurou atender a coletividade através das metas estabelecidas na Lei de Orçamento Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017, procurando sempre cumprir as referidas metas de acordo com a Legislação pertinente ao caso.

Alto Alegre-RS, 29 de Fevereiro de 2016.


HÉLIO DALBERTO
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Alto Alegre
Rua Recreio nº. 233 - CEP: 99.430-000
Fone: 054.3382-1030 - FAX: 054.3382-1122

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO – 2015

Na qualidade de responsáveis pelo órgão de Controle Interno do Município de Alto Alegre/RS, apresentamos Relatório e Parecer sobre as contas do Poder Executivo, relativos ao exercício de 2015, em conformidade com o previsto no art. 74 da Constituição da República, artigo 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e, nos termos do disposto no art. 2º, inciso I, letra “b” da Resolução nº 962, de 19 de dezembro de 2012, do Tribunal de Contas do Estado.

1. Destaca-se, inicialmente, que o órgão de controle interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 2083/2013, regulamentada pelo Decreto nº 2497/2013, tendo sido designados seus membros pela Portaria nº 4631 de 30 de abril de 2015.

2. A Comissão desenvolveu suas atividades da seguinte forma: Foram realizadas reuniões registradas em ata, com a presença de Diretores, Secretários, Prefeito e Vice-Prefeito, visitas as Secretarias. Fizemos recomendações, visando sanar as irregularidades ou deficiências administrativas detectadas, tais como: máquinas e veículos que são utilizadas durante o horário de expediente e fora do mesmo, uma cobrança efetiva por parte do Poder Executivo Municipal acerca do sistema de ponto dos funcionários, para que os servidores que encontravam-se em desvio de função voltassem para os seus respectivos cargos. Também foi realizada uma cobrança assídua em relação a cobrança antecipada, como prevê a legislação municipal, de serviços prestados pela prefeitura municipal aos seus munícipes, bem como que os mesmos não fossem prestados a cidadãos em débito com a municipalidade. Cobramos a necessidade de observar os limites de licitação e a realização de levantamento de preços para as compras diretas. Também realizamos vários apontamentos e recomendações acerca da necessidade de se obter um maior controle sobre os auxílios concedidos pelo Setor de Habitação do município e sobre a atualização da Lei Municipal vigente sobre o assunto. À vista de tais recomendações, O chefe do poder executivo não adotou todas as providências para correção dos atos e procedimentos.

Em análise da execução do orçamento, verificamos que não foram executadas na totalidade as metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias inicialmente previstas, e sim ouve muitas substituições por novas metas, o que acabou descaracterizando a LDO inicial.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre
Rua Recreio nº. 233 - CEP: 99.430-000
Fone: 054.3382-1030 - FAX: 054.3382-1122

3. No que respeita ao atendimento dos limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar, cabem as seguintes considerações: O saldo disponível em caixa é suficiente para Pagar os restos a pagar.

1) OPERAÇÕES DE CRÉDITO:

O município não realizou operações de crédito no exercício de 2015.

2) OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA:

Não foram realizadas operações de crédito por antecipação de receita orçamentária em 2015.

3) RESTOS A PAGAR

Quanto aos restos a pagar, verificou-se o seguinte: o relatório de restos a pagar emitido em 31/12/2015, revela que o total de empenhos a pagar foi de R\$234.605,39. Destes valores foram inscritos em restos a pagar, processados no montante de R\$40.248,27 e restos a pagar não processados, no montante de R\$194.357,12, confrontando-se tais empenhos, somados as demais obrigações financeiras a pagar, com as disponibilidades de caixa verificadas em 31/12/2015 e respeitadas as fontes de recursos correspondentes, temos o seguinte quadro:

RECURSOS DISPONÍVEIS X OBRIGAÇÕES A PAGAR EM 31/12/2015.

RECURSOS	DISP 31/12/2015	A PAGAR 31/12/2015 LIQUIDA- DOS	A PAGAR 31/12/2015 A LIQUI- DAR	SALDO EM 31/12/2015
0001 – Recurso Livre	1.256.888,23	27.968,36	194.357,12	1.034.562,75
0020 – Educação – MDE	22.804,55	156,32	0,00	22.648,23
0031 – FUNDEB	133.175,18	0,00	0,00	133.175,18
0040 – ASPS	59.839,18	0,00	0,00	59.839,18
0050 – Rec. Vinculados ao RPPS-FAPS	5.954.824,36	0,00	0,00	5.954.824,36
1015 – Rec. Vinculados ao FNDE	17.189,07	12.269,28	0,00	4.919,79
1026 – Recursos PNAE	423,18	333,72	0,00	89,46
1029 – Rec. Convênio Federal – Assist. Social	21.270,53	80,00	0,00	21.190,53

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre
Rua Recreio nº. 233 - CEP: 99.430-000
Fone: 054.3382-1030 - FAX: 054.3382-1122

1035 – Rec. Merenda Escolar - PNAEF	444,70	149,70	0,00	295,00
1062 - Recursos PNAEC	1.757,86	112,85	0,00	1.645,01
1063 – Salário Educação Federal	28.729,23	0,00	0,00	28.729,23
1064 - Recursos PNATE	5.323,03	4.545,91	0,00	777,12
1081 - FMAS – IDG – Bolsa Família	8.285,64	0,00	0,00	8.285,64
1091 – Aplicação Multa de Trânsito	366,08	0,00	0,00	366,08
4011 – Incentivo Est. Atenção Básica	20.457,37	0,00	0,00	20.457,37
4051 – Insulino Dependente	4.188,04	0,00	0,00	4.188,04
4110 – Saúde Bucal	2.737,77	0,00	0,00	2.737,77
4290 – Saneamento Básico	8.883,42	0,00	0,00	8.883,42
4502 – Vigilância em Saúde	2.226,26	0,00	0,00	2.226,26
4510 – PAB Fixo	19.625,75	0,00	0,00	19.625,75
4520 – ESF – SAUDE - Federal	29.766,22	0,00	0,00	29.766,22
4521 - PMAQ	46.259,19	0,00	0,00	46.259,19
4530 – PACS – Agentes Com. de Saúde	1.420,03	0,0	0,00	1.420,03
4540 – Saúde Bucal	5.264,60	0,00	0,00	5.264,60
4590 – Teto Financeiro	31.987,19	0,00	0,00	31.987,19
4710 – Teto Financeiro da Vigilância em Saúde	12.000,37	0,00	0,00	12.000,37
4760 – Vigilância Sanitária - Gerenciamento	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00
4770 – Farmácia Básica Fixa	3.370,71	0,00	0,00	3.370,71
4929 – Prog. Fin. Ações de Aliment. e Nutrição	82.317,36	0,00	0,00	82.317,36
4932 – Manutenção da UBS	1.783,04	0,00	0,00	1.783,04
4996 – Programa de Qualificação da UBS	44.781,84	0,00	0,00	44.781,84
8001 – Movimentação Extra-orçamentária	941,65	0,00	0,00	941,65
TOTAIS	7.837.909,63	45.616,14	194.357,12	7.597.936,37
(-) Exclusão Valores RPPS	5.954.824,36			
(=) Saldo excluído o valor do RPPS	1.643.112,01			
(-) Saldo de Recursos Vinculados Diversos	608.549,26			
(=) Sub-total de Recursos Livres	1.034.562,75			
(-) Saldo Conta BB vinculado a Leilão de bens livres a ser deduzido dos recursos livres	47.384,59			
Saldo Final dos Recursos Livres	987.178,16			

*Valores consignados a repassar, a ser deduzido dos recursos livres.

Analisando-se o quadro acima, verifica-se a suficiência financeira para a inscrição de empenhos em restos a pagar.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre
Rua Recreio nº. 233 - CEP: 99.430-000
Fone: 054.3382-1030 - FAX: 054.3382-1122

4. No tocante a despesa com pessoal, de que tratam os Arts. 18 a 23 da Lei Complementar nº 101/2000, cabem as seguintes considerações:

a) Despesa com pessoal do Poder Executivo Municipal (LRF Art. 20, III, “a”)

Receita Corrente Líquida (RCL)	R\$ 12.036.883,14
Despesas com pessoal computáveis nos últimos 12 meses	R\$ 4.531.056,26 = 37,64% s/RCL
Limite de alerta cfe Art. 59, Parágrafo 1ª, II da LRF	R\$ 5.849.925,20 = 48,60% s/RCL
Limite prudencial cfe Art. 22, Parágrafo Único da LRF	R\$ 6.174.921,05 = 51,30% s/RCL
Limite legal cfe. Art. 20, I, II e III da LRF	R\$ 6.499.916,89 = 54,00% s/RCL

Observação: está dentro dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

4) DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA:

A dívida consolidada líquida está demonstrada conforme tabela abaixo:

Descrição	Valores R\$
Consignações Diversas	0,00
Restos a pagar processados 2014 - Executivo	0,00
Restos a pagar processados 2015 – Legislativo	5.367,87
Restos a pagar processados 2015 – Executivo	40.248,27
Restos a pagar não processados 2015– Executivo	194.357,12
TOTAL	239.973,26

*Dados extraídos do RVE – PAD – TCE/RS

4.1. No exercício de 2015, não houve a alienação de bens integrantes do ativo.

4.2. Os limites de gastos do Poder Legislativo do Município podem ser visualizados nos quadros a seguir:

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre
Rua Recreio nº. 233 - CEP: 99.430-000
Fone: 054.3382-1030 - FAX: 054.3382-1122

a) Despesa com pessoal do Poder Legislativo Municipal (LRF Art. 20, III, "a").

Receita Corrente Líquida (RCL)	R\$ 12.036.883,14
Despesas com pessoal computáveis nos últimos 12 meses	R\$ 290.909,89 = 2,42% s/RCL
Limite de alerta cfe Art. 59, Parágrafo 1 ^a , II da LRF	R\$ 649.991,68 = 5,4% s/RCL
Limite prudencial cfe Art. 22, Parágrafo Único da LRF	R\$ 686.102,33 = 5,7% s/RCL
Limite legal cfe. Art. 20, I, II e III da LRF	R\$ 722.212,98 = 6% s/RCL

b) Gastos totais do Poder Legislativo (Art. 59, VI da LRF e Art. 29-A da Constituição Federal).

Receita efetivamente realizada no exercício anterior cfe. Art. 29-A da Constituição federal	R\$ 9.462.683,53
População do Município	1.841 Habitantes
Limite legal para gastos totais (305% a 7% cfe. população)	R\$ 662.387,85 = 7,00%
Gastos totais do Poder Legislativo Municipal	R\$ 368.151,31 = 3,89%

c) Despesas com Folha de Pagamento do Poder Legislativo (Art. 29-A, Parágrafo 1º da Constituição federal).

Limite legal para gastos totais	R\$ 662.387,85
Limite para Folha de Pagamento	R\$ 463.671,49 = 70,00% limite legal
Despesas com Folha de Pagamento	R\$ 290.909,89 = 43,92% Executado

d. Quanto à inscrição de restos a pagar do Poder Legislativo Municipal, verificou-se o seguinte:**RECURSOS DISPONÍVEIS X OBRIGAÇÕES A PAGAR EM 31/12/2015**

RECURSOS	Recursos disponíveis em 31/12/2015	A Pagar de 2015	Saldo Financeiro em 31/12/2015
0001 - Livre	8.441,73	5.367,87	3.073,86



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Alto Alegre
Rua Recreio nº. 233 - CEP: 99.430-000
Fone: 054.3382-1030 - FAX: 054.3382-1122

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9. Em análise mais detalhada das operações financeiras e orçamentárias realizadas pela Contadoria no exercício de 2015, observamos em relação ao disposto no Capítulo II, do Título IX da Lei Federal nº 4.320/64, que todas foram escrituradas em conformidade com as normas aí previstas e com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, aplicáveis à espécie, pois:

- a) A despesa orçamentária conteve-se no limite dos créditos votados e em nenhum momento, durante a execução, excedeu o montante autorizado.
- b) Os gastos efetuados guardaram conformidade com a Classificação da Lei Federal nº 4.320/64 e Portaria Ministerial.
- c) Ficou caracterizada a observância das fases da despesa estabelecidas no Art. 60, 63 e 64 da Lei federal nº 4.320/64.
- d) As notas de empenho e ordens de pagamento estão acompanhadas de documentação comprobatória hábil (notas fiscais, recibos, faturas, conhecimentos, etc.), nos termos da legislação vigente.
- e) Os bens móveis e imóveis adquiridos no curso do exercício foram contabilizados nas contas patrimoniais respectivas.
- f) No controle contábil das operações financeiras extra-orçamentárias, nenhuma irregularidade foi constatada.
- g) Analisando-se os créditos adicionais abertos no exercício, observa-se a existência de autorização legal para a abertura bem como a existência dos recursos indicados para a sua cobertura, conforme o prescrito no Art. 43 da Lei 4.320/64.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre
Rua Recreio nº. 233 - CEP: 99.430-000
Fone: 054.3382-1030 - FAX: 054.3382-1122

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO

10. Analisando-se os principais demonstrativos financeiros que compõem o Balanço Geral do Município, especificamente o Balanço Financeiro (Anexo 13), Balanço Patrimonial (Anexo 14) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15), verificou-se o atendimento das normas legais vigentes, mediante a aplicação dos seguintes testes de consistência e relevação do saldo contábil.

- a) Balanço Financeiro: verificou-se a consistência das informações, comparando-se os dados constantes no demonstrativo com os saldos do balancete de verificação contábil de 31/12/2015, mediante a aplicação do seguinte teste:

Saldo anterior do ativo disponível (caixa e banco)	R\$ 6.410.826,26
(+) Receita orçamentária realizada	R\$ 11.701.712,06
(-) Despesa orçamentária empenhada	R\$ 9.822.996,04
(=) Saldo das disponibilidades em 31/12/2015(caixa e bancos)	R\$ 8.289.542,28

- b) Demonstrativo das variações Patrimoniais: a consistência da apuração do resultado do exercício foi verificada mediante a extração dos seguintes dados do balancete de verificação contábil de 31/12/2015.

Receita Orçamentária realizada	R\$ 12.275.368,92
(-) Despesas orçamentárias realizadas	R\$ 13.503.381,05
(=) Resultado do Exercício (déficit)	R\$ 1.228.012,13

O resultado encontrado coincide com aquele constante do Demonstrativo das Variações Patrimoniais (Anexo 15), demonstrando a consistência das informações contábeis.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Alto Alegre
Rua Recreio nº. 233 - CEP: 99.430-000
Fone: 054.3382-1030 - FAX: 054.3382-1122

- c) Balanço Patrimonial: para fins de verificação da consistência das informações constantes do demonstrativo (Anexo 24), foi aplicado o seguinte teste de relevação do saldo contábil:

Saldo patrimonial do exercício anterior	R\$ 13.791.446,66
(+) Resultado acumulado do exercício	(-) R\$ 1.561.816,40
(=) Saldo patrimonial do exercício atual 31/12/2015. Ativo Real Líquido.	R\$ 12.229.630,26

Tal informação coincide com o saldo patrimonial constante do balanço patrimonial, demonstrando a consistência das informações.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Alto Alegre
Rua Recreio nº. 233 - CEP: 99.430-000
Fone: 054.3382-1030 - FAX: 054.3382-1122

PARECER

Diante do exposto, a Unidade Central de Controle Interno é de parecer que as metas previstas no plano plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os programas do governo municipal elencados na lei orçamentária do exercício, foram adequadamente cumpridos, após readequação de algumas metas inicialmente previstas que foram substituídas por outras.

De outra parte, no que se refere à legalidade dos atos de gestão financeira orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foi ela observada. Quanto à eficácia e eficiência, da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.

Em relação à aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, anota-se que o Município concedeu subvenções sociais, mediante convênio a diversas entidades, visando a diferentes objetivos, os quais foram alcançados, observando-se que as entidades vêm prestando contas regularmente dos recursos recebidos, com raras exceções, o que as obrigam a vir prestar contas, caso contrário não serão repassados novos recursos.

É o relatório e parecer.

Alto Alegre-RS, 15 de março de 2016.

Tamara Nunes
Agente de Controle Interno

Marcieli Zanchi
Membro da UCCI

Moacir Morgan
Membro da UCCI

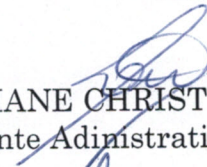


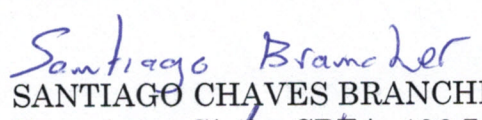
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 Prefeitura Municipal de Alto Alegre
 Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000
 Fone: 0.54.3382-1030/1060 - FAX: 054.3382-1122


Ata de reavaliação de bens e Valores da Administração Pública Municipal de Alto Alegre - RS

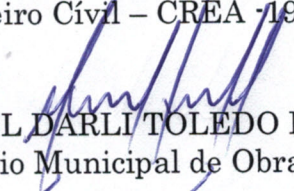
Conforme solicitação do Secretário Municipal da Fazenda e conforme determinação dos art, 94 a 96 da Lei Federal nº 4.320/64, foi constituída a Comissão de Reavaliação dos Bens, Nomeada pelo Sr. Helio Dalberto, Prefeito Municipal sob Portaria nº 4730/2015, do dia 11/09/2015, onde a mesma realizou o trabalho de Reavaliação dos Bens Patrimoniais pertencentes ao Município de Alto Alegre-RS. Durante os meses de Outubro a Dezembro de 2015, a Comissão formada pelos funcionários públicos Municipais: Luciane Christ dos Santos, Irani Lourdes Dal Berto, Manoel Darli Toledo Koepe, Josemar Morgan, o Engenheiro Cível Santiago Chaves Brancher e o Engenheiro Mecânico, Nestor Parizotto, tendo em mãos Relatório dos atuais bens: Prédios e terrenos, Redes Hidráulicas, Veículos, Máquinas, Tratores e Implementos Agrícolas e Rodoviários, Sistema de Tratamento de Esgoto. Conjunto Britador com seus respectivos valores e demais bens na sua totalidade. Realizamos a conferência nas diversas Secretárias Municipais da existência ou não dos respectivos bens e a Reavaliação dos mesmos. A conferência foi feita unitariamente, verificando a ausência de alguns bens, os quais foram dado baixa por não estarem mais funcionando ou deteriorado e por não terem mais valor, sendo assim, não tendo mais necessidade estar na relação do Patrimônio Municipal. Na reavaliação dos bens, Levou-se em consideração o estado de conservação dos mesmos. Não havendo mais nada a tratar, lavro a presente ata, que será assinada pelos membros da Comissão Nomeada conforme Portaria Municipal nº 4730/2015.

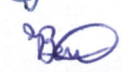
ALTO ALEGRE-RS, 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

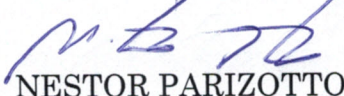

 LUCIANE CHRIST DOS SANTOS
 Agente Administrativa Auxiliar

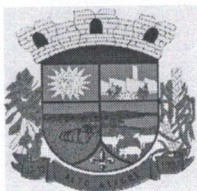

 SANTIAGO CHAVES BRANCHER
 Engenheiro Cível - CREA 196.701


 JOSEMAR MORGAN
 Agente Administrativo


 MANOEL DARLI TOLEDO KOEPE
 Secretário Municipal de Obras


 IRANI LOURDES DAL BERTO
 Sec. Municipal de Educação e Cultura


 NESTOR PARIZOTTO
 Engenheiro Mecânico - CREA - 65.940
 CPF: 276.240.210-72

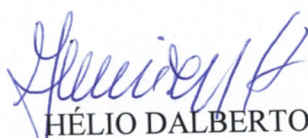


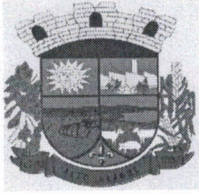
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Alto Alegre
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000
Fone: 0.54.3382-1030 - FAX: 0.54.3382-1122

TERMO DE DECLARAÇÃO

DECLARO, para fins de comprovação junto ao TCE-RS, que foram encaminhadas as leis que compõem o processo orçamentário, bem como as leis e decretos de abertura de créditos adicionais e de operações de créditos do **Poder Executivo Municipal de Alto Alegre – RS**.

Alto Alegre RS 03 de Março de 2016.


HÉLIO DALBERTO
PREFEITO MUNICIPAL



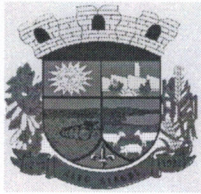
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Alto Alegre
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000
Fone: 0.54.3382-1030 - FAX: 0.54.3382-1122

TERMO DE DECLARAÇÃO

DECLARO, para fins de comprovação junto ao TCE-RS, de que, os Agentes públicos que desempenham atividade junto ao **Poder Executivo Municipal de Alto Alegre - RS** estão em dia com a apresentação das declarações de bens e renda, nos termos da Lei Estadual 12.980, de 2008.

Alto Alegre RS 03 de março de 2016..


HELIO DALBERTO
Prefeito Municipal




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Alto Alegre
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000
Fone: 0.54.3382-1030 - FAX: 0.54.3382-1122

TERMO DE DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, que durante o exercício de 2015, o setor de tesouraria realizou mensalmente a conciliação bancária, sendo que as mesmas foram assinadas pelo tesoureiro e o responsável pelo setor de contabilidade da prefeitura, cujas as cópias encontram-se devidamente arquivadas .

Alto Alegre RS 02 de Março de 2016


Jonas Sieg Lima
Contador - CRC/RS 091179/O-2
CPF: 015 019 430-73
Jonas Sieg Lima
Contador

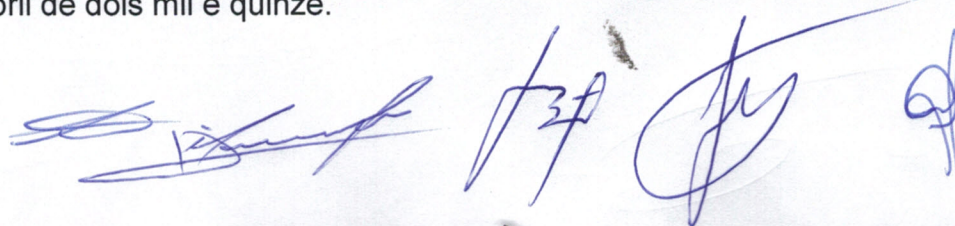

Hélio Dalberto
Prefeito Municipal
Hélio Dalberto
Prefeito Municipal

ATA Nº 019/2015

Aos oito dias do mês de Abril de dois mil e quinze, as dezessete horas, reuniram-se os membros do Conselho de Administração do RPPS, tendo como local o Gabinete do Prefeito Municipal, sito a Rua Recreio nº 233, junto ao centro administrativo municipal, a fim de deliberar sobre o seguinte assunto: Análise dos rendimentos relativo as aplicações dos recursos do RPPS, verificados no primeiro trimestre de dois mil e quinze.

Após analisar os rendimentos do primeiro trimestre de 2015 onde tivemos um rendimento positivo das aplicações financeiras, no valor de 157.192,47 R\$ nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março equivalente a 3,21%. Foi mantida as mesmas aplicações financeiras aguardando uma possível acomodação do mercado financeiro atual.

Nada mais havendo a deliberar, encerrou-se a presente ata que vai ser assinada por todos os membros presentes. Alto Alegre RS, oito dias do mês de Abril de dois mil e quinze.

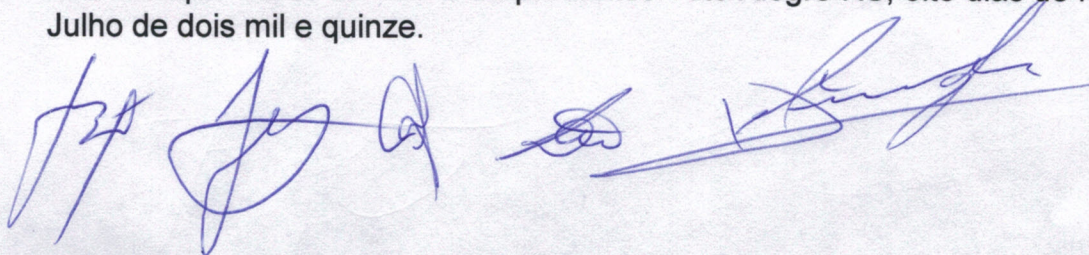


ATA Nº 020/2015

Aos oito dias do mês de Julho de dois mil e quinze, as dezessete horas, reuniram-se os membros do Conselho de Administração do RPPS, tendo como local o Gabinete do Prefeito Municipal, sito a Rua Recreio nº 233, junto ao centro administrativo municipal, a fim de deliberar sobre o seguinte assunto: Análise dos rendimentos relativo as aplicações dos recursos do RPPS, verificados no segundo trimestre de dois mil e quinze.

Após analisar os rendimentos do segundo trimestre de 2015 onde tivemos um rendimento positivo das aplicações financeiras, no valor de R\$ 162.775,46 nos meses de Abril, Maio e Junho. Mesmo não atingindo a meta atuarial, foi mantida as mesmas aplicações financeiras aguardando uma possível acomodação do mercado financeiro atual. E recomendado uma análise para uma possível mudança de alguma Aplicação Financeira.

Nada mais havendo a deliberar, encerrou-se a presente ata que vai ser assinada por todos os membros presentes. Alto Alegre RS, oito dias do mês de Julho de dois mil e quinze.



Aos seis dias do mês de outubro de dois mil e quinze, as dezessete horas, reuniram-se os membros do Conselho de Administração do RPPS, tendo como local o Gabinete do Prefeito Municipal, sito a Rua Recreio nº 233, junto ao centro administrativo municipal, a fim de deliberar sobre o seguinte assunto: Análise dos rendimentos relativo as aplicações dos recursos do RPPS, verificados no terceiro trimestre de dois mil e quinze.

Após analisar os rendimentos do terceiro trimestre de 2015 onde tivemos um rendimento positivo das aplicações financeiras, no valor de R\$ 120.191,01 no terceiro trimestre.

Tivemos nos meses de julho e setembro resultados dentro da realidade do mercado financeiro, e no mês de agosto um resultado a quem do esperado, Mesmo não atingindo a meta atuarial, foi mantida as mesmas aplicações financeiras aguardando uma possível acomodação do mercado financeiro atual.

Nada mais havendo a deliberar, encerrou-se a presente ata que vai ser assinada por todos os membros presentes. Alto Alegre RS, seis dias do mês de Outubro de dois mil e quinze.

ATA Nº 024/2015

Aos seis dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, as dezessete horas, reuniram-se os membros do Conselho de Administração do RPPS, tendo como local o Gabinete do Prefeito Municipal, sito a Rua Recreio nº 233, junto ao centro administrativo municipal, a fim de deliberar sobre o seguinte assunto: Análise dos rendimentos relativo as aplicações dos recursos do RPPS, verificados no quarto trimestre de dois mil e quinze.

Os membros do Conselho de Administração do RPPS, após analisar o comportamento das aplicações dos recursos do RPPS, no quarto trimestre resolveram manter as mesmas aplicações, já que apresentaram rendimento positivo nos meses de Outubro, Novembro, Dezembro, no valor de R\$ 223.916,83, as condições econômicas, refletindo em aumento considerável da inflação dificultaram muito atingir a meta atuarial no ano de 2015. Somos favorável a manutenção das aplicações nas mesmas modalidades e manter-se informado do mercado financeiro, para possíveis ajustes futuros.

Nada mais havendo a deliberar, encerrou-se a presente ata que vai ser assinada por todos os membros presentes. Alto Alegre RS, seis dias do mês de Outubro de dois mil e dezesseis.

ATA Nº 023/2015

PARECER APROBATÓRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA
O EXERCÍCIO DE 2016.

Em reunião realizada no dia 07 de dezembro de 2015, reuniram-se os membros do Conselho de Administração/RS para exame, apreciação e aprovação da Política de Investimentos para vigor no exercício de 2016.

Após a adoção dos procedimentos cabíveis e recebidos os esclarecimentos necessários, os Senhores Conselheiros decidiram pela aprovação da Política de Investimento, cujo termos constam em anexo.

Alto Alegre, 07 de dezembro de 2015.

Conselheiro: Dilmar Loro

Assinatura: 

Conselheiro: Josemar Morgan

Assinatura: 

Conselheiro: Marcieli Zanchi

Assinatura: 

Conselheiro: Jonas Sieg Lima

Assinatura: 

Conselheiro: Margarete B. T. Seibel

Assinatura: 



PROCESSO Nº 00723-0200/15-7

EXECUTIVO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE

ADMINISTRAÇÃO: Hélio Dalberto (Prefeito)

Tania Cristina Theis (Presidente da Câmara de Vereadores)

IT - RELATÓRIO GERAL DE CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS

PROCESSO DE CONTAS DE GOVERNO/2015

Senhor Coordenador:

Em cumprimento ao disposto no art. 4º, parágrafo único, da Instrução Normativa nº 005/2012, registra-se que não existem processos de Tomadas de Contas Especiais, Inspeções Extraordinárias ou Especiais em andamento, de responsabilidade do Gestor no exercício sob exame¹, tratando de matéria relativa às Contas de Governo.

Cabe destacar que, no exame das Contas de Governo, foi constatado:

1 – DA GESTÃO FISCAL

A Instrução Técnica Final/Encerramento do exercício financeiro de 2015, realizada pelo Serviço de Acompanhamento de Gestão – SAG, constante na peça 344.979 deste Processo de Contas de Governo, concluiu pela existência de item passível de esclarecimento:

Item 2.3 – Da Lei da Transparência caput do art. 48 e dos incisos I e II do art.48-A, ambos da LC Federal nº 101/2000, com, as alterações introduzidas pela LC Federal nº 131/2009.

¹ Consulta ao Sistema Corporativo - RES1310, realizada em 07-06-2016.



2 - DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

2.1 - DOS DOCUMENTOS

O exame da documentação evidenciou a inconformidade a seguir indicadas:

2.1.1 – Das demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, se houver, relativas ao exercício anterior, as quais serão geradas eletrônica e automaticamente pelo SIAPC/PAD. O documento acostado à peça 274.636 não atende a exigência regimental desta Corte de Contas, tendo em vista que apresenta diferença entre o valor do ativo e passivo total, demonstrando não atendimento aos preceitos contábeis e fragilidade nas informações enviadas. Desatendimento ao disposto no art. 2º, inciso III, alínea “c”, da Resolução nº 1052/2015.

CONCLUSÃO

No que tange ao **Sr. Hélio Dalberto**, salienta-se a existência de inconformidades de sua responsabilidade passíveis de serem esclarecidas, quanto aos tópicos indicados abaixo. Quanto à outra Administradora, sugere-se **que não seja intimada porquanto não foram constatadas inconformidades de suas responsabilidades.**

- Da Gestão Fiscal – Instrução Técnica Final/Encerramento do exercício financeiro de 2015 (peça 344.979).

- Do Relatório Geral de Consolidação das Contas, quanto ao item 2.1 Dos Documentos.

À sua consideração.



Senhor(a) Supervisor(a):

Examinados os termos da Informação e a documentação anexada aos autos, esta Coordenação concorda com o Informe Técnico produzido.

Em 08/06/2016.

Assinado digitalmente pelo Coordenador.

TC-01.3



O processo está em condições de ser encaminhado à apreciação superior.

Em 10/06/2016.

Assinado digitalmente pelo Supervisor.

TC-01.3



Processo:	000723-0200/15-7
Órgão:	PM DE ALTO ALEGRE
Matéria:	Contas de Governo
Exercício:	2015

Nos termos artigo 12, inciso IV, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do RS – RITCE, determino a **intimação** do Senhor Hélio Dalberto, para que, no prazo improrrogável de 30 dias, preste esclarecimentos sobre o conteúdo da peça nº 358812 - Relatório Geral, juntando a documentação comprobatória que considerar pertinente.

Após a elaboração da Análise dos Esclarecimentos, remetam-se os autos ao Ministério Público junto a esta Corte de Contas para emissão de Parecer, nos termos do artigo 36, Inciso II, do RITCE.

Assinado digitalmente pelo Relator.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Of. DCF-Gab. n.º 6112

Porto Alegre, 09 de agosto de 2016.

Processo nº 000723-0200/15-7

Órgão: PM de Alto Alegre

Excelentíssimo Senhor
Hélio Dalberto
Prefeito - PM DE ALTO ALEGRE
Rua Recreio, 233 Prefeitura Municipal Centro
CEP 99430000 - Alto Alegre/RS

Exmo. Senhor Prefeito,

Nos termos do artigo 117, § 3º, c/c o artigo 12, inciso IV e § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, considerando a determinação do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, nos autos do processo em epígrafe, fica V. Exa. intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar esclarecimentos sobre o destacado na(s) peças 362531, 358812 daqueles autos.

Em caso de processo eletrônico, o envio de esclarecimentos deverá ser realizado por meio do Portal do TCE (www.tce.rs.gov.br), sendo que as orientações poderão ser acessadas na guia Jurisdicionados -> Processo Eletrônico -> Orientações de uso -> Instruções para envio de esclarecimentos.

Comunico-lhe, ainda, que a íntegra da decisão encontra-se disponível no site (www.tce.rs.gov.br), mediante utilização de senha pessoal, que poderá ser gerada no Portal deste Tribunal, na guia Jurisdicionados -> Consulta Processual Privada e Geração de Guias de Recolhimento.

Atenciosamente,

Cristina Assmann,
Diretor de Controle e Fiscalização, em Substituição.



Certidão de Disponibilização Oficial

Consoante disposto no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, e conforme pesquisa efetuada no Sistema de Informações para o Controle Externo, certifico a disponibilização no Diário Eletrônico relativa ao expediente abaixo, nos seguintes termos:

Comunicado/intimado: Hélio Dalberto

Processo: 000723-0200/15-7

Órgão: PM DE ALTO ALEGRE

Matéria: Contas de Governo

Gabinete: Algir Lorenzon

Data decisão: 13/06/2016

Decisão: Apresentar esclarecimentos.



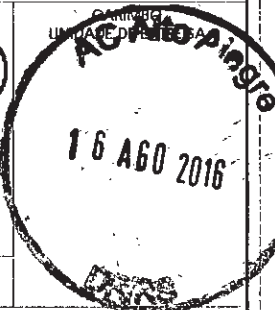
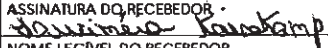

peças 362531, 358812

Prazo: 30 dias.

Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, disponibilizado em 10/08/2016, no Boletim nº 1106/20 16, considera-se publicado na data de 11/08/2016.

Porto Alegre, 10 de agosto de 2016.

LAURA TEIN DE SOUZA
Oficial de Controle Externo

		<h1>INTIMAÇÃO TCE/RS</h1>	
DESTINATÁRIO HELIO DALBERTO RUA RECREIO - 233 - Prefeitura Municipal ALTO ALEGRE - RS 99430-000			
AR943646025DN 			
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR CENTRAL DE ARs - 91040-973 - Porto Alegre - RS			
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO Lista 534/2016. Processo: 723-0200/15-7. Of. DCF-Gab.: 6112/2016. Setor: (0265) SEPROC.			
TENTATIVAS DE ENTREGA 1° <u> </u> / <u> </u> / <u> </u> <u> </u> : <u> </u> : <u> </u> 2° <u> </u> / <u> </u> / <u> </u> <u> </u> : <u> </u> : <u> </u> 3° <u> </u> / <u> </u> / <u> </u> <u> </u> : <u> </u> : <u> </u>		MOTIVO DE DEVOLUÇÃO <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se <input type="checkbox"/> 5 Recusado <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> 6 Não procurado <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número <input type="checkbox"/> 7 Ausente <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido <input type="checkbox"/> 8 Falecido <input type="checkbox"/> 9	
ASSINATURA DO RECEBEDOR 		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO 	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR WANEIA KAIZEKAMP		DATA DA ENTREGA 16/08/16 N° DOC DE IDENTIDADE 5085948461	

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.**

PROCESSO Nº 723-02.00/15-7

PROCESSO DE CONTAS DE GOVERNO - EXERCÍCIO 2015

EXECUTIVO MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE/RS

HÉLIO DALBERTO, Administrador Municipal de Alto Alegre, exercício 2014, por seu procurador infra-assinado, instrumento de mandato em anexo, vem à presença de Vossa Excelência apresentar os

ESCLARECIMENTOS

aos apontes constantes no Relatório de Auditoria, relativo às Contas de Governo do Exercício de 2015, na forma a seguir aduzida.

Cumpra seja registrado, por oportuno, que a chefia do Poder Executivo do Município de Alto Alegre/RS vem sendo executada na estrita observância dos princípios constitucionais atinentes à Administração Pública.

As ações governamentais são pautadas pela legalidade, pela legitimidade e pela economicidade, bem como em atendimento aos demais princípios constitucionais que regem a atuação do Gestor.

As finanças públicas do Município atendem imperiosamente as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, no que tange às despesas e às receitas e especialmente na aplicação dos percentuais constitucionais.

A gestão fiscal, que representa o cumprimento da Lei Complementar 101/2000, igualmente atendeu aos preceitos legais, não havendo descumprimento de tão importante norma que prevê o equilíbrio das contas públicas.

Isto demonstra a execução de ações de governo, planejadas e transparentes.

Ao final do ano de 2015 foi a primeira vez que o Balanço Patrimonial foi gerado de forma automática pelo SIAPC /PAD.

Com a geração de forma automática do Balanço Patrimonial pelo SIAPC/PAD, houve um conflito de dados pelo motivo de que a base de dados da contabilidade era uma só para a contabilidade do Legislativo e Executivo.

Segue em anexo Balancete de Verificação Contábil do Poder Legislativo, evidenciando na conta 23700.00.00 - RESULTADOS ACUMULADOS (em destaque) o valor de R\$ 16.049,53, valor o qual é a diferença entre o Ativo e Passivo Total.

Segue em anexo Balanço Patrimonial Consolidado do Poder Executivo, Legislativo e RPPS, gerado do sistema informatizado do Município. O qual demonstra o fechamento do Balanço Patrimonial.

Como solução para diferença, foi separada as bases de dados das contabilidades do Poder Executivo e Legislativo no ano de 2016. Também estão sendo executados ajustes nas contas contábeis dos dois Poderes e com o encerramento do ano de 2016, as irregularidades serão regularizadas.

Diante dos fatos e dada a inatacável honestidade e ilibada conduta dos Administradores, espera que, diante das justificativas apresentadas e das provas que traz aos autos, seja desconsiderado o apontamento suscitados pelo órgão técnico, aprovando a gestão fiscal da Municipalidade, agora sob a denominação de Contas de Governo.

Termos em que pede deferimento.

Alto Alegre, 03 de outubro de 2016.

GLADIMIR CHIELE,
OAB/RS nº 41.290.

LEANDRO JACOCIUNAS,
OAB RS nº 51.659.

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

HELIO DALBERTO, brasileiro, casado, servidor público municipal, portador do RG nº 1026873991, CPF nº 420.755.300-25, residente e domiciliado na Rua Fermino Rosa, 180, em Alto Alegre/RS.

OUTORGADO:

GLADIMIR CHIELE, brasileiro, divorciado, advogado inscrito na OAB/RS sob o n.º 41.290 e **ROBERTO CHIELE**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RS sob o n.º 37.591, **FABIANO BARRETO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/RS sob n.º 57.761, **LEANDRO JACOCIUNAS**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RS sob o n.º 51.659, todos com escritório profissional na Rua dos Andradas, 1234, Cjs. 205 e 206, na cidade de Porto Alegre/RS.

PODERES:

Para tanto e por este instrumento particular de mandato, constitui e nomeia seus bastantes procuradores para atuarem dentro e fora desta Comarca, conferindo-lhes os mais amplos poderes para o Foro em Geral, inclusive os contidos na Cláusula “*ad judicium et extra*”, para representá-lo em qualquer instância e em qualquer ação como autor, réu, assistente, oponente, litisconsorte, com os mais amplos poderes para transigir, discordar, acordar, desistir, recorrer, renunciar, variar de ação, requerer medida preventiva e preparatória, retificar e ratificar atos, arrolar testemunhas, reconvir, receber e dar quitação, substabelecer no todo ou em parte com ou sem reservas de poderes e patrocinar junto aos diversos órgãos públicos, da administração direta e indireta e Tribunal de Contas do Estado.

Alto Alegre, 15 de setembro de 2016.



HELIO DALBERTO

Recibo de Informações Nº 8/2015
Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

Lei da Transparência - LC nº 131/2009

Órgão: PM DE ALTO ALEGRE
Encerramento: 25/11/2015 às 10h e 55min
Site: www.altopalgre.rs.gov.br
População: 1828

Justificativa/Observação:

Pergunta	Resposta
Registro de despesas (Artigo 8º, § 1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011, artigo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 131/2009 e artigo 7º, inciso I, do Decreto nº 7.455/2010)	
- Número e o valor de empenho, liquidação e pagamento	S
- Classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, a função, a subfunção, a natureza da despesa e a fonte dos recursos	S
- Pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento	S
- Procedimento licitatório, bem como o seu dispensa ou inexigibilidade	S
- Bem fornecido ou serviço prestado	S
- Gravação de relatório em diversos formatos (art. 8º, § 3º, III)	N
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S
Registro de receitas (Artigo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 131/2009, e artigo 7º, inciso I, do Decreto nº 7.455/2010)	
- Natureza da receita	S
- Previsão dos valores da receita	S
- Valores da arrecadação, inclusive recursos extraordinários	S
- Gravação de relatório em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)	N
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S
Relatório de transparência da gestão fiscal (Artigo 45, caput, da LC nº 131/09)	
- A prestação de contas (relatório de gestão) do ano anterior e o respectivo parecer prévio	N
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos últimos 6 meses	S
- Relatório de Gestão Fiscal (RGF) dos últimos 6 meses	S
- Gravação de relatório em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)	S
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S
- Existência do PPA	N
- Existência da LDO	N
- Existência da LOA	S

Recibo emitido em 02/03/2016 às 11:14

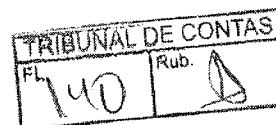
Código de Autenticação
LAFP5-KYSE6-MQL06

Processo
00723-0200/15-7

Página da
peça
1

Peça
0333762

DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO



Recibo de Informações Nº 5/2014
Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

Lei da Transparência - LC nº 131/2009

Órgão: PM DE ALTO ALEGRE
Encerramento: 15/10/2014 às 11h e 05min
Site: altoalegre.rs.gov.br
População: 1841

Justificativa/Observação:

Pergunta	Resposta
Registro de despesas (art. 8º, §1º, III, Lei nº 12.527/2011 e art. 7º, I, Dec. nº 7.185/2010)	
- Número e o valor de empenho, liquidação e pagamento.	S
- Classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, a função, a subfunção, a natureza da despesa e a fonte dos recursos.	S
- Pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento.	S
- Procedimento licitatório, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade.	S
- Bem fornecido ou serviço prestado.	S
Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II, Lei nº 12.527/2011 e art. 4º, II, Dec. 7.185/2010)	N
Atualização das informações disponíveis (art. 8º, § 3º, VI, Lei nº 12.527/2011 e art. 2º, § 2º, II, Dec. 7.185/2010)	S
Registro de receitas (art. 7º, II, Dec. nº 7.185/2010)	
- Natureza da receita.	S
- Previsão dos valores da receita.	S
- Valores da arrecadação, inclusive recursos extraordinários.	S
Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II, Lei nº 12.527/2011 e art. 4º, II, Dec. 7.185/2010)	N
Atualização das informações disponíveis (art. 8º, § 3º, VI, Lei nº 12.527/2011 e art. 2º, § 2º, II, Dec. 7.185/2010)	S

Recibo emitido em 22/06/2015 às 14:35

Código de Autenticação
XJWS5-YLAE2-XWDT6

Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUN. DE ALTO ALEGRE

C.N.P.J. 92.406.057/0001-03

Balancete de Verificação Contábil

Período: Janeiro a Dezembro/2015

Page 1 of 3

Poder: Câmara Natureza da Informação: Patrimonial

Reduzido	Conta Contábil	Descrição da Conta	Saldo Anterior	Movimentação		Saldo Atual
				Debito	Crédito	
1	10990.00.00.00.00.00	ATIVO	16.049,53 D	668.782,68	1.033.498,93	-348.666,72 C
2	11000.00.00.00.00.00	ATIVO CIRCULANTE	16.049,53 D	668.686,68	1.033.498,93	-348.762,72 C
3	11100.00.00.00.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16.049,53 D	668.686,68	1.033.498,93	-348.762,72 C
4	11100.00.00.00.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	16.049,53 D	668.686,68	1.033.498,93	-348.762,72 C
5	11111.00.00.00.00.00	CAIXA	0,00	338.147,24	695.351,69	-357.204,45 C
6	11111.01.00.00.00.00	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	16.049,53 D	330.539,44	338.147,24	8.441,73 D
16	11111.19.00.00.00.00	BANCO DO BRASIL	16.049,53 D	330.539,44	338.147,24	8.441,73 D
17	11111.19.02.00.00.00	Banco Brasil - Câmara Vereadores	0,00	96,00	0,00	96,00 D
2000	12000.00.00.00.00.00	ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	96,00	0,00	96,00 D
2300	12300.00.00.00.00.00	IMOBILIZADO	0,00	96,00	0,00	96,00 D
2307	12310.00.00.00.00.00	BENS MOVEIS	0,00	96,00	0,00	96,00 D
2308	12311.00.00.00.00.00	BENS MOVEIS- CONSOLIDACAO	0,00	96,00	0,00	96,00 D
2311	12311.01.00.00.00.00	MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	0,00	96,00	0,00	96,00 D
2530	20090.00.00.00.00.00	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO(Permanente)	16.049,53 C	385.035,42	396.844,44	-11.809,02 C
2531	21000.00.00.00.00.00	PASSIVO CIRCULANTE	0,00	308.825,19	317.663,02	-8.837,83 C
2532	21100.00.00.00.00.00	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	245.681,04	254.151,00	-8.469,96 C
2533	21110.00.00.00.00.00	PESSOAL A PAGAR	0,00	245.681,04	254.151,00	-8.469,96 C
2534	21111.00.00.00.00.00	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDACAO	0,00	245.681,04	254.151,00	-8.469,96 C
2535	21111.01.00.00.00.00	PESSOAL A PAGAR DO EXERCICIO	0,00	245.681,04	254.151,00	-8.469,96 C
2536	21111.01.01.00.00.00	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS DO EXERCICIO(Permanente)	0,00	63.144,15	63.512,02	-367,87 C
2568	21140.00.00.00.00.00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00	7.469,03	7.469,03	0,00
2573	21142.00.00.00.00.00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTRA ORSS	0,00	7.469,03	7.469,03	0,00
2575	21142.04.00.00.00.00	CONTRIBUICAO A REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA (RPPS)	0,00	7.469,03	7.469,03	0,00
2576	21142.04.01.00.00.00	CONTRIBUICAO A REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA (RPPS) DO EXERCICIO(Permanente)	0,00	7.469,03	7.469,03	0,00
2590	21143.00.00.00.00.00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER ORSS - UNIAO	0,00	55.675,12	56.042,99	-367,87 C
2591	21143.01.00.00.00.00	INSS A PAGAR	0,00	48.071,32	48.071,32	0,00
2592	21143.01.01.00.00.00	INSS - CONTRIBUICAO SOBRE SALARIOS E REMUNERACOES(Permanente)	0,00	48.071,32	48.071,32	0,00
2604	21143.08.00.00.00.00	CONTRIBUICAO A ENTIDADES DE ASSISTENCIA MEDICO-ODONTOLOGICA(Permanente)	0,00	7.603,80	7.971,67	-367,87 C
2752	21300.00.00.00.00.00	FORNecedores e Contas a pagar a curto prazo	0,00	76.210,23	79.181,42	-2.971,19 C
2753	21310.00.00.00.00.00	FORNecedores e Contas a pagar nacionais a curto prazo	0,00	76.210,23	79.181,42	-2.971,19 C
2754	21311.00.00.00.00.00	FORNecedores e Contas a pagar nacionais a curto prazo - CONSOLIDACAO	0,00	76.210,23	79.181,42	-2.971,19 C
2755	21311.01.00.00.00.00	FORNecedores Nacionais	0,00	76.210,23	79.181,42	-2.971,19 C

Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUN. DE ALTO ALEGRE

C.N.P.J. 92.406.057/0001-03

Balancete de Verificação Contábil

Período: Janeiro a Dezembro/2015

Page 2 of 3

Poder: Câmara Natureza da Informação: Patrimonial

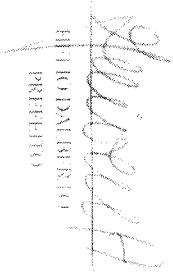
Reduzido	Conta Contábil	Descrição da Conta	Saldo Anterior	Movimentação		Saldo Atual
				Debito	Credito	
2796	21311.01.01.00.00.00	FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR(Permanente)	0,00	74.181,42	79.181,42	-5.000,00 C
2767	21311.01.99.03.00.00	Restos a pagar 2014 Processados (Executivo e Legislativo)(Permanente)	0,00	2.028,81	0,00	2.028,81 D
3286	23000.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-16.049,53 C	0,00	0,00	-16.049,53 C
3408	23700.00.00.00.00.00	RESULTADOS ACUMULADOS	-16.049,53 C	0,00	0,00	-16.049,53 C
3409	23710.00.00.00.00.00	SUPERAVITS OU DEBITOS ACUMULADOS	-16.049,53 C	0,00	0,00	-16.049,53 C
3410	23711.00.00.00.00.00	SUPERAVITS OU DEBITOS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	-16.049,53 C	0,00	0,00	-16.049,53 C
3411	23711.01.00.00.00.00	SUPERAVITS OU DEBITOS DO EXERCÍCIO(Permanente)	-16.049,53 C	0,00	0,00	-16.049,53 C
3484	30000.00.00.00.00.00	VARIACÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00	396.748,44	20.223,17	376.525,27 D
3485	31000.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS	0,00	317.663,02	18.283,17	299.379,85 D
3486	31100.00.00.00.00.00	RENTIMENÇÃO A PESSOAL	0,00	254.151,00	17.511,81	236.639,19 D
3487	31110.00.00.00.00.00	RENTIMENÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	0,00	254.151,00	17.511,81	236.639,19 D
3488	31111.00.00.00.00.00	RENTIMENÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	254.151,00	17.511,81	236.639,19 D
3489	31111.01.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	0,00	254.151,00	17.511,81	236.639,19 D
3490	31111.01.01.00.00.00	VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00	254.151,00	17.511,81	236.639,19 D
3620	31200.00.00.00.00.00	ENCARGOS PATRONAIS	0,00	63.512,02	771,36	62.740,66 D
3621	31210.00.00.00.00.00	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	0,00	13.015,94	373,62	12.642,32 D
3622	31212.00.00.00.00.00	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTRA ORÇSS	0,00	13.015,94	373,62	12.642,32 D
3623	31212.01.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS	0,00	13.015,94	373,62	12.642,32 D
3626	31220.00.00.00.00.00	ENCARGOS PATRONAIS - RCPPS	0,00	45.350,95	397,74	44.953,21 D
3627	31221.00.00.00.00.00	ENCARGOS PATRONAIS - RCPPS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	45.350,95	397,74	44.953,21 D
3628	31221.01.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS - INSS	0,00	44.217,76	397,74	43.820,02 D
3630	31221.04.00.00.00.00	ENCARGOS DE PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTES	0,00	1.133,19	0,00	1.133,19 D
3635	31250.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	0,00	5.145,13	0,00	5.145,13 D
3636	31251.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA - CONSOLIDAÇÃO	0,00	5.145,13	0,00	5.145,13 D
3657	31251.01.00.00.00.00	COMPLEMENTAÇÃO DE PREVIDENCIA	0,00	5.145,13	0,00	5.145,13 D
3803	33000.00.00.00.00.00	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	66.421,22	1.940,00	64.481,22 D
3804	33100.00.00.00.00.00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	0,00	11.889,29	0,00	11.889,29 D
3805	33110.00.00.00.00.00	CONSUMO DE MATERIAL	0,00	11.889,29	0,00	11.889,29 D
3806	33111.00.00.00.00.00	CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	0,00	11.889,29	0,00	11.889,29 D
3807	33111.01.00.00.00.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTÍVEIS	0,00	11.889,29	0,00	11.889,29 D
3808	33111.03.00.00.00.00	FIAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	0,00	552,35	0,00	552,35 D
3809	33111.04.00.00.00.00	MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00	60,00	0,00	60,00 D
3820	33111.06.00.00.00.00	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0,00	1.303,45	0,00	1.303,45 D
3821	33111.07.00.00.00.00	MATERIAL DE ENFERMAGEM E FARMACIA	0,00	3.125,00	0,00	3.125,00 D
3826	33111.08.00.00.00.00	MATERIAL DE ENFERMAGEM E FARMACIA	0,00	39,00	0,00	39,00 D

Rio Grande do Sul
 PREFEITURA MUN. DE ALTO ALEGRE
 C.N.P.J. 92.406.057/0001-03
Balancete de Verificação Contábil
 Período: Janeiro a Dezembro/2015

Poder: Câmara Natureza da Informação: Patrimonial

Reduzido	Conta Contábil	Descrição da Conta	Saldo Anterior	Movimentação		Saldo Atual
				Débito	Crédito	
3835	33111.31.00.00.00.00	SERVIÇOS DE PLANTAS E INSUMOS	0,00	1.410,00	0,00	1.410,00 D
3862	33111.99.00.00.00.00	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	0,00	5.399,49	0,00	5.399,49 D
3876	33200.00.00.00.00.00	SERVIÇOS	0,00	54.531,93	1.940,00	52.591,93 D
3877	33210.00.00.00.00.00	DIARIAS	0,00	3.875,50	0,00	3.875,50 D
3878	33210.00.00.00.00.00	DIARIAS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	3.875,50	0,00	3.875,50 D
3879	33211.01.00.00.00.00	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	0,00	3.875,50	0,00	3.875,50 D
3880	33211.01.01.00.00.00	DIARIAS - PESSOAL CIVIL - NO PAIS	0,00	3.875,50	0,00	3.875,50 D
3889	33220.00.00.00.00.00	SERVIÇOS TERCEIROS - PF	0,00	3.040,03	0,00	3.040,03 D
3890	33221.00.00.00.00.00	SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	0,00	3.040,03	0,00	3.040,03 D
3926	33221.38.00.00.00.00	DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	3.040,03	0,00	3.040,03 D
3929	33230.00.00.00.00.00	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00	47.616,40	1.940,00	45.676,40 D
3930	33231.00.00.00.00.00	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	0,00	47.616,40	1.940,00	45.676,40 D
3934	33231.01.00.00.00.00	COMUNICAÇÃO	0,00	3.212,97	0,00	3.212,97 D
3935	33231.05.00.00.00.00	PUBLICIDADE	0,00	9.990,90	0,00	9.990,90 D
3938	33231.08.00.00.00.00	SERVIÇOS DE AGUA E ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E OUTROS	0,00	2.579,52	0,00	2.579,52 D
3939	33231.09.00.00.00.00	SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	0,00	122,30	0,00	122,30 D
3941	33231.11.00.00.00.00	SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	10.482,09	1.900,00	8.582,09 D
3944	33231.14.00.00.00.00	ASSINATURAS DE PERIÓDICOS E ANUIDADES	0,00	412,90	0,00	412,90 D
3960	33231.31.00.00.00.00	SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAL	0,00	380,00	0,00	380,00 D
3981	33231.90.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00	20.435,72	40,00	20.395,72 D
4064	34000.00.00.00.00.00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	12.664,20	0,00	12.664,20 D
4112	34900.00.00.00.00.00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00	12.664,20	0,00	12.664,20 D
4117	34990.00.00.00.00.00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	12.664,20	0,00	12.664,20 D
4118	34991.00.00.00.00.00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	12.664,20	0,00	12.664,20 D
4119	34991.01.00.00.00.00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	12.664,20	0,00	12.664,20 D
TOTAL GERAL:			16.049,53 D	1.450.566,54	1.450.566,54	376.525,27 D
			-16.049,53 C			-376.525,27 C

ALTO ALEGRE - RS, 16 de setembro de 2016


 FABIANO BARRETO
 PREFEITO


 FABIANO BARRETO
 Contador (CRC/RS 091179)

PREFEITURA MUN. DE ALTO ALEGRE
CNPJ: 02.406.057/0001-03
BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO: 2015

PERÍODO (MÊS): JANEIRO A DEZEMBRO

DATA EMISSÃO: 16/09/2016

PÁGINA: 1

ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	7.918.083,05	6.241.819,40	PASSIVO CIRCULANTE	348.928,81	114.725,63
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.833.294,61	6.410.826,26	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E PESSOAIS A PAGAR	255.892,48	21.722,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA	7.833.294,61	6.410.826,26	PERSONAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	255.892,48	21.722,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA	7.833.294,61	6.410.826,26	PERSONAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	255.892,48	21.722,00
CONTA ÚNICA - RPPS	5.954.824,36	4.904.412,85	FORNecedores e Contas a pagar a curto	45.616,14	19.921,52
BANCO CONTA MOVIMENTO - RPPS	5.954.824,36	4.904.412,85	FORNecedores e Contas a pagar nacionais	45.616,14	19.921,52
BANCO CONTA MOVIMENTO - DEMAIS	1.867.392,81	1.580.480,67	FORNecedores e Contas a pagar	45.616,14	19.921,52
BANCO DO BRASIL	1.178.568,02	809.225,86	FORNecedores nacionais	45.616,14	19.921,52
Banco Brasil e PISO DE ATENÇÃO BÁSICA	148.900,67	157.282,09	FORNecedores - RESTOS A PAGAR	45.616,14	19.921,52
Assistencia Farmaceutica	3.370,71	1.653,26	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	47.420,19	73.082,11
Banco Braso C/ VIGILÊNCIA E PROMOÇÃO	125.515,05	87.421,30	VALORES RESTITUIVEIS	47.420,19	73.082,11
Implantação de Ações e Serviços de	82.317,36	62.873,04	VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	47.420,19	73.082,11
B.B.Limite Financeiro Medica e Alta Co	11.016,13	3.936,22	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E	2.391,09	4.496,54
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	452.472,19	339.519,08	INSS	12.619,57	7.627,15
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO	236.352,60	351.735,73	F A P S	32.409,53	54.324,48
Banrisul e Fundo Munic. Saúde Alto Al	27.383,18	82.993,80	OUTROS CONSIGNATARIOS	32.409,53	54.324,48
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	4.615,02	22.723,57			
CRÉDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER		22.723,57			
CRÉDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER -		22.723,57			
TAXAS		22.723,57			
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	4.615,02		PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	4.904.412,85	2.293.709,26
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER -	4.615,02		EMPRESÍMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO		64.454,79
CRÉDITOS DECORRENTES DE	4.615,02		EMPRESÍMOS A LONGO PRAZO - INTERNO		64.454,79
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		681,30	EMPRESÍMOS INTERNOS - EM CONTRATOS		64.454,79
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A		681,30	EMPRESÍMOS INTERNOS - EM CONTRATOS		64.454,79
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A		681,30	PROVISÕES A LONGO PRAZO		2.229.254,47
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A		-282.383,49	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A	4.904.412,85	2.229.254,47
(A) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E		-282.383,49	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	4.904.412,85	2.229.254,47
(C) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E		89.971,76	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE	4.904.412,85	2.229.254,47
ESTRUTURAS	80.173,42	89.971,76	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE	2.050.207,50	
ALAVANCA REFINAN	80.173,42	89.971,76			

EXERCÍCIO: 2015

PERÍODO (MÊS): JANEIRO A DEZEMBRO

DATA EMISSÃO: 16/09/2016

PÁGINA: 2

PREFEITURA MUN. DE ALTO ALEGRE
CNPJ: 92.406.057/0001-03

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	80.173,42	89.971,76	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE	3.908.457,66	-1.054.282,40
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	9.564.888,87	9.958.062,15	TOTAL DO PASSIVO	5.253.341,66	2.408.434,89
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	270.523,09	224.255,25	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.229.630,26	13.791.440,66
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	270.523,09	224.255,25	PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	10.948.540,90	10.948.540,90
CRÉDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	270.523,09	224.255,25	PATRIMÔNIO SOCIAL	10.948.540,90	10.948.540,90
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	205.153,83	168.493,85	PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	10.948.540,90	10.948.540,90
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER	205.153,83	168.493,85	RESULTADOS ACUMULADOS	1.281.089,36	2.842.905,76
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	12.636,99	27.868,43	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	896.001,73	2.457.818,13
CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA	12.636,99	27.868,43	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS -	896.001,73	2.457.818,13
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	74.942,38	27.892,97	LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	385.087,63	385.087,63
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A	-22.210,11		LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS -	385.087,63	385.087,63
INVESTIMENTOS	-3.204,73	62.824,54			
INVESTIMENTOS PERMANENTES	62.824,54	62.824,54			
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES -	62.824,54	62.824,54			
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO	62.824,54	62.824,54			
IMOBILIZADO	9.231.541,24	9.670.982,36			
BENS MOVEIS	5.624.405,01	4.602.547,15			
BENS MOVEIS - CONSOLIDAÇÃO	5.624.405,01	4.602.547,15			
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E	2.781.197,89	2.570.415,43			
BENS DE INFORMÁTICA	198.395,81	172.360,81			
MOVEIS E UTENSÍLIOS	309.994,18	287.331,18			
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE	63.899,83	58.728,73			
VEÍCULOS	2.058.711,00	1.513.711,00			
DEMÁIS BENS MOVEIS	212.206,30				
BENS IMOVEIS	5.210.641,70	5.702.632,12			
BENS IMOVEIS - CONSOLIDAÇÃO	5.210.641,70	5.702.632,12			
BENS DE USO ESPECIAL	300.000,00	300.000,00			
BENS DE USO ESPECIAL	3.923.445,39	4.122.025,89			

Assinado digitalmente por: FABIANO BARRETO DA SILVA em 03/10/16.

Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E181.B9FA.56DB.09CB.477C.

PREFEITURA MUN. DE ALTO ALEGRE
 CNPJ: 92.406.057/0001-03
BALANÇO PATRIMONIAL
 PERÍODO (MÊS): JANEIRO A DEZEMBRO DATA EMISSÃO: 16/09/2016
 EXERCÍCIO: 2015

ATIVO	EXERCÍCIO		PASSIVO	EXERCÍCIO	
	Atual	Anterior		Atual	Anterior
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
OUTROS BENS IMOVEIS DE USO ESPECIAL	987.196,31	212.206,30			
BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	987.196,31	1.280.606,23			
OBRAS EM ANDAMENTO					
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO	-1.603.505,47	-634.196,91			
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E	-1.603.505,47	-634.196,91			
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS	-1.603.505,47	-634.196,91			
TOTAL	17.482.971,92	16.199.881,55	TOTAL	17.482.971,92	16.199.881,55
ATIVO FINANCEIRO	7.773.628,30	798.077,80	PASSIVO FINANCEIRO	-54.705,07	19.291,93
ATIVO PERMANENTE	9.649.677,31	10.127.069,01	PASSIVO PERMANENTE	5.493.704,28	2.335.352,78
SALDO PATRIMONIAL				12.229.630,26	13.791.446,66

COMPENSAÇÕES

ATIVO		PASSIVO			
Exercício Atual	Exercício Anterior	Saldo dos Atos Potenciais Passivos		Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos					

PREFEITURA MUN. DE ALTO ALEGRE
CNPJ: 92.406.057/0001-03

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO: 2015 PERÍODO (MÊS): JANEIRO A DEZEMBRO DATA EMISSÃO: 16/09/2016

PÁGINA: 4

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

FONTES DE RECURSOS

	Exercício	
	Atual	Anterior
ORDINÁRIA	960.882,09	447.767,20
VINCULADA		
20 - MDE	917.833,93	537.496,57
31 - FUNDPB	(125.607,59)	(239.727,91)
40 - ACOES/SERV/PROB SAU/DE-ASPS 15.0	116.741,36	(10.386,57)
50 - Recursos Vinculados RPPS- FAPS	(125.665,26)	(196.459,21)
1015 - Recursos Vinculados ao FNDE	1.050.168,70	957.310,13
1025 - Transporte Escolar Estadual	(12.013,85)	12.671,21
1026 - Recursos - PNAIEP	21.721,26	0,00
1029 - Recursos de Convênio Federal- Assistência Social	329,46	(660,00)
1034 - Recurso Estadual - Assistência Social	(34.010,69)	35.982,79
1035 - Recursos PNAIEP	0,00	(1.542,42)
1051 - Ministério da Agricultura- MAPA-	77,00	(414,00)
1061 - Aplicação Rec.Est. em Saneament	(6.148,20)	0,00
1062 - Recursos PNAIEP	0,00	(627,61)
1063 - Salário Educacao Federal	674,25	(380,00)
1064 - Recursos PNAIEP	(1.390,27)	10.033,81
1081 - FOMAS- IDG- BOLS. FAMILIA	1.061,81	(2.594,95)
1084 - Aplicação Recursos Ministério dos Esportes	(3.971,74)	(565,62)
1086 - Consulta Popular Estadual	(3.714,31)	19.500,00
1089 - Recurso consulta popular Estadual	0,00	(76.652,00)
1091 - Recurso consulta popular Estadual	(20.853,57)	93.627,25
1098 - Aplicação multa de transito	366,08	0,00
1099 - Emenda Parlamentar - Asfalto	0,00	(255.326,12)
1101 - Aplicação recursos convênio Est. p/ irrigação	0,00	(817,22)
1102 - Recurso de convênio sec. Estadual Agricultura- Calc	(5.256,02)	(60.000,00)
1112 - Convênios Ministério das Cidades	0,00	246.550,00
1115 - Aplicação Recursos Passe Livre Estudantil	(12.775,12)	(9.519,07)
1116 - Convênio Recursos Estadual.	(779,97)	0,00
1117 - Recursos convênio estado Área Distrito Industrial	113.292,56)	8.550,82
4011 - Incentivo Estadual para Atenção Básica	(25.117,85)	12.139,91
4051 - Insalino Dependente	2.936,76	0,00
4090 - INP - Estadual	33.824,29	17.227,86
4110 - SAÚDE BUCAL	(3.886,20)	11.000,00
4160 - PREVIDENCIÁRIA MILITAR	(2.647,10)	(1.572,56)

PREFEITURA MUN. DE ALTO ALEGRE
 CNPJ: 92.406.057/0001-03


BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO: 2015 PERÍODO (MÊS): JANEIRO A DEZEMBRO DATA EMISSÃO: 16/09/2016
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

PÁGINA: 5

FONTES DE RECURSOS		Exercício Atual	Exercício Anterior
4221	Regionalização da Saúde	0,00	(3.293,20)
4290	SANEAMENTO BÁSICO	881,65	(9.910,40)
4502	Vigilância em Saúde	19.971,85	3.190,42
4510	PAIS FINXO	15.302,20	2.208,45
4520	ESF - SAÚDE - Federal	22.321,90	0,00
4521	PMVQ - Programa de melhoria do acesso e da qualidade	12.864,41	46.464,28
4530	PACS - AÇÕES COM. DE SAÚDE	(8.523,11)	1.727,75
4540	SALUDE BUCAL	(1.425,40)	(1.770,00)
4590	TELO FINANCIEIRO	(2.557,96)	(9.307,87)
4710	TELO FINANCIEIRO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1.214,48	17.598,67
4760	VIGILÂNCIA SANITÁRIA - GERENCIAMENTO DE RISCOS	1.400,00	0,00
4770	FARMÁCIA BÁSICA LIXA	1.717,45	1.653,26
4929	Prog. de Financ. Ações de Alimentação e Nutrição	16.763,78	0,00
4932	Manutenção de UBS	0,00	1.783,04
4996	Programa de Qualificação da UBS	7.339,01	(47.246,55)
TOTAL		1.878.716,02	985.263,77


 HELIO DALBERTO
 PREFEITO


 Jonas Sieg Lima
 Contador RC/RS 091179

Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUN. DE ALTO ALEGRE
C.N.P.J. 92.406.057/0001-03
Balancete de Verificação Contábil
Período: Janeiro a Dezembro/2015

Poder: Câmara Natureza da Informação: Patrimonial

Reduzido	Conta Contábil	Descrição da Conta	Saldo Anterior	Movimentação		Saldo Atual
				Débito	Crédito	
1	10000.00.00.00.00.00	ATIVO	16.049,53 D			
2	11000.00.00.00.00.00	ATIVO CIRCULANTE	16.049,53 D	668.782,68	1.033.498,93	-348.666,72 C
3	11100.00.00.00.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16.049,53 D	668.686,68	1.033.498,93	-348.762,72 C
4	11110.00.00.00.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	16.049,53 D	668.686,68	1.033.498,93	-348.762,72 C
5	11111.00.00.00.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	16.049,53 D	668.686,68	1.033.498,93	-348.762,72 C
6	11111.01.00.00.00.00	CAIXA	0,00	338.147,24	695.351,69	-357.204,45 C
16	11111.19.00.00.00.00	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	16.049,53 D	330.539,44	338.147,24	8.441,73 D
17	11111.19.02.00.00.00	BANCO DO BRASIL	16.049,53 D	330.539,44	338.147,24	8.441,73 D
62	11111.19.02.47.00.00	Banco Brasil - Camara Vereadores	16.049,53 D	330.539,44	338.147,24	8.441,73 D
2000	12000.00.00.00.00.00	ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	96,00	0,00	96,00 D
2306	12300.00.00.00.00.00	IMOBILIZADO	0,00	96,00	0,00	96,00 D
2307	12310.00.00.00.00.00	BENS MOVEIS	0,00	96,00	0,00	96,00 D
2308	12311.00.00.00.00.00	BENS MOVEIS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	96,00	0,00	96,00 D
2309	12311.01.00.00.00.00	MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	0,00	96,00	0,00	96,00 D
2311	12311.01.02.00.00.00	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO(Permanente)	0,00	96,00	0,00	96,00 D
2530	20000.00.00.00.00.00	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-16.049,53 C	385.035,42	396.844,44	-27.858,55 C
2531	21000.00.00.00.00.00	PASSIVO CIRCULANTE	0,00	385.035,42	396.844,44	-11.809,02 C
2532	21100.00.00.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	308.825,19	317.663,02	-8.837,83 C
2533	21110.00.00.00.00.00	PESSOAL A PAGAR	0,00	245.681,04	254.151,00	-8.469,96 C
2534	21111.00.00.00.00.00	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00	245.681,04	254.151,00	-8.469,96 C
2535	21111.01.00.00.00.00	PESSOAL A PAGAR DO EXERCICIO	0,00	245.681,04	254.151,00	-8.469,96 C
2536	21111.01.01.00.00.00	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS DO EXERCICIO(Permanente)	0,00	245.681,04	254.151,00	-8.469,96 C
2568	21140.00.00.00.00.00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00	63.144,15	63.512,02	-367,87 C
2573	21142.00.00.00.00.00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTRA OFSS	0,00	7.469,03	7.469,03	0,00
2575	21142.04.00.00.00.00	CONTRIBUICAO A REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA (RPPS)	0,00	7.469,03	7.469,03	0,00
2576	21142.04.01.00.00.00	CONTRIBUICAO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS) DO EXERCICIO(Permanente)	0,00	7.469,03	7.469,03	0,00
2590	21143.00.00.00.00.00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - UNIÃO	0,00	55.675,12	56.042,99	-367,87 C
2591	21143.01.00.00.00.00	INSS A PAGAR	0,00	48.071,32	48.071,32	0,00
2592	21143.01.01.00.00.00	INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES(Permanente)	0,00	48.071,32	48.071,32	0,00
2604	21143.08.00.00.00.00	CONTRIBUICAO A ENTIDADES DE ASSISTENCIA MEDICO-ODONTOLOGICA(Permanente)	0,00	7.603,80	7.971,67	-367,87 C
2752	21300.00.00.00.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	76.210,23	79.181,42	-2.971,19 C
2753	21310.00.00.00.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	0,00	76.210,23	79.181,42	-2.971,19 C
2754	21311.00.00.00.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	0,00	76.210,23	79.181,42	-2.971,19 C
2755	21311.01.00.00.00.00	FORNECEDORES NACIONAIS	0,00	76.210,23	79.181,42	-2.971,19 C

Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUN. DE ALTO ALEGRE

C.N.P.J. 92.406.057/0001-03

Balancete de Verificação Contábil

Período: Janeiro a Dezembro/2015

Page 2 of 3

Poder: Câmara Natureza da Informação: Patrimonial

Reduzido	Conta Contábil	Descrição da Conta	Saldo Anterior	Movimentação		Saldo Atual
				Débito	Crédito	
2756	21311.01.01.00.00.00	FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR(Permanente)	0,00	74.181,42	79.181,42	-5.000,00 C
2767	21311.01.99.03.00.00	Restos a pagar 2014 Processados (Executivo e Legislativo)(Permanente)	0,00	2.028,81	0,00	2.028,81 D
3286	23000.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-16.049,53 C	0,00	0,00	-16.049,53 C
3408	23700.00.00.00.00.00	RESULTADOS ACUMULADOS	-16.049,53 C	0,00	0,00	-16.049,53 C
3409	23710.00.00.00.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	-16.049,53 C	0,00	0,00	-16.049,53 C
3410	23711.00.00.00.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	-16.049,53 C	0,00	0,00	-16.049,53 C
3411	23711.01.00.00.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO(Permanente)	-16.049,53 C	0,00	0,00	-16.049,53 C
3484	30000.00.00.00.00.00	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00	396.748,44	20.223,17	376.525,27 D
3485	31000.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS	0,00	317.663,02	18.283,17	299.379,85 D
3486	31100.00.00.00.00.00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	0,00	254.151,00	17.511,81	236.639,19 D
3487	31110.00.00.00.00.00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	0,00	254.151,00	17.511,81	236.639,19 D
3488	31111.00.00.00.00.00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	254.151,00	17.511,81	236.639,19 D
3489	31111.01.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	0,00	254.151,00	17.511,81	236.639,19 D
3490	31111.01.01.00.00.00	VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00	254.151,00	17.511,81	236.639,19 D
3620	31200.00.00.00.00.00	ENCARGOS PATRONAIS	0,00	63.512,02	771,36	62.740,66 D
3621	31210.00.00.00.00.00	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	0,00	13.015,94	373,62	12.642,32 D
3622	31212.00.00.00.00.00	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTRA OFSS	0,00	13.015,94	373,62	12.642,32 D
3623	31212.01.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS	0,00	13.015,94	373,62	12.642,32 D
3626	31220.00.00.00.00.00	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	0,00	45.350,95	397,74	44.953,21 D
3627	31221.00.00.00.00.00	ENCARGOS PATRONAIS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	45.350,95	397,74	44.953,21 D
3628	31221.01.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS - INSS	0,00	44.217,76	397,74	43.820,02 D
3630	31221.04.00.00.00.00	ENCARGOS DE PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTES	0,00	1.133,19	0,00	1.133,19 D
3655	31250.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	0,00	5.145,13	0,00	5.145,13 D
3656	31251.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA - CONSOLIDAÇÃO	0,00	5.145,13	0,00	5.145,13 D
3657	31251.01.00.00.00.00	COMPLEMENTAÇÃO DE PREVIDÊNCIA	0,00	5.145,13	0,00	5.145,13 D
3803	33000.00.00.00.00.00	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	66.421,22	1.940,00	64.481,22 D
3804	33100.00.00.00.00.00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	0,00	11.889,29	0,00	11.889,29 D
3805	33110.00.00.00.00.00	CONSUMO DE MATERIAL	0,00	11.889,29	0,00	11.889,29 D
3806	33111.00.00.00.00.00	CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	0,00	11.889,29	0,00	11.889,29 D
3807	33111.01.00.00.00.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTÍVEIS	0,00	552,35	0,00	552,35 D
3808	33111.03.00.00.00.00	GAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	0,00	60,00	0,00	60,00 D
3820	33111.16.00.00.00.00	MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00	1.303,45	0,00	1.303,45 D
3821	33111.17.00.00.00.00	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0,00	3.125,00	0,00	3.125,00 D
3826	33111.22.00.00.00.00	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	0,00	39,00	0,00	39,00 D

Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUN. DE ALTO ALEGRE

C.N.P.J. 92.406.057/0001-03

Balancete de Verificação Contábil

Período: Janeiro a Dezembro/2015

Page 3 of 3

Poder: Câmara Natureza da Informação: Patrimonial

Reduzido	Conta Contábil	Descrição da Conta	Saldo Anterior	Movimentação		Saldo Atual
				Débito	Crédito	
3835	33111.31.00.00.00.00	SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	0,00	1.410,00	0,00	1.410,00 D
3862	33111.99.00.00.00.00	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	0,00	5.399,49	0,00	5.399,49 D
3876	33200.00.00.00.00.00	SERVIÇOS	0,00	54.531,93	1.940,00	52.591,93 D
3877	33210.00.00.00.00.00	DIÁRIAS	0,00	3.875,50	0,00	3.875,50 D
3878	33211.00.00.00.00.00	DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	3.875,50	0,00	3.875,50 D
3879	33211.01.00.00.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	0,00	3.875,50	0,00	3.875,50 D
3880	33211.01.01.00.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL - NO PAIS	0,00	3.875,50	0,00	3.875,50 D
3889	33220.00.00.00.00.00	SERVIÇOS TERCEIROS - PF	0,00	3.040,03	0,00	3.040,03 D
3890	33221.00.00.00.00.00	SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	0,00	3.040,03	0,00	3.040,03 D
3926	33221.38.00.00.00.00	DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	3.040,03	0,00	3.040,03 D
3929	33230.00.00.00.00.00	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00	47.616,40	1.940,00	45.676,40 D
3930	33231.00.00.00.00.00	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	0,00	47.616,40	1.940,00	45.676,40 D
3934	33231.04.00.00.00.00	COMUNICAÇÃO	0,00	3.212,97	0,00	3.212,97 D
3935	33231.05.00.00.00.00	PUBLICIDADE	0,00	9.990,90	0,00	9.990,90 D
3938	33231.08.00.00.00.00	SERVIÇOS DE AGUA E ESGOTO, ENERGIA ELETRICA, GAS E OUTROS.	0,00	2.579,52	0,00	2.579,52 D
3939	33231.09.00.00.00.00	SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	0,00	122,30	0,00	122,30 D
3941	33231.11.00.00.00.00	SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMACAO	0,00	10.482,09	1.900,00	8.582,09 D
3944	33231.14.00.00.00.00	ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES	0,00	412,90	0,00	412,90 D
3960	33231.31.00.00.00.00	SERVIÇO MEDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAL	0,00	380,00	0,00	380,00 D
3981	33231.99.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00	20.435,72	40,00	20.395,72 D
4004	34000.00.00.00.00.00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	12.664,20	0,00	12.664,20 D
4112	34000.00.00.00.00.00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00	12.664,20	0,00	12.664,20 D
4117	34090.00.00.00.00.00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	12.664,20	0,00	12.664,20 D
4118	34091.00.00.00.00.00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	12.664,20	0,00	12.664,20 D
4119	34091.01.00.00.00.00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	12.664,20	0,00	12.664,20 D
TOTAL GERAL:			16.049,53 D	1.450.566,54	1.450.566,54	376.525,27 D
			-16.049,53 C			-376.525,27 C

ALTO ALEGRE - RS, 16 de setembro de 2016

HELIO DALBERTO
PREFEITOJonas Steg Lima
Contador RC/RS 091179

PREFEITURA MUN. DE ALTO ALEGRE
CNPJ: 92.406.057/0001-03
BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO: 2015

PERÍODO (MÊS): JANEIRO A DEZEMBRO

DATA EMISSÃO: 16/09/2016

PÁGINA: 1

ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	7.918.083,05	6.241.819,40	PASSIVO CIRCULANTE	348.928,81	114.725,63
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.833.294,61	6.410.826,26	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E PESSOAL A PAGAR	255.892,48	21.722,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA	7.833.294,61	6.410.826,26	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	255.892,48	21.722,00
CONTA ÚNICA - RPPS	5.954.824,36	4.904.412,85	PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	255.892,48	21.722,00
BANCO CONTA MOVIMENTO - RPPS	5.954.824,36	4.904.412,85	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO	45.616,14	19.921,52
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS	1.867.392,81	1.500.480,67	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS	45.616,14	19.921,52
BANCO DO BRASIL	1.178.568,02	809.225,86	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	45.616,14	19.921,52
Banco Brasil c/ PISO DE ATENÇÃO BASI	148.900,67	157.282,09	FORNECEDORES NACIONAIS	45.616,14	19.921,52
Assistencia Farmaceutica	3.370,71	1.653,26	FORNECEDORES - RESTOS A PAGAR	45.616,14	19.921,52
Banco Braso C/ VIGILÊNCIA E PROMOÇÃO	125.515,05	87.421,30	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	47.420,19	73.082,11
Implantação de Ações e Serviços de	82.317,36	62.873,04	VALORES RESTITUIVEIS	47.420,19	73.082,11
B.B.Limite Financeiro Media e Alta Co	11.016,13	3.936,22	VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	47.420,19	73.082,11
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	452.472,19	339.519,08	CONSIGNACOES	47.420,19	73.082,11
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO	236.352,60	351.735,73	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E INSS	2.391,09	4.496,54
Banrisul c/Fundo Munic. Saúde Alto AI	27.383,18	82.993,80	F A P S	12.619,57	7.627,15
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	4.615,02	22.723,57	OUTROS CONSIGNATARIOS	32.409,53	54.324,48
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER		22.723,57			
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - TAXAS		22.723,57			
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	4.615,02		PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	4.904.412,85	2.293.709,26
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER -	4.615,02		EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO		64.454,79
CRÉDITOS DECORRENTES DE	4.615,02		EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO		64.454,79
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		681,30	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO -		64.454,79
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A		681,30	EMPRESTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS		64.454,79
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A		-282.383,49	PROVISÕES A LONGO PRAZO	4.904.412,85	2.229.254,47
(-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E		-282.383,49	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A	4.904.412,85	2.229.254,47
ESTOQUES	80.173,42	-282.383,49	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	4.904.412,85	2.229.254,47
ALMOXARIFADO	80.173,42	89.971,76	PLANO FINANCEIRO - PROVISOES DE		2.229.254,47
		89.971,76	PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE	2.050.207,59	

EXERCÍCIO: 2015

PERÍODO (MÊS): JANEIRO A DEZEMBRO

DATA EMISSÃO: 16/09/2016

PÁGINA: 2

PREFEITURA MUN. DE ALTO ALEGRE
CNPJ: 92.406.057/0001-03
BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	80.173,42	89.971,76	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE	3.908.457,66	-1.054.252,40
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	9.564.888,87	9.958.062,15	TOTAL DO PASSIVO	5.253.341,66	2.408.434,89
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	270.523,09	224.255,25	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.229.630,26	13.791.446,66
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	270.523,09	224.255,25	PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	10.948.540,90	10.948.540,90
CRÉDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	270.523,09	224.255,25	PATRIMÔNIO SOCIAL	10.948.540,90	10.948.540,90
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	205.153,83	168.493,85	PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	10.948.540,90	10.948.540,90
EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER	205.153,83	168.493,85	RESULTADOS ACUMULADOS	1.281.089,36	2.842.905,76
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	12.636,99	27.868,43	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	896.001,73	2.457.818,13
CREDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA	12.636,99	27.868,43	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS -	896.001,73	2.457.818,13
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	74.942,38	27.892,97	LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS -	385.087,63	385.087,63
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A INVESTIMENTOS	-22.210,11	-3.204,73	LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS -	385.087,63	385.087,63
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	62.824,54	62.824,54			
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES -	62.824,54	62.824,54			
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO	62.824,54	62.824,54			
IMOBILIZADO	9.231.541,24	9.670.982,36			
BENS MOVEIS	5.624.405,01	4.602.547,15			
BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	5.624.405,01	4.602.547,15			
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E	2.781.197,89	2.570.415,43			
BENS DE INFORMATICA	198.395,81	172.360,81			
MOVEIS E UTENSILIOS	309.994,18	287.331,18			
MATERIAIS CULTURAI, EDUCACIONAIS E DE	63.899,83	58.728,73			
VEICULOS	2.058.711,00	1.513.711,00			
DEMAIS BENS MOVEIS	212.206,30				
BENS IMÓVEIS	5.210.641,70	5.702.632,12			
BENS IMOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	5.210.641,70	5.702.632,12			
BENS DE USO ESPECIAL	300.000,00	300.000,00			
BENS DE USO ESPECIAL	3.923.445,39	4.122.025,89			

PREFEITURA MUN. DE ALTO ALEGRE
 CNPJ: 92.406.057/0001-03
BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO: 2015

PERÍODO (MÊS): JANEIRO A DEZEMBRO

DATA EMISSÃO: 16/09/2016

PÁGINA: 3

ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
OUTROS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	987.196,31	212.206,30			
BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	987.196,31	1.280.606,23			
OBRAS EM ANDAMENTO	987.196,31	1.280.606,23			
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZACÃO	-1.603.505,47	-634.196,91			
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E	-1.603.505,47	-634.196,91			
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS	-1.603.505,47	-634.196,91			
TOTAL	17.482.971,92	16.199.881,55	TOTAL	17.482.971,92	16.199.881,55
ATIVO FINANCEIRO	7.773.628,30	798.077,80	PASSIVO FINANCEIRO	-54.705,07	19.291,93
ATIVO PERMANENTE	9.649.677,31	10.127.069,01	PASSIVO PERMANENTE	5.493.704,28	2.335.352,78
SALDO PATRIMONIAL				12.229.630,26	13.791.446,66

COMPENSAÇÕES

ATIVO		PASSIVO			
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior

PREFEITURA MUN. DE ALTO ALEGRE
BALANÇO PATRIMONIAL

CNPJ: 92.406.057/0001-03

EXERCÍCIO: 2015

PERÍODO (MÊS): JANEIRO A DEZEMBRO

DATA EMISSÃO: 16/09/2016

PÁGINA: 4

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

FONTES DE RECURSOS		Exercício Atual	Exercício Anterior
ORDINÁRIA		960.882,09	447.767,20
VINCULADA		917.833,93	537.496,57
20	M D E	(125.607,59)	(239.727,91)
31	FUNDEB	116.741,36	(10.386,57)
40	ACOES/SERV.PUB.SAUDE-ASPS 15,0	(125.665,26)	(196.459,21)
50	Recursos Vinculados RPPS- FAPS	1.050.168,70	957.310,13
1015	Recursos Vinculados ao FNDE	(12.013,85)	12.671,21
1025	Transporte Escolar Estadual	21.721,26	0,00
1026	Recursos PNAEP	329,46	(660,00)
1029	Recursos de Convênio Federal- Assistencia Social	(34.010,69)	35.982,79
1034	Recurso Estadual - Assistência Social	0,00	(1.542,42)
1035	Recursos PNAEF	77,00	(414,00)
1051	Ministério da Agricultura- MAPA-	(6.148,20)	0,00
1061	Aplicacao Rec.Est.em Saneament	0,00	(627,61)
1062	Recursos PNAEC	674,25	(380,00)
1063	Salario Educacao Federal	(1.390,27)	10.033,81
1064	Recursos PN/ATE	1.064,81	(2.594,95)
1081	FMAS- IDG- BOLSA FAMILIA	(3.971,74)	(565,62)
1084	Aplicação Recursos Ministério dos Esportes	(3.714,31)	19.500,00
1086	Consulta Popular Estadual	0,00	(76.652,00)
1089	Recurso consulta popular Estadual	(20.853,57)	93.627,25
1091	Aplicacaoop multa de transito	366,08	0,00
1098	Emenda Parlamentar - Asfalto	0,00	(255.326,12)
1099	Aplicação recursos convênio Est. p/ irrigação	0,00	(817,22)
1101	Recurso de convênio sec. Estadual Agricultura- Calc	(5.256,02)	(60.000,00)
1112	Convênios Ministério das Cidades	0,00	246.550,00
1115	Aplicação Recursos Passe Livre Estudantil	(12.775,12)	(9.519,07)
1116	Convênio Recursos Estadual	(779,97)	0,00
1117	Recursos convênio estado Área Distrito Industrial	(13.202,56)	8.550,82
4011	Incentivo Estadual para Atenção Básica	(25.417,85)	12.139,91
4051	Insulino Dependente	2.936,76	0,00
4090	ESF - Estadual	33.824,29	17.227,86
4110	SAÚDE BUCAL	(3.886,20)	11.000,00
4160	PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR	(2.647,10)	(34.522,36)

PREFEITURA MUN. DE ALTO ALEGRE
CNPJ: 92.406.057/0001-03
BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO: 2015 PERÍODO (MÊS): JANEIRO A DEZEMBRO
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DATA EMISSÃO: 16/09/2016

PÁGINA: 5

	FONTES DE RECURSOS	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
4221 Regionalização da Saúde	0,00	(3.293,20)
4290 SANEAMENTO BÁSICO	881,65	(9.910,40)
4502 Vigilância em Saúde	19.971,85	3.190,42
4510 PAB FIXO	15.302,20	2.208,45
4520 ESF - SAÚDE - Federal	22.321,90	0,00
4521 PMAQ - Programa de melhoria do acesso e da qualid	12.864,41	46.464,28
4530 PACS - AGENTES COM. DE SAÚDE	(8.523,11)	1.727,75
4540 SAÚDE BUCAL	(1.425,40)	(1.770,00)
4590 TETO FINANCEIRO	(2.557,96)	(9.307,87)
4710 TETO FINANCEIRO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1.214,48	17.598,67
4760 VIGILÂNCIA SANITÁRIA - GERENCIAMENTO DE RISCOS	1.400,00	0,00
4770 FARMÁCIA BÁSICA FIXA	1.717,45	1.653,26
4929 Prog. de Financ. Ações de Alimentação e Nutrição	16.763,78	0,00
4932 Manutenção de UBS	0,00	1.783,04
4996 Programa de Qualificação da UBS	7.339,01	(47.246,55)
TOTAL	1.878.716,02	985.263,77

HELIO DALBERTO
PREFEITO

Jonas Steg Lima
Contador RC/RS 091179

ESCLARECIMENTO

Para esclarecimento do ITEM 2.1 Dos Documentos, referente ao Relatório Geral de Consolidação de Contas, Processo 00723-0200/15-7, Peça 0358812, segue esclarecimento abaixo:

Para entender a divergência encontrada, segue algumas considerações:

1. Contatou-se uma Diferença do Ativo Total e Passivo Total no valor de R\$ 16.049,53;
2. A base das contabilidades do Poder Executivo e Poder Legislativo até o ano de 2015 eram juntos;
3. Ao final do ano de 2015 foi a primeira vez que o Balanço Patrimonial foi gerado de forma automática pelo SIAPC /PAD ;

Com a geração de forma automática do Balanço Patrimonial pelo SIAPC/PAD houve um conflito de dados pelo motivo de que a base de dados da contabilidade era uma só para a contabilidade do Legislativo e Executivo. Segue em anexo Balancete de Verificação Contábil do Poder Legislativo, evidenciando na conta 23700.00.00 – RESULTADOS ACUMULADOS (em destaque) o valor de R\$ 16.049,53, valor o qual é a diferença entre o Ativo e Passivo Total.

Segue em anexo Balanço Patrimonial Consolidado do Poder Executivo, Legislativo e RPPS, gerado do sistema informatizado do Município. O qual demonstra o fechamento do Balanço Patrimonial.

Como solução para diferença, foi separada as bases de dados das contabilidades do Poder Executivo e Legislativo no ano de 2016. Também está sendo executados ajustes nas contas contábeis dos dois poderes e com o encerramento do ano de 2016, as irregularidades serão regularizadas.



Processo nº 000723-0200/15-7

Executivo Municipal de Alto Alegre

Administradores: **Hélio Dalberto (Prefeito)**
Tania Cristina Theis (Presidente da Câmara de Vereadores)

Procuradores: **Gladimir Chiele, OAB/RS n. 41290**
Leandro Jacociunas, OAB/RS n. 51659
Roberto Chiele, OAB/RS n. 37591
Fabiano Barreto da Silva, OAB/RS n. 57761

IT - Análise de Esclarecimentos
Processo de Contas de Governo/2015

Senhor Coordenador:

Cabe referir que a **Sra. Tania Cristina Theis** (Presidente da Câmara de Vereadores), **não foi intimada** para prestar esclarecimentos em razão da inexistência de inconformidades de sua responsabilidade no período em que esteve à frente do Poder Executivo Municipal.

Em cumprimento ao disposto no art. 4º, parágrafo único, da Instrução Normativa nº 005/2012, registra-se que não existem processos de Tomadas de Contas Especiais, Inspeções Extraordinárias ou Especiais em andamento, de responsabilidade do Gestor no exercício sob exame¹.

¹ Consulta ao Sistema Corporativo - RES1310, realizada em 10-10-2016.



Examinam-se os esclarecimentos prestados pelo Administrador, assim como os documentos juntados aos autos, conforme os itens a seguir:

DA GESTÃO FISCAL

Da Instrução Técnica Final/Encerramento do exercício

2- DA TRANSPARÊNCIA

2.3 – Da Lei da Transparência – LC Federal nº 131/2009. Com base na análise das informações contidas em sítio eletrônico, constatou-se que não estão sendo cumpridas, em sua totalidade, as exigências do caput do art. 48 e dos incisos I e II do art. 48-A, ambos da LC Federal nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC Federal nº 131/2009, conforme se demonstra no Recibo de Informações nº 8/2015 (Peças 333762 e 344979).

Esclarecimentos prestados à peça 434218.

Alega o Gestor que tem cumprido as exigências da Lei Complementar nº 101/2000, no que tange aos preceitos legais e, sobretudo à questão do equilíbrio das contas, com ações de governo planejadas e transparentes.

Junta documentos à peça 434220.

Ao exame.

O Gestor não presta esclarecimentos específicos quanto ao não atendimento do item sob análise, alegando, de forma genérica, o cumprimento das disposições legais.

Junta documentos às fls. 1 e 2 da peça 434220, os quais se referem à cópia dos Recibos de Informações n.ºs 8/2015 e 5/2014, relativos aos anos de 2015 e de 2014, muito embora nos esclarecimentos prestados não tenha trazido qualquer argumentação a respeito dos mesmos.



Diante do exposto, mantém-se o aponte.

DO RELATÓRIO GERAL DE CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS

2 - DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

2.1 - DOS DOCUMENTOS

O exame da documentação evidenciou a inconformidade a seguir indicadas:

2.1.1 – Das demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, se houver, relativas ao exercício anterior, as quais serão geradas eletrônica e automaticamente pelo SIAPC/PAD. O documento acostado à peça 274.636 não atende a exigência regimental desta Corte de Contas, tendo em vista que apresenta diferença entre o valor do ativo e passivo total, demonstrando não atendimento aos preceitos contábeis e fragilidade nas informações enviadas. Desatendimento ao disposto no art. 2º, inciso III, alínea “c”, da Resolução nº 1052/2015 (Peças 274636 e 358812).

Esclarecimentos prestados à peça 434218.

Alega o Gestor que a base de dados era única no exercício de 2015, contendo os dados do Poder Executivo e do Poder Legislativo. Aduz também pela juntada de Balancete de Verificação, no qual apresenta saldos decorrentes de lançamentos contábeis de ajuste, no valor de R\$ 23.700,00 na conta Resultados Acumulados do Poder Legislativo.

Alega, por fim, que teriam sido separadas as bases de dados para o exercício de 2016, de forma a evitar a ocorrência novamente da diferença.

Junta documentos à peça 434220.

Ao exame.



O Gestor admite que o Balanço Patrimonial extraído dos dados encaminhados a este TCE não estaria adequado por ter usado base de dados única para conclusão das demonstrações contábeis, mas, que já teriam sido apuradas as diferenças e realizados os ajustes necessários, apresentando nova posição ajustada.

Contudo, os dados apresentados por ocasião dos esclarecimentos foram extraídos do sistema de contabilidade do Município, com data de emissão de 16-09-2016, enquanto que os Balanços Patrimoniais que são objeto do aponte foram gerados automaticamente pelo SIAPC, de forma que não são compatíveis em termos de comparação, ademais não se teve acesso aos ajustes contábeis realizados.

É importante ressaltar, também, que a contabilidade segue normativas, dentre as quais se destaca a Lei Federal nº 4.320/1964, que traz em seu Título IX “Da Contabilidade”, onde são tratadas as principais regras para a escrituração e emissão do balanço patrimonial, dentre outras demonstrações contábeis. Também há que destacar a Resolução CFC nº 750/1993 e suas alterações, que Dispõe sobre os Princípios de Contabilidade e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – 6ª edição, aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, com validade a partir do exercício de 2015, nos termos da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 10 de dezembro de 2014 e da Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014.

As demonstrações contábeis devem atender às normas e princípios que regem a ciência contábil, dentre elas o respeito às partidas dobradas. Por partidas dobradas entende-se²:

Exposto, pela primeira vez, em 1494, pelo frade italiano Luca Pacioli, na sua obra *Suma de Arithmetica, Geometrica, Proportioni et Propornalitâ*, o método teve rápida difusão, sendo que, até os dias de hoje, seu uso é universal. Por este método, é possível conhecer, a cada momento, os elementos que formam o patrimônio, suas variações e os resultados decorrentes do exercício da atividade das entidades, seja no setor privado, seja no setor público.

²BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade aplicada ao setor público**: abordagem simples e objetiva. 1ed. São Paulo: Atlas, 2014. p 82 e 83.



A técnica das Partidas Dobradas fundamenta-se no princípio de que **não há origem recurso sem aplicação correspondente ou não há aplicação sem origem correspondente**. Para escriturar o exposto, convencionou-se que **a todo débito (aplicação) corresponde um crédito (origem) de igual valor ou vice-versa**. (Grifos originais).

Portanto, os valores lançados a débito devem ter correspondência de valores lançados a crédito, de forma que os totais do ativo e passivo sejam idênticos, e não o sendo, denotam inconsistência dos dados apresentados.

Há que se ter presente também, pela importância que representa para a ciência contábil, o atendimento aos Princípios de Contabilidade, definidos pela Resolução CFC nº 750/1993 e suas alterações na mensuração e apuração dos componentes patrimoniais. Assim, destaca-se o descumprimento do Princípio da Continuidade:

Art. 5º O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a **mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio** levam em conta esta circunstância. (Grifamos)

Também se destaca o descumprimento do Princípio da Oportunidade:

Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

Diante do exposto, opina-se pela manutenção do apontamento.

À sua consideração.

Em 10 de outubro de 2016.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUPERVISÃO DE INSTRUÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS – SICM
SERVIÇO DE INSTRUÇÃO MUNICIPAL I - SIM I
Proc. N° 000723-0200/15-7



Ivan Carlos Almeida dos Santos,
Auditor Público Externo



Senhor(a) Supervisor(a): Examinados os termos da Informação e a documentação anexada aos autos, esta Coordenação concorda com o Informe Técnico produzido.

Em 18/10/2016.

Assinado digitalmente pelo Coordenador.

TC-01.3



O processo está em condições de ser encaminhado à apreciação superior.

Em 19/10/2016.

Assinado digitalmente pelo Supervisor.

TC-01.3



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PARECER MPC 14810/2016

Processo nº	000723-0200/15-7
Relator:	Gabinete Algir Lorenzon
Matéria:	Contas de Governo - EXERCÍCIO DE 2015
Órgão:	PM DE ALTO ALEGRE
Gestores:	Helio Dalberto (Prefeito) e Tania Cristina Theis (Presidente da Câmara de Vereadores)

CONTAS DE GESTÃO. MULTA. GESTÃO FISCAL.
ATENDIMENTO. PARECER FAVORÁVEL.
RECOMENDAÇÃO AO ATUAL GESTOR.

A conduta infringente de normas de administração financeira e orçamentária sujeita o Gestor (Prefeito) à imposição de multa, contudo, não impede a emissão de parecer favorável.

A inexistência de falhas enseja a emissão de parecer favorável.

Para exame e parecer, o Processo de Contas de Gestão dos Senhores HELIO DALBERTO (Prefeito) e TANIA CRISTINA THEIS (Presidente da Câmara dos Vereadores), com base nos **Relatórios de Auditoria Ordinária Tradicional** e de **Consolidação das Contas**.

I – RESULTADO DAS VERIFICAÇÕES PROCEDIDAS

1. A Supervisão de Instrução de Contas Municipais destaca a inexistência de processos de Tomadas de Contas Especiais, de Inspeções Extraordinárias ou Especiais, em andamento, de responsabilidade do Administrador no exercício sob exame.

Cabe referir que a **Sra. Tania Cristina Theis** (Presidente da Câmara de Vereadores), **não foi intimada** para prestar esclarecimentos em razão da inexistência de inconformidades de sua responsabilidade no período em que esteve à frente do Poder Executivo Municipal, bem como que o **Sr. Helio**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Dalberto prestou esclarecimentos através de Procurador devidamente habilitado, conforme instrumento de procuração (peça 434219).

2- As irregularidades a seguir, indicadas nas manifestações da Área Técnica, desvelam a transgressão a dispositivos constitucionais e a normas de administração financeira e orçamentária, ensejando a imposição de **multa** ao Responsável.

DA GESTÃO FISCAL

Da Instrução Técnica Final/Encerramento do exercício

2- DA TRANSPARÊNCIA

2.3 – Da Lei da Transparência – LC Federal nº 131/2009.
Com base na análise das informações contidas em sitio eletrônico, constatou-se que não estão sendo cumpridas, em sua totalidade, as exigências do caput do art. 48 e dos incisos I e II do art. 48-A, ambos da LC Federal nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC Federal nº 131/2009, conforme se demonstra no Recibo de Informações nº 8/2015 (Peças 333762 e 344979).

A SICM, após exame dos esclarecimentos prestados (peça 434218), concluiu pela manutenção do apontamento.

Isto porque, embora o Gestor tenha alegado o *cumprido às exigências da Lei Complementar nº 101/2000, no que tange aos preceitos legais e, sobretudo à questão do equilíbrio das contas, com ações de governo planejadas e transparentes*, o fez de forma genérica não abordando especificamente a falha indicada.

Diante do exposto, mantém-se o apontamento.



DO RELATÓRIO GERAL DE CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS

2 - DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

2.1 - DOS DOCUMENTOS

O exame da documentação evidenciou a inconformidade a seguir indicada:

2.1.1 – Das demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, se houver, relativas ao exercício anterior, as quais serão geradas eletrônica e automaticamente pelo SIAPC/PAD. O documento acostado à peça 274.636 não atende a exigência regimental desta Corte de Contas, tendo em vista que apresenta diferença entre o valor do ativo e passivo total, demonstrando não atendimento aos preceitos contábeis e fragilidade nas informações enviadas. Desatendimento ao disposto no art. 2º, inciso III, alínea “c”, da Resolução nº 1052/2015 (Peças 274636 e 358812).

Alegou o Gestor, conforme consta da instrução técnica, que a *base de dados era única no exercício de 2015, contendo os dados do Poder Executivo e do Poder Legislativo. Aduz também pela juntada de Balancete de Verificação, no qual apresenta saldos decorrentes de lançamentos contábeis de ajuste, no valor de R\$ 23.700,00 na conta Resultados Acumulados do Poder Legislativo, e, que no exercício de 2016 teriam sido separadas as bases de dados de forma a evitar a ocorrência novamente da diferença (peça 434218).*

A SICM, após a análise das alegações, opina pela manutenção do aponte.

É que o Gestor admite que o *Balanço Patrimonial extraído dos dados encaminhados a este TCE não estaria adequado por ter usado base de*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

dados única para conclusão das demonstrações contábeis, mas, que já teriam sido apuradas as diferenças e realizados os ajustes necessários, apresentando nova posição ajustada.

Entretanto, como alerta a instrução técnica, os *dados apresentados por ocasião dos esclarecimentos foram extraídos do sistema de contabilidade do Município, com data de emissão de 16-09-2016, enquanto que os Balanços Patrimoniais que são objetos do aponte foram gerados automaticamente pelo SIAPC, de forma que não são compatíveis em termos de comparação, ademais não se teve acesso aos ajustes contábeis realizados.*

Destaca-se também na esteira do alerta da SICM que a *contabilidade segue normativas, dentre as quais se destaca a Lei Federal nº 4.320/1964, que traz em seu Título IX “Da Contabilidade”, onde são tratadas as principais regras para a escrituração e emissão do balanço patrimonial, dentre outras demonstrações contábeis. Também há que destacar a Resolução CFC nº 750/1993 e suas alterações, que Dispõe sobre os Princípios de Contabilidade e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – 6ª edição, aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, com validade a partir do exercício de 2015, nos termos da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 10 de dezembro de 2014 e da Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014.*

E segue: *As demonstrações contábeis devem atender às normas e princípios que regem a ciência contábil, dentre elas o respeito às partidas dobradas. Portanto, os valores lançados a débito devem ter correspondência de valores lançados a crédito, de forma que os totais do ativo e passivo sejam idênticos, e não o sendo, denotam inconsistência dos dados apresentados.*

No caso, ainda, deve-se ter em conta o Princípio da Continuidade e da Oportunidade.

Diante do exposto, opina-se pela manutenção do apontamento.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

II – CONCLUSÃO

O contexto descrito nos autos, ainda que revele a ocorrência de infrações capazes de levar à imposição de multa, não compromete gravemente a gestão administrativa.

Diante do exposto, o Ministério Público de Contas opina nos seguintes termos:

1º) **Multa** ao Sr. Helio Dalberto (Prefeito), com fundamento nos artigos 67 da Lei Estadual nº 11.424/2000 e 135 do RITCE;

2º) **Atendimento** à Lei Complementar Federal nº 101/2000.

3º) **Parecer favorável** à aprovação das contas de governo dos Senhores Helio Dalberto (Prefeito) e Tania Cristina Theis (Presidente da Câmara dos Vereadores), Administradores do Executivo Municipal de Alto Alegre, no exercício de 2015, com fundamento no art. 3º da Resolução nº 1.009/2014.

4º) **Recomendação** ao atual Administrador para que corrija e evite a reincidência dos apontes criticados nos autos, bem como verificação, em futura auditoria, das medidas implementadas nesse sentido.

É o Parecer.

MPC, em 22 de novembro de 2016.

FERNANDA ISMAEL,

Adjunta de Procurador.

Assinado digitalmente.



Certidão de Publicação de Pauta

Certifico para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais, que foi publicado no Diário Eletrônico do TCE, na edição de 27 de Janeiro de 2017, disponível no portal do TCE-RS, a Pauta da 2ª Sessão da Primeira Câmara, aprazada para o dia 01 de Fevereiro de 2017 - 11h00min, onde consta o seguinte Processo:

Processo: 000723-0200/15-7

Órgão: PM de Alto Alegre

Matéria: Contas de Governo

Porto Alegre, 25 de janeiro de 2017.



Processo nº: 0723-02.00/15-7
Natureza: Contas de Governo
Órgão: Executivo Municipal de Alto Alegre
Responsáveis: Hélio Dalberto
Tania Cristina Theis
Procuradores: Fabiano Barreto da Silva – OAB/RS nº 57.761
Gladimir Chiele – OAB/RS nº 41.290
Leandro Jacociunas – OAB/RS nº 51.659
Exercício: 2015
Data da Sessão: 01-02-2017
Órgão Julgador: Primeira Câmara
Relator: Conselheiro Algir Lorenzon

RECOMENDAÇÃO.

Recomendação ao atual Gestor para que evite a incidência dos apontes destacados nos autos e adote medidas efetivas visando à sua regularização.

APRECIÇÃO DAS CONTAS.

As inconformidades apontadas não chegam a comprometer as Contas de Governo. Emissão de Parecer Favorável à sua aprovação.

Trata o presente processo das Contas de Governo de **Hélio Dalberto** (*Prefeito*) e **Tania Cristina Theis** (*Presidente da Câmara de Vereadores*), responsáveis pelo Poder Executivo Municipal de **Alto Alegre**, no exercício de 2015.

Constam, nos autos, os relatórios e informes produzidos pelas Supervisões, os esclarecimentos prestados pelo Senhor **Hélio Dalberto**, por meio de um de seus procuradores (*Adv. Fabiano Barreto da Silva – OAB/RS nº 57.761 – Procuração na peça 434219*), acompanhados de documentação, e a manifestação do Ministério Público junto a esta Corte de Contas, exarada por meio do Parecer MPC nº 14810/2016.

A Supervisão de Instrução de Contas Municipais – SICM informa que a Sra. **Tania Cristina Theis** (*Presidente da Câmara de Vereadores*) **não foi intimada** para prestar esclarecimentos em razão da inexistência de inconformidades de sua responsabilidade no período em que



esteve à frente do Poder Executivo Municipal.

A SICM registra, também, que não existem processos de Tomadas de Contas Especiais, Inspeções Extraordinárias ou Especiais em andamento, de responsabilidade do Gestor no exercício sob exame.

Após a análise dos esclarecimentos, produzida pela SICM (*peça 439626*), e do Parecer Ministerial (*peça 458636*), permaneceram as seguintes inconformidades:

DA GESTÃO FISCAL

2 – Da Transparência

2.3 – Da Lei da Transparência – LC Federal nº 131/2009.
Com base na análise das informações contidas em sítio eletrônico, constatou-se que não estão sendo cumpridas, em sua totalidade, as exigências do *caput* do art. 48 e dos incisos I e II do art. 48-A, ambos da Lei Complementar Federal nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, conforme se demonstra no Recibo de Informações nº 8/2015 (*peça 333762*).

DO RELATÓRIO GERAL DE CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS

2.1 – Da entrega dos Documentos

2.1.1 – Das demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, se houver, relativas ao exercício anterior, as quais serão geradas eletrônica e automaticamente pelo SIAPC/PAD. O documento acostado à *peça 274.636* não atende a exigência regimental desta Corte de Contas, tendo em vista que apresenta diferença entre o valor do ativo e passivo total, demonstrando não atendimento aos preceitos contábeis e fragilidade nas informações enviadas. Desatendimento ao disposto no art. 2º, inciso III, alínea “c”, da Resolução nº 1052/2015 (*peças 274636 e 358812*).

O Ministério Público junto a esta Corte de Contas manifestou-se, em conclusão, nos seguintes termos (*peça 458636*):

“1º) Multa ao Sr. Helio Dalberto (Prefeito), com fundamento nos artigos 67 da Lei Estadual nº 11.424/2000 e 135 do RITCE;



2º) *Atendimento* à *Lei Complementar Federal nº 101/2000.*

3º) *Parecer favorável* à *aprovação das contas de governo dos Senhores Helio Dalberto (Prefeito) e Tania Cristina Theis (Presidente da Câmara dos Vereadores), Administradores do Executivo Municipal de Alto Alegre, no exercício de 2015, com fundamento no art. 3º da Resolução nº 1.009/2014.*

4º) *Recomendação* ao atual Administrador para que corrija e evite a reincidência dos apontes criticados nos autos, bem como verificação, em futura auditoria, das medidas implementadas nesse sentido.”

É o relatório.

Voto

Do exame da matéria constante nos autos, verifico que inobstante as justificativas ofertadas pelo Gestor responsável, consoante análise da SICM (*peça 439626*), seus argumentos não têm o condão de elidir as inconformidades apontadas nos autos, muito embora as medidas anunciadas possam surtir efeitos para os próximos exercícios.

Nesse sentido, é importante reforçar a necessidade de adoção de medidas corretivas a fim de evitar a repetição de falhas como as apontadas neste processo.

Quanto ao julgamento das Contas, entendo que as inconformidades relatadas e tidas como remanescentes não chegam a comprometer a globalidade das Contas de Governo do Senhor Hélio Dalberto (*Prefeito*), devendo ser emitido Parecer Favorável à aprovação das mesmas.

Quanto à Administradora substituta no período, Senhora Tania Cristina Theis (*Presidente da Câmara de Vereadores*), em face de não terem sido detectadas irregularidades durante a substituição, impõe-se a emissão de Parecer Favorável à aprovação de suas Contas de Governo.

Assim, com esses fundamentos, **VOTO** para que esta



Colenda Câmara decida nos seguintes termos:

a) pela emissão de **Parecer Favorável** à aprovação das Contas de Governo de **Hélio Dalberto** (*Prefeito*) e **Tania Cristina Theis** (*Presidente da Câmara de Vereadores*), responsáveis pelo Poder Executivo Municipal de **Alto Alegre**, no exercício de 2015, com fundamento no artigo 3º da Resolução nº 1009/2014;

b) pela **recomendação** ao atual Gestor para que evite a ocorrência de falhas como as apontadas neste processo e adote medidas efetivas visando à sua regularização;

c) dar **ciência** da presente decisão aos Gestores **Hélio Dalberto** e **Tania Cristina Theis**;

d) após o trânsito em julgado, pelo **encaminhamento** do processo ao Poder Legislativo Municipal de **Alto Alegre**, acompanhado do Parecer de que trata a letra “a” da decisão, para os fins legais.

Conselheiro ALGIR LORENZON,
Relator.



Relator: Conselheiro Algir Lorenzon
Processo n. 000723-02.00/15-7 –
Decisão n. 1C-0030/2017

– Contas de Governo dos Administradores do **Executivo Municipal de Alto Alegre** no exercício de **2015**.

A Secretária da Primeira Câmara certifica que, apresentado o relatório da matéria, o Conselheiro-Relator prolatou seu voto, constante nos autos, o qual foi acolhido em plenário.

Certifica, outrossim, que foi proferida a seguinte decisão:

A Primeira Câmara, por unanimidade, acolhendo o voto do Conselheiro-Relator, por seus jurídicos fundamentos, decide:

a) emitir Parecer sob o n. 18.799, Favorável à aprovação das Contas de Governo dos Senhores **Hélio Dalberto** (p.p. Advogado Gladimir Chiele, OAB/RS n. 41.290, e outros) e **Tania Cristina Theis** (Presidente da Câmara de Vereadores), Administradores do **Executivo Municipal de Alto Alegre** no exercício de **2015**, com fundamento no artigo 3º da Resolução TCE n. 1.009/2014;

b) recomendar ao atual Gestor que evite a ocorrência de falhas como as apontadas neste processo e adote medidas efetivas visando à sua regularização;

c) cientificar da presente decisão aos Gestores **Hélio Dalberto** e **Tania Cristina Theis**;

d) após o trânsito em julgado, encaminhar o presente processo ao Poder Legislativo Municipal de Alto Alegre, acompanhado do Parecer de que trata a letra “a” da decisão, para os fins legais.

Participaram do julgamento deste processo o Conselheiro-Presidente, Algir Lorenzon (Relator), e os Conselheiros Cezar Miola e Iradir Pietroski.

Auditório Romildo Bolzan, em 1º-02-2017.

Lisiane Glass,
Secretária da Primeira Câmara.



PARECER N. 18.799

Processo n. 000723-02.00/15-7

Processo de Contas de Governo dos Administradores do Executivo Municipal de **Alto Alegre**, referente ao exercício de **2015**. Falhas formais e de controle interno. Recomendação. **Parecer Favorável**.

A Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, reunida em Sessão Ordinária de 1º de fevereiro de 2017, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 71 da Constituição Estadual;

– considerando o contido no Processo n. **000723-02.00/15-7**, de Contas de Governo dos Administradores do Executivo Municipal de **Alto Alegre**, Senhor **Hélio Dalberto** e Senhora **Tania Cristina Theis**, referente ao exercício de **2015**;

– considerando o fato de o Balanço-Geral da Administração Municipal e demais documentos que integram o referido Processo de Contas de Governo conterem tão somente falhas de natureza formal, não prejudiciais ao erário, bem como outras de controle interno, decorrentes de deficiências materiais ou humanas da Entidade, devidamente comprovadas nos autos, as quais, na sua globalidade, não comprometem as contas em seu conjunto, embora ensejem recomendação no sentido de sua correção para os exercícios subsequentes;



Continuação do Parecer n. 18.799

Decide:

– **Emitir**, por unanimidade, **Parecer Favorável** à aprovação das Contas de Governo dos Administradores do Executivo Municipal de **Alto Alegre**, correspondentes ao exercício de **2015**, gestão do Senhor **Hélio Dalberto** e da Senhora **Tania Cristina Theis**, em conformidade com o artigo 3º da Resolução TCE n. 1.009, de 19 de março de 2014, **recomendando** ao atual Gestor que evite a ocorrência de falhas como as apontadas neste processo e adote medidas efetivas visando à sua regularização;

– **Encaminhar** o presente Parecer, bem como os autos que embasaram o exame técnico procedido, à Câmara Municipal de Vereadores, para os fins de julgamento estatuído no parágrafo 2º do artigo 31 da Constituição Federal.

Auditório Romildo Bolzan,
1º de fevereiro de 2017.

Presidente
e Relator

CONSELHEIRO ALGIR LORENZON

CONSELHEIRO CEZAR MIOLA

CONSELHEIRO IRADIR PIETROSKI

Estive presente:

ADJUNTO DE PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
ÂNGELO GRÄBIN BORGHETTI



Certidão de Disponibilização Oficial

Consoante disposto no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, e conforme pesquisa efetuada no Sistema de Informações para o Controle Externo, certifico a disponibilização no Diário Eletrônico relativa ao expediente abaixo, nos seguintes termos:

Comunicado/intimado:

Processo: 000723-0200/15-7
Órgão: PM DE ALTO ALEGRE
Matéria: Contas de Governo
Gabinete: Algir Lorenzon
Data decisão: 01/02/2017
Decisão: 1C-0030/2017

Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, disponibilizado em 12/05/2017, no Boletim nº 602/2017, considera-se publicado na data de 15/05/2017.

Porto Alegre, 12 de maio de 2017.

MARCUS VINICIUS SOARES E SILVA
Oficial de Controle Externo



Ofício DG nº 4011/2017

Porto Alegre, 29 de maio de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Gilmar Tonello
Prefeito Municipal de Alto Alegre
Rua Recreio, nº 233 Centro Administrativo – Centro
99430-000 – Alto Alegre - RS

Senhor Prefeito:

Levo ao seu conhecimento que a Primeira Câmara desta Corte de Contas, em Sessão de 01-02-2017, examinando o Processo de Contas de Governo nº 000723-0200/15-7, do exercício de 2015, desse Executivo Municipal, decidiu, entre outras deliberações, pela **recomendação** ao atual Gestor, nos termos da alínea “b” do *decisum*.

Comunico-lhe, outrossim, que na *home page* deste Tribunal www.tce.rs.gov.br (Consultas – Consulta Processual Pública), estão disponíveis o inteiro teor da Decisão e do Relatório e Voto do referido processo.

Atenciosamente,

Luiz Alberto Isquierdo Reschke,
Diretor-Geral.

/SEPROC/HL



Certidão de Trânsito em Julgado

Processo: 000723-0200/15-7

Certifico, para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais, conforme consulta ao Sistema de Controle Externo desta Egrégia Corte de Contas, que na data abaixo ocorreu o Trânsito em Julgado da Decisão referente ao seguinte expediente:

Data do Trânsito em julgado: 14/07/2017

Processo: 000723-0200/15-7

Órgão: PM de Alto Alegre

Matéria: Contas de Governo

Exercício: 2015

Recursos: -x-

Assim, lavrei a presente certidão nesta data.

Porto Alegre, 28 de Julho de 2017.

Marcus Vinicius Soares e Silva
Oficial de Controle Externo



Procedência: SEADE – SECALC

Destinatário: SEADE – SEARQ – Setor de Arquivo

Processo/Expediente nº 000723-02.00/15-7

Contas de Governo Exercício: 2015

Órgão: Executivo Municipal de Alto Alegre

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO (ELETRÔNICO)

- a) A decisão da Primeira Câmara, em Sessão de 01/02/2017, transitou em julgado em 14/07/2017 e todas as alíneas foram cumpridas (peça nº 538311).
- b) Emitido Parecer, sob o nº 18.799, Favorável à aprovação das Contas do Senhor Hélio Dalberto e da Senhora Tania Cristina Theis, Administradores do Executivo Municipal de Alto Alegre, no exercício de 2015 (peça nº 543530).
- c) O processo está em condições de ser encaminhado ao Legislativo Municipal para fins de julgamento, entretanto, deve ser antes enviado ao Setor de Arquivo, para inserção no Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos.

SEADE – SECALC, em 07/08/2017.

José Marcos Santos de Carvalho,
Dirigente.

AD-95.2.1



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
DIREÇÃO-GERAL



Ofício DG nº 7968/2017
Proc. nº 000723-0200/15-7

Porto Alegre, 30 de agosto de 2017.

Ao Excelentíssimo Senhor
Presidente do Legislativo Municipal de Alto Alegre
Rua Mário Abelino Pagnussatt, nº 200
99430-000 – Alto Alegre – RS

Senhor Presidente,

A decisão referente às Contas de Governo desse Município, exercício de 2015, pode ser examinada para posterior julgamento no “Portal > Jurisdicionados > Consulta Processual e Geração de Guias de Recolhimento > Consulta Processual e Geração de Guias (Apenas Jurisdicionados)”, nos termos do §2º do artigo 31 da Constituição Federal. Ressalto que o Parecer Prévio emitido por este Tribunal sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Atenciosamente,

Luiz Alberto Isquierdo Reschke,
Diretor-Geral.

/DCF/SEADE/SEARQ/ZC

Rua Sete de Setembro, 388 – Centro Histórico – Fone (051) 3214-9700 – Fax (051) 3214-9701 – CEP 90010-190 – Porto Alegre (RS)
Home Page: <http://www.tce.rs.gov.br>

TC-10.06

Certidão de Envio de Comunicação

Certifica-se que foi enviada comunicação eletrônica nos seguintes termos:

Processo 000723-0200/15-7 - Matéria - Contas de Governo

- Órgão: PM DE ALTO ALEGRE
- Relator: Algir Lorenzon
- Peça(s):
 - nº 685676 - Termo de encerramento
- Data de envio da comunicação: 30/05/2023
- Motivo: Notificado - Disponibilização do Parecer Prévio
 - Destinatário: **Fernando Luiz Puhl** - CM DE ALTO ALEGRE - Responsável (e-com nº 77798/267992)
 - Destinatário: **Naiara Santin** - Controle Interno - Responsável (e-com nº 77798/267986)

Observações:

A íntegra do expediente deve ser examinada para posterior julgamento por parte do Poder Legislativo competente, nos termos do artigo 31, §2º, da Constituição Federal, podendo ser acessada no Portal do TCE/RS (www.tce.rs.gov.br), mediante utilização de senha pessoal, que poderá ser gerada no Portal deste Tribunal, na guia Para o Fiscalizado > Consulta Processual e Geração de Guias. O envio do julgamento pelo Legislativo deverá ser realizado por meio do Portal do TCE/RS (www.tce.rs.gov.br), na guia Para o Fiscalizado > Processo Eletrônico > Acesso ao Sistema, com criação de um e-protocolo avulso do tipo "Julgamento das Contas pelo Legislativo". Importante ressaltar que o prazo para julgamento está estabelecido nas normas locais, bem como há também o prazo de até 30 dias para encaminhar a esta Corte de Contas cópia da decisão sobre as contas anuais do Prefeito Municipal, conforme prevê a Resolução nº 1028/2015, art. 72: "A Câmara de Vereadores remeterá ao Tribunal, no prazo de até 30 (trinta) dias após o julgamento, para ciência, cópia da decisão sobre as contas anuais do Prefeito Municipal." Caso o referido Processo já tenha sido julgado pela Câmara de Vereadores, o resultado da votação "Decreto" deverá igualmente ser encaminhado conforme orientação acima. Em caso de dúvidas quanto ao acesso ao Sistema, ligar para o Setor de Atendimento pelo telefone (51) 32149869.

Porto Alegre, 30 de Maio de 2023

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Certidão de Consulta

Processo nº: 000723-0200/15-7
Órgão: PM DE ALTO ALEGRE
Destinatário: Naiara Santin
Matéria: Contas de Governo
Motivo: Disponibilização do Parecer Prévio
Prazo: dia(s)

Nos termos do artigo 117, §§4º e 6º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que a consulta à comunicação eletrônica número 77798/267986, enviada a Naiara Santin, em 30/05/2023, foi automaticamente consumada em:

09/06/2023 23:59:59

Porto Alegre, 12 de Junho de 2023

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Certidão de Consulta

Processo nº: 000723-0200/15-7
Órgão: PM DE ALTO ALEGRE
Destinatário: Fernando Luiz Puhl
Matéria: Contas de Governo
Motivo: Disponibilização do Parecer Prévio
Prazo: dia(s)

Nos termos do artigo 117, §§4º e 6º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que a consulta à comunicação eletrônica número 77798/267992, enviada a Fernando Luiz Puhl, em 30/05/2023, foi automaticamente consumada em:

09/06/2023 23:59:59

Porto Alegre, 12 de Junho de 2023

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS